



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE  
DO NORTE – *CAMPUS MOSSORÓ*

ABINOAM SOARES DA SILVA

**REFLEXÕES ACERCA DA ORIGEM, DA TRAJETÓRIA E DA IDENTIDADE  
DO CURSO DE COMÉRCIO NO RIO GRANDE DO NORTE**

MOSSORÓ/RN

2023

ABINOAM SOARES DA SILVA

**REFLEXÕES ACERCA DA ORIGEM, DA TRAJETÓRIA E DA IDENTIDADE  
DO CURSO DE COMÉRCIO NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *Campus* Mossoró, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Luís Gomes de Moura Neto

MOSSORÓ/RN, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA  
Biblioteca IFRN – Campus Mossoró

S586 Silva, Abinoam Soares da

Reflexões acerca da origem, da trajetória e da identidade do curso de Comércio no Rio Grande do Norte / Abinoam Soares da Silva. – Mossoró, RN, 2023.

124 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2023.

Orientador: Dr. Luís Gomes de Moura Neto

1. Curso Técnico em Comércio 2. Identidade 3. História  
4. Educação Profissional 4. I. Título

CDU: 377(813.2)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira CRB15/294

ABINOAM SOARES DA SILVA

**REFLEXÕES ACERCA DA ORIGEM, DA TRAJETÓRIA E DA IDENTIDADE DO  
CURSO DE COMÉRCIO NO RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *campus* Mossoró, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Dissertação apresentada e aprovada em 04 de agosto de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Luis Gomes de Moura Neto Dr. – Orientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

---

Diogo Pereira Bezerra, Dr. – Examinador Interno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN

---

Darlaine Silva do Amaral, Dr<sup>a</sup>. – Examinadora Externa

Universidade Federal do Cariri - UFCA

Dedico este trabalho às minhas filhas Thaynara  
e Lara por serem norteadoras na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Somente foi possível concretizar este estudo com a colaboração, a participação e o empenho combinado de um coletivo de pessoas a quem quero expressar os meus mais sinceros agradecimentos:

Aos meus pais Arlete e Borges, pelo estímulo, desde muito cedo, à educação;

À Etiene, minha companheira de todos os momentos, pela compreensão, pelos ensinamentos e pelo incentivo dispensados durante todo o trajeto;

Aos colegas do PROFEPT, pelos momentos compartilhados, pela troca de conhecimentos e pelas experiências vividas;

Aos amigos de vida, de trabalho e familiares, pela compreensão aos meus momentos de silêncio e ausência, necessários à escrita deste trabalho;

Ao Prof. Luís Gomes de Moura Neto, orientador desta pesquisa, pelos importantes esclarecimentos, parceria e confiança no projeto, e aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, pelas críticas e sugestões, fundamentais à qualidade da pesquisa;

Aos discentes do Curso de Comércio do IFRN – Campus Natal Zona Norte, participantes da pesquisa, pela disponibilidade e atenção dedicadas às atividades, assim como ao seu Coordenador Prof. Paulo de Tarso e à Prof<sup>a</sup>. Sandra Xavier, pelo envolvimento e pela valiosa contribuição dada a este trabalho, por meio dos quais estendo minhas considerações aos demais professores do curso, os quais, em algum momento, apoiaram o desenvolvimento deste estudo;

À Coordenação do PROFEPT, em nome do Prof. Dr. Diogo Pereira Bezerra e sua equipe, professores que fizeram parte da minha trajetória no programa, pelas suas valiosas contribuições e mediações;

Ao IFRN, por proporcionar a oportunidade desta honrosa conquista;

Por fim, agradeço a todos e a todas que contribuíram para a concretização desta etapa da minha vida acadêmica. Foi muito especial encontrar, neste percurso, pessoas que tornaram essa trajetória mais suave.

Obrigado!

## RESUMO

No contexto de profissionalização educacional do século XX, a educação comercial no Brasil sofreu uma guinada diante da perspectiva de modernização da legislação referente a esse modelo de ensino, tendo como marco principal o Decreto n. °1.339, de 9 de janeiro de 1905. Nessa perspectiva, na tentativa de atender a uma demanda de formação profissional para novos postos de trabalho que surgiram com o crescimento econômico do estado, o curso Técnico Integrado em Comércio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte surgiu, em 2008, no Campus Natal – Zona Norte na área de Gestão e Negócios. Contudo, apesar da boa estruturação e apresentação do curso, evidenciadas no seu Projeto Pedagógico, existem relatos, evidenciados a partir de reuniões pedagógicas e administrativas realizadas semanalmente no campus, que indicam que o curso não é compreendido pela sociedade, pelo mercado de trabalho e nem mesmo pela comunidade acadêmica. Assim, esta pesquisa carrega tal problemática como impulsionadora do presente estudo. Logo, a partir desse cenário, e visando contribuir para a educação profissional no Rio Grande do Norte, essa dissertação propõe, por meio da busca da identidade do aluno do Curso Técnico de Comércio do IFRN Campus Natal – Zona Norte, a construção de uma identidade do curso, tendo como culminância a concepção de um produto educacional que destaque a origem, a trajetória e a importância do profissional formado na referida área. Para tanto, como aparato metodológico, foram aplicados questionários iniciais sobre a sua história, a formação, a educação profissional e o ensino comercial com alunos do 1º e 4º anos do Curso Técnico Integrado em Comércio do IFRN. Além disso, os documentos como a legislação do ensino comercial no Brasil e Portugal, leis e decretos, foram cotejados com o referencial teórico, permitindo a análise e avaliação das repercussões desse trabalho frente às hipóteses levantadas. Os resultados dessa pesquisa incidem no desconhecimento da história do curso pelos alunos e na desvalorização da profissão, uma vez que inexistia uma identidade social que promova economicamente, socialmente e mercadologicamente seus profissionais, o que buscará ser atenuado a partir da utilização do produto educacional, fruto desta pesquisa, como instrumento a ser trabalhado nas aulas de História do *campus*.

**Palavras-chave:** Curso Técnico em Comércio; Identidade; História; Educação Profissional.

## ABSTRACT

In the context of educational professionalization of the twentieth century, commercial education in Brazil has taken a turn towards the perspective of modernization of legislation related to this teaching mode, with Decree No. 1,339 of January 9, 1905 as the main milestone. Accordingly, in an attempt to meet the demand for professional training for new jobs that have emerged with the economic growth of the state, the Technical Course in Commerce of *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio grande do Norte* emerged in 2008 at *Campus Natal - Zona Norte* in the area of Management and Business. However, despite the good structuring and presentation of the course, evidenced in its Pedagogical Project, there are reports which indicate that the program is not understood by society, by the job market and not even by the academic community. Thus, this research carries such problem as the motivator of the present study. Therefore, from this scenario, and aiming to contribute to professional education in *Rio Grande do Norte*, this dissertation proposes, through the search for the identity of the student of the Technical Course in Commerce of *IFRN Campus Natal - Zona Norte*, the construction of an identity of the course, culminating in the conception of an educational product that highlights the origin, trajectory and importance of the professional trained in that area. To this end, as a methodological apparatus, initial questionnaires were applied on its history, training, professional education and commercial education with students from the 1st and 4th grades of the Technical Course in Commerce at *IFRN*. In addition, documents such as commercial education legislation in Brazil and Portugal, laws and decrees, were cross-referenced with the theoretical framework, allowing the analysis and evaluation of the repercussions of this work in view of the hypotheses raised. The results of this research focus on the lack of knowledge of the history of the course by the students and the devaluation of the profession, since there is no social identity that promotes its professionals economically, socially and commercially, which will seek to be mitigated from the use of the educational product, the result of this research, as an instrument to be worked on in the campus History classes.

**Keywords:** Technical Course in Commerce; Identity; History; Professional Education.

## LISTA DE FIGURAS

|             |                                                                                                                      |    |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 –  | José da Silva Lisboa – Visconde de Cairu.....                                                                        | 30 |
| Figura 2 –  | Livro Elementos de Arithmetica.....                                                                                  | 31 |
| Figura 3 –  | Livro Princípios de Economia Política.....                                                                           | 31 |
| Figura 4 –  | O Guarda Livros Moderno (Tomo I).....                                                                                | 32 |
| Figura 5 –  | O Guarda Livros Moderno (Tomo II).....                                                                               | 32 |
| Figura 6 –  | Luís Pedreira do Couto Ferraz.....                                                                                   | 34 |
| Figura 7 –  | Manchete do jornal Gazeta da Tarde (1882).....                                                                       | 37 |
| Figura 8 –  | Gustavo Capanema Filho.....                                                                                          | 41 |
| Figura 9 –  | Reportagem sobre o Ensino Comercial no RN.....                                                                       | 43 |
| Figura 10 – | Lei nº 461/1919 – RN.....                                                                                            | 44 |
| Figura 11 – | Artigo do Jornal “A Ordem” sobre o 17º aniversário da Escola de<br>Comercio de Natal (antigo Teatro Santa Cruz)..... | 49 |
| Figura 12 – | Rua João Pessoa entre 1910 e 1930 nas imediações da Escola do<br>Comercio de Natal – Cidade Alta – Natal/RN.....     | 50 |
| Figura 13 – | Visão da Escola do Comercio/Teatro Sana Cruz a partir da torre da Igreja<br>Matriz no Centro de Natal.....           | 50 |
| Figura 14 – | Escola de Comércio de Natal.....                                                                                     | 50 |
| Figura 15 – | Prédio sede da Sociedade União Caixeiral (1930).....                                                                 | 52 |
| Figura 16 – | Prédio reformado da Sociedade União Caixeiral (1940).....                                                            | 53 |
| Figura 17 – | Os quadros docentes da Escola de Comércio.....                                                                       | 54 |
| Figura 18 – | Ulisses Celestino de Góis.....                                                                                       | 54 |
| Figura 19 – | Mapa de Distribuição da Rede Federal de Educação no Brasil.....                                                      | 57 |
| Figura 20 – | Mapa da distribuição das unidades do IFRN.....                                                                       | 59 |
| Figura 21 – | Capa do <i>E-book</i> .....                                                                                          | 82 |
| Figura 22 – | Sumário do <i>E-book</i> .....                                                                                       | 82 |
| Figura 23 – | Apresentação do <i>E-book</i> .....                                                                                  | 82 |
| Figura 24 – | Capítulo I: História do Curso de Comércio em Portugal.....                                                           | 83 |
| Figura 25 – | Capítulo II: O ensino de Comércio no Brasil.....                                                                     | 83 |
| Figura 26 – | Capítulo III: Educação Comercial no Rio Grande do Norte.....                                                         | 84 |
| Figura 27 – | Capítulo IV: O curso de Comércio no Ensino Profissional.....                                                         | 84 |
| Figura 28 – | Considerações finais do <i>E-book</i> .....                                                                          | 85 |
| Figura 29 – | Nuvem de palavras.....                                                                                               | 86 |

## LISTA DE QUADROS

|            |                                                                 |    |
|------------|-----------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – | Aulas do Comércio fundadas entre 1809 e 1821 em Portugal.....   | 23 |
| Quadro 2 – | Aulas do Comércio fundadas entre 1809 e 1821 no Brasil.....     | 26 |
| Quadro 3 – | Obras utilizadas nas Aulas do Comércio.....                     | 29 |
| Quadro 4 – | Legislação Aplicada ao Ensino Comercial no Brasil.....          | 39 |
| Quadro 5 – | Estabelecimentos Comerciais em 1946 no Rio Grande Do Norte..... | 43 |
| Quadro 6 – | Cursos técnicos em Comércio na Rede Federal.....                | 58 |
| Quadro 7 – | Inclusão de temática/discussão.....                             | 93 |
| Quadro 8 – | Sugestões, críticas ou comentários.....                         | 94 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|              |                                                                                                                 |    |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 –  | Tipo de Escola.....                                                                                             | 68 |
| Gráfico 2 –  | Fez Curso Preparatório para ingresso no IFRN.....                                                               | 68 |
| Gráfico 3 –  | Conhecimento acerca da existência e localização do Campus.....                                                  | 69 |
| Gráfico 4 –  | Conhecimento e Funcionamento do Curso de Comércio.....                                                          | 69 |
| Gráfico 5 –  | Profissão dos pais ou responsáveis.....                                                                         | 70 |
| Gráfico 6 –  | Renda Per Capita Turma 1º Ano.....                                                                              | 73 |
| Gráfico 7 –  | Renda Per Capita Turma 4º Ano.....                                                                              | 73 |
| Gráfico 8 –  | Profissões que desejam seguir.....                                                                              | 74 |
| Gráfico 9 –  | Pretende trabalhar na área de Comércio.....                                                                     | 74 |
| Gráfico 10 – | Influência para escolha do curso.....                                                                           | 74 |
| Gráfico 11 – | Visibilidade do Curso de Comércio.....                                                                          | 75 |
| Gráfico 12 – | Nomenclatura do Curso.....                                                                                      | 76 |
| Gráfico 13 – | Origem do Ensino Comercial.....                                                                                 | 76 |
| Gráfico 14 – | Ensino Comercial no Brasil.....                                                                                 | 79 |
| Gráfico 15 – | Ensino Comercial no RN.....                                                                                     | 79 |
| Gráfico 16 – | Compreensão e atratividade do e-book.....                                                                       | 90 |
| Gráfico 17 – | Avaliação das imagens do e-book.....                                                                            | 90 |
| Gráfico 18 – | Avaliação dos capítulos.....                                                                                    | 91 |
| Gráfico 19 – | Avaliação dos conceitos e argumentos.....                                                                       | 91 |
| Gráfico 20 – | Avaliação da estrutura.....                                                                                     | 92 |
| Gráfico 21 – | Avaliação da textualidade.....                                                                                  | 92 |
| Gráfico 22 – | Avaliação da intencionalidade dos conteúdos.....                                                                | 93 |
| Gráfico 23 – | Avaliação do e-book em relação à contribuição para a formação da<br>identidade do profissional em comércio..... | 93 |

## **LISTA DE FLUXOGRAMAS**

|                |                                   |    |
|----------------|-----------------------------------|----|
| Fluxograma 1 – | Procedimientos metodológicos..... | 63 |
|----------------|-----------------------------------|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|         |                                                                              |
|---------|------------------------------------------------------------------------------|
| CEFET   | CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA                                       |
| CEP     | COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA                                                  |
| EMI     | ENSINO MÉDIO INTEGRADO                                                       |
| EPT     | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA                                          |
| IBGE    | INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA                              |
| IFRN    | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA<br>DO RIO GRANDE DO NORTE |
| IFes    | INSTITUTOS FEDERAIS                                                          |
| LDB     | LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BÁSICA                                 |
| PPP     | PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO                                                  |
| PROFEPT | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO<br>PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA          |
| SUAP    | SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA                                   |
| TALE    | TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO                                      |
| TCLE    | TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO                                     |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                      | <b>14</b>  |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                                                             | <b>18</b>  |
| 2.1 A HISTÓRIA DO CURSO DE COMÉRCIO EM PORTUGAL .....                                                          | 18         |
| 2.2 O ENSINO DE COMÉRCIO NO BRASIL .....                                                                       | 24         |
| 2.3 EDUCAÇÃO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE .....                                                            | 42         |
| 2.4 O CURSO DE COMÉRCIO NO ENSINO PROFISSIONAL .....                                                           | 55         |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>                                                                                      | <b>63</b>  |
| 3.1 A NATUREZA DA PESQUISA.....                                                                                | 64         |
| 3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....                                                                             | 65         |
| 3.3 PERÍODO DE GUARDA DOS DADOS COLETADOS .....                                                                | 65         |
| 3.4 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES.....                                                                    | 65         |
| 3.5 RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA.....                                                | 65         |
| 3.6 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....                                                                      | 66         |
| <b>4 RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>                                                                          | <b>68</b>  |
| 4.1 PRODUTO EDUCACIONAL: A ORIGEM, TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO<br>CURSO DE COMÉRCIO NO RIO GRANDE DO NORTE..... | 80         |
| 4.2 AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....                                                         | 85         |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                             | <b>96</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                        | <b>100</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                         | <b>108</b> |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM INICIAL – PARTE 1.....                                                   | 108        |
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM INICIAL – PARTE 2.....                                                   | 110        |
| APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE SONDAGEM FINAL .....                                                              | 112        |
| APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: E-<br>BOOK .....                                | 113        |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                            | <b>115</b> |
| ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....                                                                 | 115        |

## 1 INTRODUÇÃO

Dos mascates aos pequenos e médios comerciantes, e destes aos grandes conglomerados econômicos, a história do comércio foi marcada pela criatividade humana, pelo fascínio do consumismo e pelas tentativas em atendê-lo (FECOMÉRCIO/RN, 2011). Esse segmento empresarial é uma das principais atividades atreladas à disponibilidade de renda de uma localidade.

Foi, pois, nesse contexto de profissionalização educacional do século XX, que a educação comercial no Brasil sofreu uma guinada diante da perspectiva de modernização da legislação referente a esse modelo de ensino, tendo como marco principal o Decreto n.º 1.339, de 9 de janeiro de 1905, que reconheceu a Academia de Comércio do Rio de Janeiro como instituição de utilidade pública e seus diplomas validados pelo poder executivo, sendo essa regulamentação adotada pelas demais escolas comerciais instaladas no Brasil.

Nesta conjuntura, estrutura-se a Natal moderna, com a inauguração, em 8 de setembro de 1919, da Escola de Comércio de Natal, a qual teve como mantenedor inicial a congregação Mariana e idealizador Ulysses Celestino de Góis. A Escola ganhou personalidade jurídica por meio do nascimento da Sociedade de Ensino Profissional, em 1º de dezembro de 1921, consolidando-se, então, como referência até os anos 1970, é nesse constituindo-se um espaço no qual os trabalhadores da atividade comercial puderam se profissionalizar.

Neste cenário de expansão do ensino comercial, vale destacar que, em 1943, por meio da edição de três legislações – o Decreto-Lei n.º 6.141 (Lei Orgânica do Ensino Comercial); o Decreto-Lei n.º 6.142 (Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial); e o Decreto n.º 14.373 (Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial), todos de 28 de dezembro –, o ensino comercial começou a se consolidar.

Dentro dos cursos de formação, encontram-se os cursos técnicos, divididos em curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. As reformas do período (1931-1943), realizadas na Era Vargas, foram propulsoras do ensino comercial, quando receberam maior atenção por parte do Estado, e representaram a síntese da política educacional para essa modalidade de ensino no Brasil.

Contudo, em 1970, com a nova reforma na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – que passa a exigir a concomitância entre o ensino técnico e o propedêutico, inicia-se a decadência das escolas técnicas comerciais e, conseqüentemente, o seu fechamento total.

Desta feita, após o fechamento dessas escolas, o Rio Grande do Norte ficou sem referências para o Curso de Comércio, situação que só foi retomada já nos anos 2000. Assim, em 2008, passou a ser ofertado, no Campus Natal – Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Curso Técnico de Comércio, o qual se apresenta nas modalidades de Ensino Médio Integrado (EMI) e Educação de Jovens e adultos (EJA). O curso tem como objetivo “formar um profissional-cidadão, técnico de nível médio, capaz de articular teoria à prática, demonstrando conhecimentos, competências, habilidades e atitudes para o desenvolvimento das atividades inerentes aos métodos de comercialização de bens e serviços” (PPC/IFRN, 2012, p. 10).

Na tentativa de atender a essa demanda de formação profissional para novos postos de trabalho que surgem com o crescimento econômico do estado, o curso Técnico Integrado em Comércio surge, na área de Gestão e Negócios, para atender à necessidade de qualificação técnica exigida pelo mercado. Contudo, apesar da boa estruturação e apresentação do curso, evidenciado no seu Projeto Pedagógico, existem relatos que indicam que o curso não é compreendido pela sociedade, pelo mercado e nem mesmo pela comunidade acadêmica.

O curso técnico integrado em Comércio, ao integrar ensino médio e formação técnica, visa propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Assim, com a implementação do Curso Técnico de Comércio no Campus Zona Norte do IFRN, local de atuação profissional do pesquisador desde 2011, foram propiciadas diversas observações a partir de reuniões pedagógicas e administrativas, visto que esses encontros se constituíram espaços nos quais docentes e técnicos administrativos discutiam temas de interesse geral da administração do campus e das questões pedagógicas que envolvem o fazer acadêmico.

Nesse contexto, alguns questionamentos e reflexões vieram à tona, como a escolha da nomenclatura do curso, a qual não retrata o fazer desta área, uma vez que dificulta a visibilidade e o entendimento, por parte da sociedade civil e acadêmica, do que seja o

profissional técnico em comércio. Diante disso, tal nomenclatura tem feito com que a comunidade acadêmica reflita a respeito da identidade do curso, levando o corpo docente e a equipe técnica pedagógica (ETEP) à proposição de mudanças, tanto na designação quanto na estrutura do curso, visando resolver as questões de identidade.

Todavia, ainda hoje, as alterações ponderadas não foram postas em prática. Assim, esta pesquisa carrega tal problemática como impulsionadora do presente estudo, o qual também é permeado pelos ensinamentos adquiridos pelo pesquisador como aluno especial no Mestrado Acadêmico em Educação Profissional (PPGEP), ofertado pelo IFRN, por meio do qual foram cursadas disciplinas na linha de pesquisa História, memória e historiografia.

Logo, a partir desse cenário, e visando contribuir para a educação profissional no Rio Grande do Norte, essa dissertação propõe, por meio da busca da identidade do aluno do Curso Técnico de Comércio do IFRN Campus Natal – Zona Norte, a construção de uma identidade do curso, tendo como culminância a concepção de um produto educacional que destaque a origem, a trajetória e a importância do profissional formado na referida área.

Tendo isso em vista, alguns questionamentos se fizeram necessários para o prosseguimento e legitimação desta pesquisa, tais como: O que é o Curso Técnico de Comércio do IFRN? Ele possui uma identidade bem definida? Qual é o fazer do profissional desta área? A nomenclatura do curso retrata este fazer? Existe a compreensão e visibilidade da sociedade a respeito de quem seja esse profissional?

Para tanto, como aparato metodológico, foram aplicados questionários iniciais sobre a história do curso, a formação, a educação profissional e o ensino comercial com alunos do 1º e 4º anos do Curso Técnico Integrado em Comércio do IFRN. Além disso, os documentos como a legislação do ensino comercial no Brasil e Portugal, leis e decretos, foram cotejados com o referencial teórico, permitindo a análise e avaliação das repercussões desse trabalho frente às hipóteses levantadas.

Destarte, nesse entendimento, a presente dissertação está estruturada em cinco seções. Na primeira, tem-se uma breve introdução a respeito dos vieses que envolvem e justificam a pesquisa aqui apresentada, seguida dos objetivos geral e específicos do estudo apresentados na segunda seção.

Na segunda, que diz respeito ao referencial teórico, discute-se os aspectos históricos dos cursos de comércio em Portugal, no Brasil e no Rio Grande do Norte atrelados aos debates concernentes à educação profissional.

Na seção seguinte, expõe-se, de modo detalhado, os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento deste trabalho, desde o público pesquisado, métodos empregados e local de pesquisa.

Na quarta seção, os resultados da pesquisa empregados são apresentados a partir das coletas de dados que foram realizadas nos questionários iniciais, assim como a apresentação do produto educacional, na forma de *e-book*, que será apresentado e verticalizado com a avaliação final após a apresentação aos pesquisados.

Por fim, na quinta, são evidenciadas as reflexões e considerações finais deste estudo, nas quais são tecidas as ponderações acerca da pesquisa e dos resultados obtidos como respostas às hipóteses levantadas.

Deste modo, a pesquisa atende aos objetivos do PROFEPT, visto que enseja a produção do conhecimento para o desenvolvimento de produtos por meio de reflexões relativas ao campo da educação profissional, da historicidade e das memórias, as quais se conectam à importância do passado como elemento norteador para os saberes e para a formação crítico-reflexiva. Logo, a investigação contribui não apenas para o Curso de Comércio do IFRN, mas deixa para a comunidade acadêmica e interessados no tema um material educacional e um trabalho dissertativo sobre a importância do Curso de Comércio de Natal na história da educação profissional potiguar.

Esta pesquisa teve como objetivo geral forjar uma identidade do profissional Técnico em Comércio, tendo como suporte metodológico a elaboração de um *e-book* retratando a trajetória e a importância do Curso Técnico de Comércio no Estado do Rio Grande do Norte. Como objetivos específicos: a) Investigar a origem, a trajetória e a importância do Curso de Comércio para o estado do Rio Grande do Norte; b) Confeccionar e aplicar um *e-book* voltado aos estudantes do Ensino Médio Integrado para ser utilizado como material paradidático, como instrumento de reflexão histórica, política e pedagógica para o contexto atual do curso.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será apresentado o referencial teórico que sustenta o presente trabalho dissertativo, cuja discussão compreende a história do curso desde sua criação em Portugal, seguida da sua inserção no Brasil e, por fim, no Rio Grande do Norte. Outrossim, será problematizada uma intersecção entre esses aspectos históricos e a Educação Profissional. Para tanto, este capítulo foi dividido em quatro sessões: a primeira, denominada de “A história do curso de comércio em Portugal”; a segunda, de “O ensino de comércio no Brasil”; a terceira, de “A educação comercial no Rio Grande do Norte”; e, por fim, a última, de “O curso de comércio no ensino profissional”.

### 2.1 A HISTÓRIA DO CURSO DE COMÉRCIO EM PORTUGAL

O Ensino Comercial tem origem nas aulas de comércio do continente europeu no século XVIII, especificamente as criadas em Portugal na Reforma Pombalina de 1759, quando ocorreu no país uma mudança extrema nos contextos econômico e educacional, mediante o movimento reformista do Marquês de Pombal<sup>1</sup>. Na análise de Leôncio Bausbaum (1957) sobre a situação econômica e política dos países colonizadores, fica claro a posição de Portugal frente às demais potências da época:

Como nação, continuava Portugal um país pobre, sem capitais, quase despovoado, com uma lavoura decadente pela falta de braços que a trabalhassem, pelas relações de caráter feudal ainda existentes, dirigido por um Rei absoluto, uma nobreza arruinada, quase sem terras e sem fontes de renda, onde se salientava uma burguesia mercantil rica mas politicamente débil, preocupada apenas em importar e vender para o estrangeiro especiarias e escravos e viver no luxo e na ostentação (BAUSBAUM, 1957, p. 48-49).

Segundo Maxwell (1996), neste período, o então rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, caminha no sentido de recuperar a economia do poder real e modernização da cultura portuguesa, o que reforça o Pacto Colonial e inicia assim, uma tentativa de transformação no século XVII.

---

<sup>1</sup>Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, é figura marcante da História de Portugal, reformador, estadista e diplomata. Enviado do reino a Londres e, depois, a Viena, foi Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. José I, em 1750 e, em agosto de 1756, primeiro-ministro. D. José concedeu-lhe dois títulos: o de Conde de Oeiras, a 6 de junho de 1759, e o de Marquês de Pombal, a 16 de outubro de 1769, como recompensa de “vinte anos de apego ao serviço público e de provada dedicação” (SERRÃO, 1987, p. 157). Morreu exilado em suas terras em 8 de maio de 1782.

Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la à nova ordem pretendida em Portugal. Assim, a ideia de pôr o reinado português em condições econômicas tais que lhe permitissem competir com as nações estrangeiras era talvez a mais forte razão das reformas pombalinas (SECO; AMARAL, 2006).

Nesse sentido, a reforma implementada pelo Marquês de Pombal foi a grande promotora da reestruturação ocorrida no século XVIII em Portugal, com ênfase na reformulação educacional em busca do fortalecimento da economia diante da sistematização do ensino de nível elementar e secundário, útil à finalidade estatal. No Portugal setecentista, permeou a prática pombalina, demandando uma atuação muito mais ampla no sentido de formar o instrumental humano necessário à execução das reformas destinadas à superação do constatado atraso econômico e cultural.

Conforme pontua Castro (1982), Portugal passou por diferentes momentos econômicos, desde sua destacada competência e superioridade técnica naval do século XV à decadência no comércio com as Índias no século XVI e o ciclo de prosperidade com o ouro brasileiro no século XVII.

No século XVIII, quando comparados aos comerciantes ingleses e franceses, os comerciantes portugueses eram tidos como inferiores, sendo as funções contábeis e administrativas das empresas comerciais desenvolvidas por estrangeiros, haja vista que o governo português carecia de infraestrutura contábil e organizacional. Nesse contexto, para suprir tal carência, foram criadas as aulas de comércio.

Sendo assim, a Aula de Comércio lusitana foi primariamente instituída pelo decreto de 30 de setembro de 1755, que também estabeleceu a Real Junta do Comércio do Reino e seus Domínios, mas foi somente efetivamente organizada quando recebeu seus estatutos em 1759. Essa defasagem de quase quatro anos é explicada não pela falta de ação do Marquês de Pombal (FELISMINO, 1960), mas pelo terremoto de 1 de novembro de 1755<sup>2</sup>, que deixou Lisboa destruída.

---

<sup>2</sup>Resultantes de um sismo com epicentro no meio do Oceano Atlântico, os primeiros abalos foram sentidos por volta das 9:30 da manhã. Por se tratar do Dia de Todos os Santos, muitas pessoas se encontravam nas ruas e nas igrejas, o que resultou em um maior número de vítimas. O terremoto (que hoje se estima ter sido de Intensidade 9 na Escala Richter) foi seguido de um tsunami, que, além de matar centenas de pessoas refugiadas na zona portuária, se espalhou pelo sul de Portugal, Espanha e costa da África, onde o país mais atingido foi o Marrocos. Os efeitos foram sentidos em todo o entorno, embora em proporções menores. Após o abalo sísmico e o tsunami, os lisboetas tiveram ainda que lidar com incêndios, pilhagens e enterrar os mortos -- cuja estimativa varia bastante, entre 10.000 e 70.000 -- antes de pensar na reconstrução. Muitos prédios do centro estavam inteiramente destruídos, tais como o Convento do Carmo, a Torre de São Roque e a recém-construída

A Aula de Comércio propositava formar negociantes com a instrução das disciplinas de: Caligrafia, Contabilidade, Escrituração Comercial e Línguas Modernas, visando reduzir o atraso na indústria e a decadência do comércio, que apresentava um número baixíssimo de comerciantes portugueses e incultos, e com isso elevar a capacidade de Portugal poder competir econômica e financeiramente com os outros países europeus (CABRAL, 2011).

Outro objetivo era promover a ascensão social da classe comercial. Conforme Chaves (2006), essas mudanças, conduzidas pela política reformista e ilustrada do Marquês de Pombal, foram fundamentais para integrar mercadores e negociantes ao seio da sociedade setecentista e retirou deles a mácula de pertencer a extratos sociais inferiores, marcados pelo defeito dos ofícios mecânicos. Tratava-se, pois, de definir novos vocábulos sociais que, ao mesmo tempo em que colocava mercadores e negociantes em escalas sociais distintas, dignificava, por meio de uma nova racionalidade, a atividade e o papel social de ambos.

A Aula de Comércio era uma escola estatal e laica, financiada pela Junta de Comércio, sendo agente do reforço do poder do Estado. Segundo Santana (1989) aspectos culturais, políticos e econômicos levaram à sua instituição. O autor pontua que:

1. Notáveis reformas e iniciativas no domínio do Ensino levadas a cabo em Portugal na segunda metade do século XVIII resultaram da convicção existente no país de que as condições práticas do ensino eram muito fracas e que se tornava necessário melhorá-las;
2. Por outro lado, houve durante a primeira metade do século, um grande movimento de interesse pelos problemas no ensino, que se traduziu em importantes obras, algumas delas na área do Comércio;
3. Acresce ainda o encerramento das escolas dos jesuítas e o conhecido ódio do Marquês de Pombal em relação a eles, o terem levado à criação do ensino comercial à margem da influência jesuítica;
4. Mas, é nos condicionalismos econômicos (ligados à ascensão burguesa) e na remodelação administrativa (tão importante para a consolidação do Estado Absoluto) que se encontram as principais razões para a criação de uma escola destinada a preparar negociantes instruídos, guarda-livros eficazes e funcionários competentes (SANTANA, 1989, p. 27).

Nesse sentido, com os estatutos aprovados, Aula lisboeta foi pautada pelo sucesso, seja pelo elevado número de aulistas que a frequentaram, seja pela reserva de mercado

---

Casa da Ópera, sem falar na Real Biblioteca, que guardava cerca de 70.000 volumes e centenas de obras de arte. Felizmente, o acervo foi recomposto por meio de compras, doações e incorporação de bibliotecas religiosas, ao passo que a cidade era aos poucos reconstruída. As igrejas foram a prioridade, e a parte nobre da cidade teve o traçado medieval substituído por ruas mais largas e retas. É a chamada “baixa pombalina”, em alusão a seu idealizador: Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), então Secretário de Estado do Reino, que mais tarde se tornaria marquês de Pombal. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/explore/curiosidades/terremoto-lisboa-salve-se-quem-puder>. Acesso em: 20 jun. 2023.

garantida aos seus diplomados (Carta de Lei de 30 de agosto de 1770). Segundo Ratton (1813), dada a importância da Aula do Comércio de Lisboa, o Rei D. José I por vezes foi assistir aos exames dos alunos acompanhado de sua corte.

Logo, a criação da Aula de Comércio pode ser entendida como uma forma de suprir esta carência contábil e organizacional, uma vez que visava “melhorar a economia através do controle administrativo e da modernização no método, processos e suportes de escrituração e contabilidade mercantil” (MAGALHÃES, 2010, p. 114).

Sendo assim, a Aula de Comércio, funcionando sob a alçada da Junta do Comércio, poderia capacitar e credenciar profissionais comerciais portugueses, os quais deixariam de depender dos estrangeiros.

De acordo com Azevedo (1961) apesar da deficiência estrutural nacional, as aulas de comércio em Portugal foram reconhecidas por historiadores como o primeiro curso técnico profissionalizante na Europa, mesmo que outros formatos de cursos mercantis já fossem praticados em outras nações como França, Inglaterra e Itália desde o século XVII. Nessa conjuntura a diferença entre tais formatos estava centrada em duas características que marcavam essa modalidade de instrução técnica-profissionalizante e que estariam presentes nas aulas de comércio introduzidas no Brasil a partir de 1809, conforme aponta Chaves (2008):

A ênfase nos conhecimentos práticos e a produção de uma literatura específica elaborada por seus mestres. Sobre a primeira característica, compreendia-se que o aprendizado contábil era o mais importante. Saber escriturar os livros de razão, o diário e o borrador eram indispensáveis para os negócios. Dessa forma, Portugal não teria sido o primeiro a preocupar-se com a formação de profissionais ligados ao comércio, mas teria sido pioneiro em organizar os saberes teóricos e práticos, bem como em produzir uma literatura especializada pelos lentes<sup>3</sup> que ministravam (CHAVES, 2008, p. 268).

Assim, inserida na remodelação educativa promovida pelo Marquês de Pombal, teve origem a Aula de Comércio em Portugal, na conjuntura da reforma do ensino instaurada em 1758 pelos estudos menores, ensino de primeiras letras e humanidades, em substituição às classes e escolas dirigidas pelos jesuítas que compreendiam os antigos primários e secundários; Esta reforma abrangiu, pois, determinações, como a criação do cargo de diretor-geral dos estudos e a extinção das escolas jesuíticas.

Além disso, os empenhos de Pombal possibilitaram ainda a constituição de duas escolas especializadas, o Real Colégio dos Nobres e a Aula de Comércio, orientadas para a

---

<sup>3</sup> O termo “lente” foi usado até 1930 para designar professor.

organização de rotinas contábeis e comerciais, de perfil exclusivamente pragmático. Sua concepção, portanto, se incorpora plenamente ao pensamento do reformismo pombalino, uma vez que compactua com o ideário iluminista de uma educação laica, subjugada ao domínio real e oportuna às necessidades pragmáticas da execução mercantilista.

Nesse contexto, segundo Silva Cloclet (2003) as reformas pombalinas no âmbito da educação passavam pela valorização da instrução e da experiência para a formação do homem público moderno, dentro das perspectivas educacionais em voga na Europa: uma educação comprometida com as ideias de progresso e racionalidade.

Contudo, a proposta do Marquês de Pombal incluía também a ideia de uma educação “essencialmente política, dirigida pelo Estado e visando a formação moral e intelectual de cidadãos socialmente comprometidos” (SILVA CLOCLET, 2003, p. 12), o que não seria, então, uma simples transplantação de modelos e métodos, mas uma adaptação às necessidades do velho reino, as quais visavam a formação de corpo mercantil mais bem definido, instituindo o “foro de nobreza” para os negociantes, bem como a participação mais efetiva destes por intermédio da Junta de Comércio. A instrução técnica, obrigada aos mercadores, visava, principalmente, instruir as novas gerações e, por essa razão, dava-se preferência às matrículas dos filhos de negociantes-para as aulas de comércio.

Naturalmente, uma instituição com tal reconhecimento merecia ser “multiplicada pelo país se as circunstâncias o permitissem ou o impusessem” (SANTANA, 2012, p. 26). Mas é no reinado de D. Maria I, principalmente, sob a regência de seu filho D. João, futuro D. João VI, que se efetivou a criação de outras Aulas do Comércio em Portugal.

A primeira Aula a ser instituída no período pós-pombalino se localizava no Porto por ser a “segunda cidade onde a atividade comercial era mais importante, não possuindo, no entanto, uma escola onde se ministrassem os conhecimentos elementares de comércio” (PEREIRA, 2001, p. 277). Porém, foi à de Faro que coube a estreia do ensino comercial no reinado posterior ao de D. José I, por meio da criação da Aula do Comércio do Reino do Algarve (1791).

Transitando do Sul para o Norte de Portugal, somente dezoito-anos após o primeiro pedido de estabelecimento de uma Aula de Comércio pelos homens de negócios nortenhos, surge a Aula do Comércio do Porto (1803), integrada à Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto (GONÇALVES, 2011).

A Aula nortenha introduziu, pois, diversas novidades quando comparada à Aula lisboeta, nomeadamente, o ensino das línguas vivas, por serem cruciais para a compreensão

de obras mercantis estrangeiras bem como-para a negociação com os países do norte da Europa-Além disso, foi introduzido no plano curricular da Aula do Porto o ensino da geografia (GONÇALVES, 2011). O quadro 1, abaixo, expõe as Aulas do Comércio instituídas por Portugal de 1759 a 1821:

**Quadro 1 – Aulas do Comércio fundadas entre 1809 e 1821 em Portugal**

| <b>Cronologia</b> | <b>Fundação</b> | <b>Início das Aulas</b> | <b>Instituição</b>                                                                                                        | <b>Localização</b> | <b>Observações</b>                                                                                                                                                                           |
|-------------------|-----------------|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                 | 1759            | 1759                    | Aula do Comércio de Lisboa                                                                                                | Lisboa             | João Henrique de Sousa foi o primeiro professor. A contabilidade por partidas dobradas era ensinada no terceiro ano; o curso tinha duração de três anos.                                     |
| 2                 | 1791            | 1791                    | Aula do Comércio de Faro                                                                                                  | Faro               | Pedro Guilherme da Fonseca foi o primeiro professor.                                                                                                                                         |
| 3                 | 1803            | 1803                    | Aula do Comércio do Porto (integrada num estabelecimento maior: a Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto) | Porto              | José Honório Guerner foi o primeiro professor. José havia sido aluno diplomado pela Aula do Comércio de Lisboa e era também bacharel formado pela Universidade de Coimbra (GONÇALVES, 2011). |

**Fonte:** Adaptado de Duarte, Gonçalves e Góis (2021)

Apesar do modelo educacional implementado em Portugal em 1759 as colônias lusitanas, entre elas o Brasil, desenvolviam o ensino baseado na metodologia dos Jesuítas os quais atuavam como socializadores e educadores da população na condição de monopolistas educacionais.

Nessa conjuntura, segundo Hilsdorf (2003) ocorreram duas grandes fases na atuação dos jesuítas: o período “heroico” (1549-1570) e o período de consolidação ou expansão (1570-1759). O primeiro marcado pelas características missionárias genuínas (heroicas, ou apostólicas) e o segundo, pelo “mundo dos colégios”. Este último, nessa perspectiva, culmina na expulsão da Companhia de Jesus da colônia ao final da fase, e no âmbito da educação escolar, na reformulação do sistema de ensino da metrópole e das colônias.

Em vista do percurso histórico acerca do ensino comercial em Portugal, percebe-se a importância da Reforma Pombalina para o progresso da área no Brasil, que chegaria ao território nacional com a Família Real em 1808 quando mediante o cenário das Guerras Napoleônicas aconteceria o desembarque da coroa portuguesa, o que traria na bagagem a expertise mercantilista do continente europeu e ocasionaria mudanças econômicas e socioculturais na colônia.

Dá-se, assim início a uma nova fase do ensino comercial, voltado às necessidades de desenvolvimento do comércio na nova sede do império português, na colônia brasileira.

## 2.2 O ENSINO DE COMÉRCIO NO BRASIL

De acordo com Manfredi (2002) a transferência da capital do império português para o Rio de Janeiro elevou a complexidade do contexto social, econômico e político brasileiro, forçando o suprimento de necessidades inexistentes anteriormente. A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, mudou o status do Brasil, que deixou de ser colônia para se tornar a sede do Reino. Em vista disso, ocorreram aqui, durante as primeiras décadas do século XIX, transformações econômicas e políticas significativas.

Do ponto de vista econômico, extinguiram-se as relações de intercâmbio e de exploração características do modelo Metrópole-Colônia.

A economia brasileira deixou de ser fundamentada apenas na agroindústria voltada ao sistema colonial de trocas. Iniciou-se, então, a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados para subsidiar o comércio que interessava à Metrópole.

Logo após o aporte em terras brasileiras, D. João estabeleceu inicialmente a estruturação administrativa, política e social que permitiu a criação estatal nos trópicos. Durante curta permanência na Bahia e dentro do conjunto de medidas administrativas de cunho econômico, decretou em 28 de janeiro a abertura dos portos aos países estrangeiros, rompendo com a exclusividade comercial vigente, principal base da política colonialista portuguesa.

Relativamente a essa medida, Cardoso (2007), aponta a sua importância no que diz respeito à superação do sistema colonial:

[...] ao impor uma quebra na situação de exclusivo e, por conseguinte, das vantagens que a metrópole detinha na balança comercial com a sua mais importante colônia, a Abertura dos Portos brasileiros aos navios e negociantes britânicos [...] consolida um movimento irreversível de transição de um sistema de comércio internacional protegido pelo regime de pacto colonial para um sistema de comércio livre sem exclusivos (CARDOSO, 2007, p. 182)

No Rio de Janeiro, várias ordens régias e leis estabeleceram procedimentos para a instalação do poder real, tanto pelo estabelecimento e replicação de algumas instituições existentes em Lisboa, quanto por meio da criação de novas adaptações à realidade local.

Dentre as instituições, foram criadas três secretarias de governo, seguidas da nomeação dos ministros de Estado responsáveis por cada pasta: Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e da Fazenda ocupada por D. Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar; Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ocupada pelo visconde de Anadia e Secretaria de Estado dos Negócios do Estrangeiro e da Guerra, da qual D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, ficou incumbido (LOPES, 1959).

Ainda dentro da estruturação, fundou-se a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação no Rio de Janeiro, constituída pelo alvará de 23 de agosto de 1808, como parte das mudanças ocorridas pela transferência da corte lusitana para o Brasil e do esforço em adequar a estrutura administrativa colonial às novas necessidades. Assim, mesmo sendo estruturada para funcionar como um tribunal superior régio, a junta acumulava funções judiciais e administrativas, uma vez que sua organização compreendia o Tribunal, a Secretaria e a Contadoria, as Mesas de Contribuição e Inspeção, além da Aula de Comércio (LOPES, 1959).

De acordo com esse ato, a instituição deveria tratar dos negócios relativos a:

comércio, agricultura, fábricas e navegação, visando, sobretudo, o fomento à indústria e ao comércio, através de prêmios, privilégios, isenções e concessões. Dentre as atividades sob sua alçada estavam a matrícula de comerciantes, a administração de bens de falecidos, a regulação das falências comerciais, a navegação, a pesca das baleias, os faróis, as estradas, as pontes e os canais, as operações de importação e exportação, as aulas de comércio, companhia de seguros, e a regulação de contenciosos entre comerciantes (ANDRADE, 1980, p. 11)

Visando a retomada das atividades fabris e a abertura comercial, uma das medidas adotadas foi a supressão do alvará de 5 de janeiro de 1785 que fora emitido por D. Maria I. Esse documento, que proibia o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, tinha como principal justificativa o fato de que, com o desenvolvimento das fábricas e manufaturas, os colonos deixavam de cultivar e explorar as riquezas da terra e fazer progredir a agricultura nas sesmarias, conforme haviam acordado aqueles que as retiveram.

Para que a extração mineral, principalmente de ouro e diamantes e a agricultura não enfraquecessem por falta de mão de obra, a rainha define desautorizar todo tipo de fábrica e manufatura têxtil no Brasil, com exceção daquelas que produzissem tecidos grosseiros que servissem para vestimenta aos negros e acondicionamento de fazendas e outros gêneros. Caso se infringisse ao alvará, o produtor teria que pagar multa para o sistema judiciário e a quem lhe houvesse indiciado (NOVAIS, 1966). Com sua revogação houve uma elevação das atividades fabris e comerciais, impulsionando, dessa forma, o desenvolvimento econômico e produzindo uma demanda por trabalhadores instruídos nas práticas comerciais.

Nesse sentido, visando atender ao mercado com a qualificação de mão de obra especializada para atender as atividades comerciais, em 1808, ano do aporte da realeza, D. João VI criou a cadeira e a aula pública de Ciência Econômica por intermédio do Visconde de Cairú. No ano seguinte, foi instituída, pelo alvará de 15 de julho de 1809, a Aula de Comércio da Corte e a Escola de Comércio, ambas no Rio de Janeiro. A criação dessas primeiras aulas de comércio, organizada pela Junta de Comércio se encontrava nas províncias do Maranhão em 1816 e em outras duas importantes praças mercantis: Salvador em 1815 e Recife em 1821 (ARAÚJO; RODRIGUES, 2013).

**Quadro 2 – Aulas do Comércio fundadas entre 1809 e 1821 no Brasil**

| <b>Cronologia</b> | <b>Fundação</b> | <b>Início das Aulas</b> | <b>Instituição</b> | <b>Localização</b> | <b>Observações</b> |
|-------------------|-----------------|-------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                   |                 |                         |                    |                    |                    |

|   |      |      |                                          |                   |                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---|------|------|------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | 1809 | 1811 | Aula do<br>Comércio do<br>Rio de Janeiro | Rio de<br>Janeiro | José António<br>Lisboa, antigo aluno<br>da Aula do<br>Comércio de Lisboa,<br>foi o professor<br>nomeado para a<br>docência. Ao tomar<br>posse, foi informado<br>pela Junta do<br>Comércio que<br>deveria seguir os<br>estatutos da Aula do<br>Comércio de Lisboa. |
| 2 | 1814 | 1815 | Aula do<br>Comércio da<br>Baía           | Salvador          | O primeiro professor<br>foi Genuíno Barbosa<br>Betâmio.                                                                                                                                                                                                           |
| 3 | 1814 | 1816 | Aula do<br>Comércio do<br>Maranhão       | São Luís          | Francisco Justiniano<br>da Cunha, ex-aluno<br>da<br>Aula do Comércio<br>de Lisboa, foi o<br>professor<br>designado.                                                                                                                                               |
| 4 | 1821 | 1821 | Aula do<br>Comércio de<br>Pernambuco     | Recife            | O mesmo lente do<br>Maranhão,<br>Francisco Justiniano<br>da Cunha foi o<br>professor nomeado.                                                                                                                                                                     |

Fonte: Adaptado de Duarte, Gonçalves e Góis (2021)

Desse modo, estabelecida a Aula de Comércio no cenário da transferência da corte lusa, sua concepção esteve associada ao pensamento ilustrado português da época, influenciado pelo movimento realizado, principalmente na Inglaterra e França, que via nos investimentos aplicados na educação uma forma de desenvolver a economia e explorar os recursos naturais. Pelo fato de não pertencer à categoria das “aulas menores”, seguiu

operando sob a inspetoria da Real Junta do Comércio, possuindo rendimentos próprios para o desenvolvimento de suas atividades, oriundos de inúmeras fontes, dentre elas a matrícula de companhias comerciais e industriais e a taxação de produtos na atividade portuária- (CABRAL, 2011).

De acordo com Souza (2006) há uma lacuna sobre o que aconteceu às Aulas de Comércio entre 1809 e 1833; nas províncias o ensino de comércio tinha pouca expressão. Para Saes e Cytrynowicz (2001), apesar de já existirem há cerca de meio século, as Aulas de Comércio não atraíam grande número de alunos, pois cursos como Direito, Engenharia e Medicina exerciam maior atrativo perante as classes mais favorecidas, fato que é norteador pelo dualismo histórico presente na educação brasileira.

Com duração de três anos, em 1809, foi estabelecida, no Rio de Janeiro, a primeira Aula Pública de Comércio. O cronograma de estudos dessa aula, que visava preparar “[...] os filhos dos comerciantes e da burguesia em geral” (SOARES, 2007, p. 45), era estruturado da seguinte maneira:

O primeiro ano era dedicado à Matemática e os alunos aprendiam Aritmética e Álgebra pelos livros de Bézout. No segundo ano, aprendia-se Geometria pelo mesmo compêndio, noções de Geografia, Comércio, Artes Liberais, moedas, câmbios, agricultura, mineração, artes mecânicas e navegação. No último ano, os alunos aprendiam a escritura mercantil e economia política (CARDOSO, 2002 apud SOARES, 2007, p. 45).

Para a admissão, exigia-se apenas leitura, escrita e as quatro operações básicas. Em 1840, o Ministério da Educação passou a cogitar a inclusão de inglês, francês e de gramática portuguesa no exame de ingresso.

No Brasil, sofreu adaptações devido às especificidades das transações comerciais do país, e objetivava formar comerciantes e empregados públicos.

Nesse sentido o currículo foi submetido a revisões na Junta de Comércio por José Antônio Lisboa, no Rio de Janeiro, e por Euzébio Vanério, na Bahia. Essas revisões pretendiam atualizar e adaptar o programa às circunstâncias diferenciadas do Brasil e das novas relações que os tratados comerciais impunham. Sem dúvida nenhuma o franqueamento dos Portos do Brasil e o Tratado de Comércio e Amizade entre Brasil e Inglaterra em 1810 aproximaram os interesses mercantis do Brasil e os da praça comercial de Londres. Isso implicava também a aquisição de maiores conhecimentos sobre a língua, as leis e os costumes mercantis dos ingleses (CHAVES, 2008).

Nesse sentido, atendendo à necessidade de adaptação, José Antônio Lisboa, regente da Aula de Comércio na Corte, acrescentou o ensino de princípios de geometria plana,

geografia e economia política ao estudo da aritmética, álgebra, comércio e escrituração, originalmente previstos nos estatutos do curso. Em aritmética, álgebra e geometria, era utilizado o livro de Bézout; a geografia era ensinada por meio de um folheto reduzido do brasileiro Manoel Inácio Lisboa; em comércio adotavam-se os dois tomos da obra de Manoel Teixeira Cabral de Mendonça e, em economia política, a obra de José da Silva Lisboa (1950).

Conforme Chaves (2008) o Plano de Curso de José Antônio Lisboa era bastante ousado. Assim como o professor da Bahia, Euzébio Vanério, quem primeiro propôs a redução do curso de três para dois anos, concordava serem desnecessários três anos para as matérias costumeiras. Contudo, postulava a continuidade dos três anos com alteração do programa de curso. Nessa circunstância,

Em carta enviada ao Conselheiro Desembargador do Paço e Inspetor Geral dos Estudos, Antônio Lisboa explicava a redução pela ausência da necessidade dos alunos de postular as aulas, isto é, anotar o conteúdo ministrado. Desde o início de sua regência na Corte, José Antônio Lisboa havia seguido outro plano, que lhe parecia ter mais vantagem. Obedecendo à obrigatoriedade de seguir os estatutos de Portugal, ele tinha “aproveitado” o tempo livre de um ano para ensinar mais do que era obrigado. Ensinava no terceiro ano disciplinas relativas à economia política. Diz que fazia isso por duas razões fundamentais: a primeira se justificava pelo fato de que não havia no reino aulas específicas públicas de economia; a segunda razão era porque podia dar uma instrução adicional para alunos que saíam do curso para empregos públicos, casas de negócios e sobrecargas de navios. Iriam utilizar aquele conhecimento para a melhoria da sociedade (CHAVES, 2008, p. 272).

### Quadro 3 – Obras utilizadas nas Aulas do Comércio

| DISCIPLINA                                                                                                                                                                                                               | AUTOR                                     | OBRA                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Aritmética, Álgebra e geometria                                                                                                                                                                                          | <b>Étienne Bézout</b>                     | Elementos de Arithmetica (figura 2)         |
| <b>História do Comércio</b><br><b>Atuação:</b> agricultura, mineração, artes mecânicas, artes liberais, pesca e caça<br><b>Ramos:</b> Colônias, navegação, moedas, câmbios e seguros.<br><b>Legislação:</b> Leis gerais. | <b>Manoel Teixeira Cabral de Mendonça</b> | O Guarda Livros Moderno – Tomo I (figura 4) |

|                   |                                           |                                              |
|-------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Partidas dobradas | <b>Manoel Teixeira Cabral de Mendonça</b> | O Guarda Livros Moderno – Tomo II (figura 5) |
| Geografia         | <b>Manoel Inácio Lisboa</b>               | Folheto reduzido                             |
| Economia Política | <b>José da Silva Lisboa (figura 1)</b>    | Princípios de Economia Política (figura 3)   |

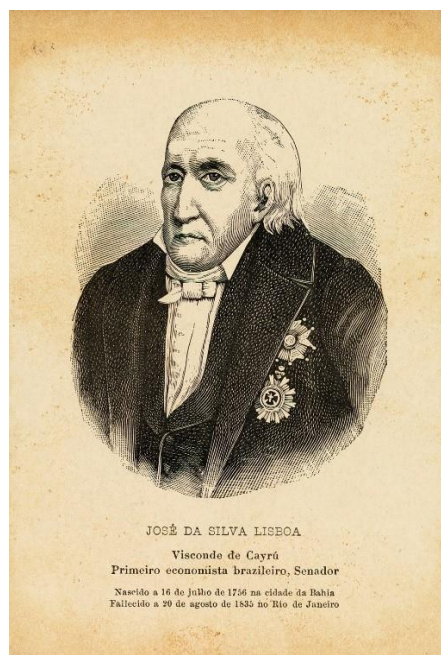
Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

O livro de José da Silva Lisboa<sup>4</sup>, *Princípios de Economia Política* (1950), e o livro de Manoel Teixeira Cabral de Mendonça, *O Guarda Livros Moderno* (1823), eram as duas referências bibliográficas mais importantes para o curso e em língua portuguesa. No caso da primeira obra, é importante lembrar que era um trabalho de referência dentro do pensamento econômico luso-brasileiro. A obra, publicada em 1804 em Lisboa, revelava suas perspectivas de irrestritas liberdades comerciais para a então colônia americana. Sua atuação como professor das Aulas de Comércio durou onze anos, de 1809 a 1820, quando conseguiu ser jubulado (CHAVES, 2008).

### Figura 1 – José da Silva Lisboa – Visconde de Cairu

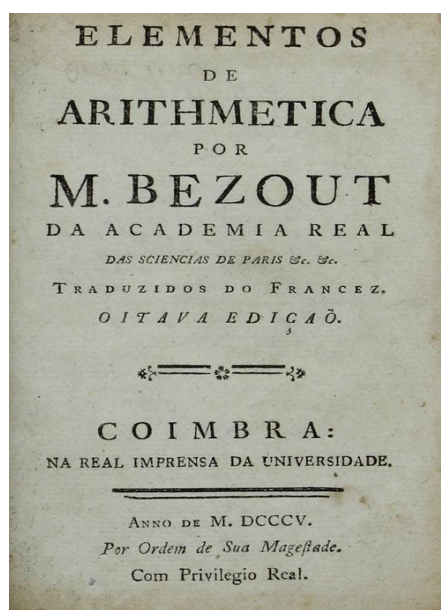
---

<sup>4</sup>Nasceu em Salvador, Brasil, em 16 de julho de 1756. Formou-se em direito canônico e filosofia pela Universidade de Coimbra, onde ingressou em 1774. De volta à Bahia, assumiu a cadeira de filosofia racional e moral e fundou uma aula de grego. Foi deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, censor régio. Nomeado por D. João professor de economia política, cargo instituído pelo decreto de 23 de fevereiro de 1808. Em 1825, recebeu o título de barão de Cairu e, em 1826, o de visconde de Cairu. Escreveu várias obras sobre economia e política editadas pela Imprensa Régia. Publicou *Princípios de economia política* (1804), livro em que defendeu o livre comércio e criticou os monopólios, difundindo as ideias de Adam Smith, de quem era admirador. Morreu no Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1835. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/435-jose-maria-da-silva-lisboa-visconde-de-cairu>. Acesso em: 20 jun. 2023.



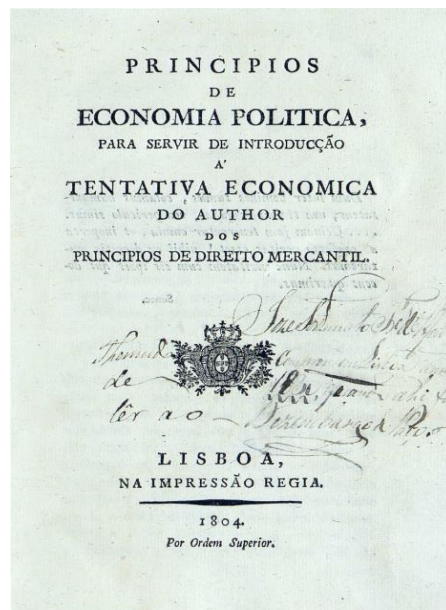
Fonte: BN DIGITAL (2023)

**Figura 2 – Livro Elementos de Arithmetica**



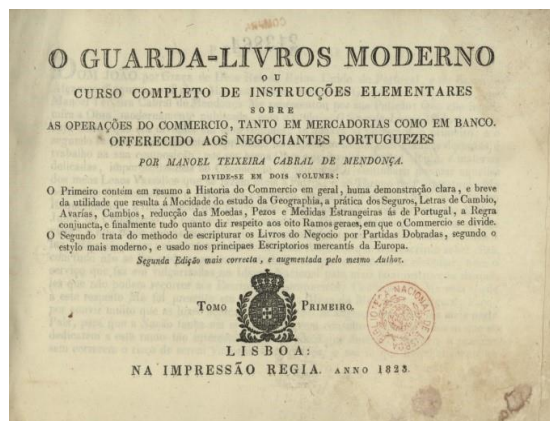
Fonte: Livraria Alfarrabista Manuel Ferreira

**Figura 3 – Livro Princípios de Economia Política**



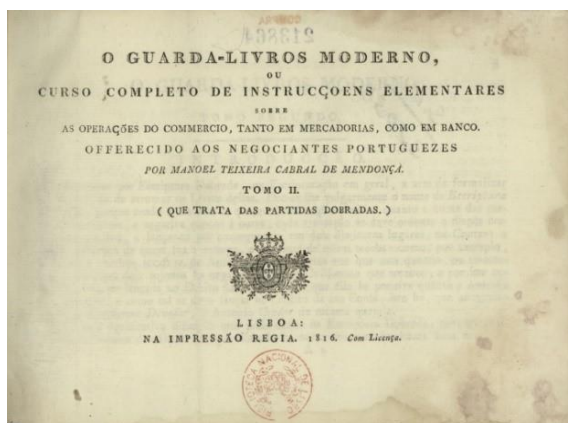
Fonte: Open Library

**Figura 4 – O Guarda Livros Moderno (Tomo I)**



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

**Figura 5 – O Guarda Livros Moderno (Tomo II)**



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Assim sendo, no decorrer do período Imperial, o curso passou por várias adversidades, como apontam os relatórios ministeriais e a legislação. O teor do Decreto n.º 121, de 31 de janeiro de 1842, por exemplo, que regulou o preenchimento das cadeiras de professores, constata claramente a insatisfação do governo, representado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna, com a forma de seleção das lentes.

De acordo com o ato, desde a criação da Aula de Comércio, o Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação teria

uma maneira arbitrária e irregular de prover as cadeiras dela, bastando muitas vezes para a escolha e nomeação dos lentes, como eram conhecidos os professores à época, as informações individuais dos seus membros, dispensado o concurso, e exame necessário para verificar e estabelecer a idoneidade e preferência dos pretendentes; e cumprindo subordinar o provimento das ditas cadeiras ao sistema geralmente adotado pela moderna Legislação a respeito de todas as outras dos estudos maiores e menores (BRASIL, 1843, p. 135).

Esse apontamento imperial era alusivo ao início na administração pública no império, a partir dos anos de 1840, de um processo de modernização da burocracia. O princípio meritocrático despontava em algumas instituições, mesmo que de forma incipiente, que elegiam através de concursos seus funcionários para o ingresso nas carreiras de estado.

Logo, a admissão ao cargo de lente foi nivelada ao processo seletivo das demais instituições educacionais, de estudos menores e maiores, subordinadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. A partir da promulgação do decreto de 1842, as cadeiras ausentes na Aula de Comércio deveriam ser preenchidas pelos substitutos e, na ausência

destes, deveria ser realizado um concurso público ao qual somente seriam admitidos cidadãos brasileiros de bons costumes, que estivessem no gozo de seus direitos civis e políticos. A nomeação do ingressante seria chancelada pelo governo, deixando de ser uma prerrogativa exclusiva da Imperial Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Essas aulas de comércio sofreram uma primeira regulamentação por parte do governo do Império em 1846, quando o gerenciamento destas foi deslocada permanentemente para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império pelo Decreto n.º 456, de 6 de julho, que atualizou normativos para a instituição.

Esse ato objetivou preceituar vários aspectos do seu funcionamento, tais como os exames seletivos de alunos e docentes, matrícula, período letivo e disciplinas a serem cursadas. Definiu, ainda, a nomeação de uma banca examinadora composta por dois lentes e um substituto. O curso teria duração de dois anos, cada um sob responsabilidade de um dos professores. Os exames finais, por sua vez, abordavam disciplinas como Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação de Livros, conforme consta no artigo 12 do regulamento. O capítulo objetos do ensino definia, para o segundo ano, a oferta das disciplinas História Geral do Comércio e Arrumação e Prática de Livros (BRASIL, 1846).

Na década seguinte, as Aulas de Comércio foram transformadas no Instituto Comercial do Rio de Janeiro, denominação de um curso de estudos formado pela Aula de Comércio da Corte, com a edição do Decreto n.º 1.783 de 14 de maio de 1856, e que dispõe sobre o estatuto do curso assinado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. De acordo com Peleias (2007), o conteúdo foi distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. A comparação desse estatuto com o regulamento contido no Decreto n.º 456/1846 revela a profundidade das mudanças promovidas na Aula de Comércio.

#### **Figura 6 – Luís Pedreira do Couto Ferraz**



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM USP

Embora as primeiras escolas comerciais tenham sido criadas a partir de 1809, somente com a promulgação do Código Comercial do Império brasileiro, por Dom Pedro II, em 1850, pela Lei nº 556, de 25 de junho, que estabelece a obrigatoriedade da escrituração e do levantamento de balanço nos cálculos comerciais, foi provocada uma elevada necessidade de profissionais habilitados para o trabalho comercial. Junta-se, a isso, o crescimento econômico evidenciado pela expansão da cultura cafeeira, o que incentivou a criação de bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor, construção de estradas de ferro e o surgimento das empresas de serviços urbanos e dos investimentos estrangeiros.

A implantação do Código Comercial brasileiro significou o estabelecimento de um novo modelo jurídico mercantil adotado por diversos países como Espanha (1829), Bélgica (1831), Portugal (1834), Grécia (1835) e Holanda (1838), todos inspirados no código francês (1807), que representou a transição entre um modelo de direito corporativo, voltado para o comerciante, para outro direcionado à regulação das relações comerciais (CABRAL, 2015).

Nesse sentido, o Código Comercial Brasileiro dava ao país uma legislação mercantil própria e o aparelhava para constituir sociedades anônimas. Assim, Levy (1994, p. 52-53) ressaltou que esse Código permitiu, ao reunir capitais supostamente disponíveis, “promover a expansão sem precedentes da produção, tornando, por assim dizer, caducas as empresas baseadas no capital individual”.

Na mesma direção, Fausto (2002) relata que o ano de 1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século, mas foi também um ano de grandes mudanças na economia do país.

Em 1850, foi extinto o tráfico de escravos no Brasil, o que proporcionou a liberação de capitais, dando origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação para as condições da época.

Os profissionais com conhecimentos específicos passaram a ser requisitados para cumprir as regras obrigatórias relativas à escrituração contábil prevista no Código, o que, consequentemente, fortaleceu a atuação das instituições de ensino específicas para as técnicas contábeis.

Nesse cenário, na segunda metade do século XIX, ocorreu uma reorganização do ensino comercial brasileiro, em que diversos decretos modificaram a estrutura do Instituto Comercial do Rio de Janeiro mediante as necessidades do mercado observadas pelo império. A respeito disso, Saes e Cytrynowicz (2001) mencionam que o governo imperial identificou a necessidade de maior atenção à gestão dos negócios.

O debate acerca das razões do Instituto não alcançar plenamente os seus objetivos não era restrito ao governo. Em artigo não assinado, publicado no Jornal do Commercio de 29 de março de 1868, foi apontado que apesar “de ter sofrido reforma e reforma de reforma o instituto comercial do Rio de Janeiro cada vez mais precisa delas”. Segundo o artigo, a instituição fora criada “para formar comerciantes instruídos, aptos para bem desempenharem quaisquer funções da sua classe” (Jornal do Commercio, 29/03/1868, p. 1).

Contudo, foi apontado que a maioria das casas comerciais fechava entre 4 e 5 horas da tarde, enquanto as aulas, com exceção de francês, iniciavam-se às 4. Quem escreveu o artigo afirmou que tinha dois filhos “*empregados em casas estrangeiras que só às 5 horas fecham, e que quisera que eles frequentassem o curso do Instituto*”, tendo, no entanto, que demovê-los. A denúncia feita, portanto, era de que a instituição não se adaptava à conveniência dos alunos e, sim, à dos professores, sugerindo, inclusive, que fosse alterado o nome para “*instituto commercial dos professores*” (Jornal do Commercio, 29/03/1868, p. 1).

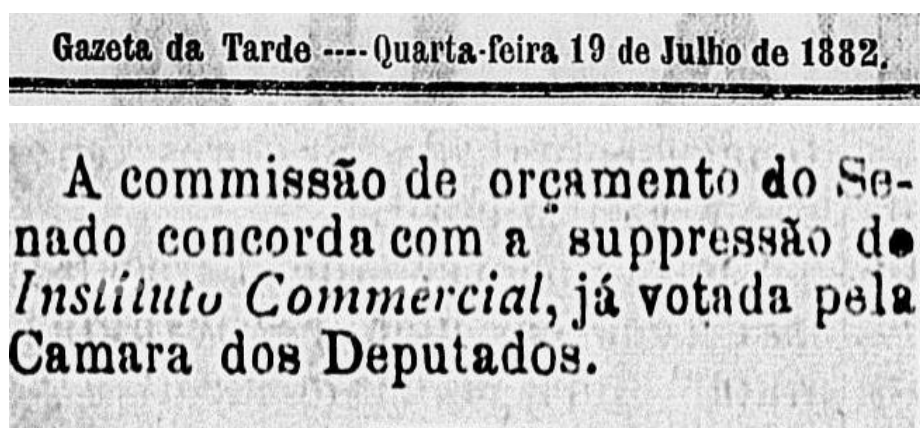
Já em 1875, o ministro dos Negócios do Império, Visconde do Bom Conselho, afirmava que “nem a frequência nem o resultado dos estudos corresponde aos sacrifícios do Estado” (Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1875). Por sua vez, em 1877, foi indicado que o Instituto Comercial era “uma instituição morta”, e era “urgente extinguir

ou reorganizar este estabelecimento, com o qual tão improdutivamente despende o Estado anualmente 20:800\$000 (vinte contos e oitocentos mil reis” (Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1877)<sup>5</sup>.

As últimas tentativas de salvar o Instituto, no entanto, não deram frutos. Em 1882, o relatório do ministro dos Negócios do Império indicava que, por falta de alunos, o Instituto não funcionava há dois anos (Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1882). Segundo Alba Bielinski, citando um editorial do Cruzeiro de 26 de junho de 1882, a extinção do Instituto se deu por vício do papelório, no excesso de documentos e informações exigidas aos que desejassem se matricular, logo desanimando (BIELISNKI, s.d.).

Em 19 de julho de 1882, a Gazeta da Tarde anunciava que a comissão de orçamento do Senado havia concordado com “a supressão do Instituto Commercial, já votada pela Câmara dos Deputados”.

**Figura 7 – Manchete do jornal Gazeta da Tarde (1882)**



Fonte: Gazeta da Tarde, ed. 163 19/07/1882

Assim, apesar da promulgação de legislações que reorganizaram o ensino comercial e definiram novos estatutos, tais ações foram insuficientes para evitar a extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1882. Assim sendo, para Bielinski (2000), a formação comercial apresentava pouca atratividade em relação a outros cursos. As dificuldades dos alunos em atenderem as exigências para ingresso e a dificuldade do Instituto em atender as necessidades que o comércio da então Capital Federal apresentava à época foram decisivas para esse processo de decadência do Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup> Para saber mais: <https://legis.senado.leg.br/norma/544614/publicacao/15631660>.

Após esse período, iniciou-se uma nova fase para o ensino, com grandes mudanças e a expansão do ensino comercial, entre 1889 e 1931, primeiras décadas da era republicana. Essas mudanças foram motivadas por uma combinação de fatores, dentre eles o crescimento econômico causado pelo aumento na produção e o crescimento da urbanização, principalmente da cidade de São Paulo (PELEIAS, 2007).

Conforme Bielinski (2000), no início do século XX, à vista da expansão comercial do país e das exigências de caráter administrativo, surgiu a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país. Logo, em 1902, foram criadas a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, mas com aulas diurnas e mensalidades.

Em 1905, por intermédio da Lei n. 1.339, eram reconhecidos pelo Governo Federal, com validade em todo o território nacional, os diplomas conferidos pelas duas instituições. Com isso, implicitamente se reconheciam, também, os Cursos Geral e Superior de Comércio, por elas ministrados, e os planos de estudos como padrões a serem imitados.

Essa reorganização e fatores de desenvolvimento econômico no país mudaram a visão do ensino comercial, levando em consideração que, conforme contexto histórico, essa forma de ensino comercial desde o Brasil-Colônia, notadamente de cunho pragmático e voltada para atender as necessidades do mercado, servia aos negócios públicos e privados. Dessa forma, tal conjuntura propiciou, ao longo de sua trajetória, dificuldades de afirmação, tendo em vista que os principais interessados na profissão a buscavam por necessidade imediatista de trabalho, não havendo outros estímulos para a maior parte dos alunos, o que comprova o modelo educacional no Brasil, o qual é marcado historicamente pela dualidade (NÓBREGA; SOUZA, 2018).

A partir da vinda da Corte Portuguesa para o país, criaram-se as primeiras instituições públicas de educação de ensino superior destinadas à formação daqueles que exerceriam as funções qualificadas no Exército e na Administração do Estado. Os demais níveis, o primário e o secundário, serviam como propedêuticos à Educação Superior. Paralelamente a isto, o Estado buscava promover a formação da força de trabalho ligada à produção.

Para Bielinski (2000), a mentalidade preconceituosa da época ligava os trabalhos manuais e mecânicos aos trabalhos realizados pelos escravos e pela classe mais humilde, criando, assim, fortes barreiras ao ensino técnico profissionalizante; formar-se doutor era

ter a possibilidade de subir no status social e econômico, mas tornar-se fabricante, negociante ou lavrador era situação não desejável para a maioria dos jovens.

Essas profissões, segundo opinião geral, eram destinadas aos menos inteligentes ou deserdados da fortuna. O povo, por sua vez, acreditava que para trabalhar nas oficinas, no comércio ou na agricultura, não era necessário ir à escola. Desse modo, o orçamento da casa pobre recebia o reforço advindo do trabalho juvenil e mesmo infantil, o que contribuía para que a educação fosse considerada um luxo nas famílias mais humildes.

Nesse contexto, conforme pontua Moura (2007), até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes.

Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso.

Nesse sentido, para Ramos (2014), o início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país, momento em que houve um esforço público em prol de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos para a da preparação de operários para o exercício profissional.

Nesse contexto de profissionalização educacional nos primórdios do século XX, a educação comercial no Brasil sofreu uma guinada diante da perspectiva de modernização da legislação referente a esse modelo de ensino, tendo como marco principal o Decreto n.º 1.339, de 9 de janeiro de 1905, que reconhece a Academia de Comércio do Rio de Janeiro como instituição de utilidade pública e seus diplomas validados pelo poder executivo, sendo essa regulamentação adotada pelas demais escolas comerciais instaladas no Brasil. Outros documentos foram significativos ao ensino comercial, sejam eles:

#### **Quadro 4 – Legislação Aplicada ao Ensino Comercial no Brasil**

| <b>Legislação</b> | <b>Título</b> | <b>Composição</b> |
|-------------------|---------------|-------------------|
|-------------------|---------------|-------------------|

|                                                 |                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Decreto n.º 4.724-A de 23 de agosto de 1923     | Equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições, aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro. | Equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições, aos da Academia de Commercio do Rio de Janeiro e dá outras providências.                                                                          |
| Decreto n.º 17.329 de 28 de agosto de 1926      | Regulamento para os estabelecimentos de Ensino Técnico Comercial oficialmente reconhecidos pelo governo federal.                             | Composto por 19 Artigos. Reconhece os cursos de caráter geral, superior e especialização, concedendo ao primeiro o título de contador e ao segundo o de graduado em ciências econômicas e comerciais.                                          |
| Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930   | Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.                                      | Composto por 8 Artigos. Anexou a sua estrutura a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial.                                                                                                                                    |
| Decreto n.º 20.158 de 30 de junho de 1931       | Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.                                                   | Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e estrutura o ensino comercial com um curso propedêutico e os cursos técnicos, um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio. |
| Decreto-Lei n.º 6.141 de 28 de dezembro de 1943 | Lei Orgânica do Ensino Comercial.                                                                                                            | Estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial                                                                                                                                                                             |

|                                                 |                                                                            |                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Decreto-Lei n.º 6.142 de 28 de dezembro de 1943 | Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial | Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do ensino comercial                                                      |
| Decreto n.º 14.373 de 28 de dezembro de 1943    | Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial.       | Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial                                                             |
| Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971          | Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.                    | Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e promoveu transformações significativas na atuação do ensino comercial. |

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Este conjunto de decretos de 28 de dezembro de 1943 ficou conhecido como Leis Orgânicas da Educação Nacional – ou Reforma Capanema, alusiva e assinada pelo então Ministro Gustavo Capanema<sup>6</sup>. A partir dela, o ensino comercial passou a ser dividido entre cursos de formação, continuação e aperfeiçoamento.

### **Figura 8 – Gustavo Capanema Filho**

---

<sup>6</sup>Gustavo Capanema (1900-1985) nasceu no município mineiro de Pitangui. Em 1924 forma-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1930, ocupa cargos no governo de Minas Gerais. Criado em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública, foi ocupado por Capanema em julho de 1934 e permaneceu no cargo até 1945). Em 1937 encaminha ao Congresso o Plano Nacional de Educação. Em 1942, sob os auspícios do estado novo e por iniciativa de Capanema, iniciam-se as reformas de ensino, de níveis (primário e secundário) e modalidades (ensino técnico profissional: industrial, comercial, normal e agrícola), traduzidas nas chamadas “leis orgânicas do ensino”, que se estendem até 1946 (SCHWARTZMAN, 2000).



Fonte: TCU (2023)

Dentro dos cursos de formação, encontram-se os cursos técnicos, divididos em curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. As reformas do período (1931-1943), realizadas na Era Vargas, foram propulsoras do ensino comercial, quando este recebeu maior atenção por parte do Estado, e representam a síntese da política educacional para essa modalidade de ensino no Brasil.

O conjunto desses Decretos–Lei evidencia a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional, pois foram definidas leis específicas para a formação comercial.

Estas legislações contribuíram de forma decisiva para a grande expansão das escolas de comércio, ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, período do ápice do ensino comercial de nível médio no Brasil. Outro ponto crucial se dá com a edição da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e promoveu transformações significativas na atuação do ensino comercial.

As inúmeras reformas e decretos referentes ao ensino comercial, ao longo da primeira metade do século XX, podem ser compreendidas em paralelo ao aumento da necessidade de profissionais do comércio para atuarem em instituições públicas e privadas do país. Com as reformas e o aumento da demanda destes profissionais, inúmeras escolas de comércio foram criadas nos diferentes estados brasileiros (SILVA, 2019).

## 2.3 EDUCAÇÃO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Assim como ocorreu em outros estados do Brasil, no Rio Grande do Norte a expansão mercantil ocasionou a necessidade de profissionais de escrituração e, conseqüentemente, a abertura de instituições de ensino específicas. Evidencia-se, todavia, o cunho privado dessas escolas e a sua ligação aos movimentos religiosos e assistencialistas.

Ressalta-se, ainda, que o estado chegou a ter 32 escolas de ensino comercial e 2.737 alunos matriculados em 1960 (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1960).

**Figura 9 – Reportagem sobre o Ensino Comercial no RN**



Fonte: BNDigital

Nesse contexto, houve a publicação, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do ano de 1946, do denominado “Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil – 1946”, em que foram apontadas as entidades em funcionamento no país, distribuídas nos estados, nessa modalidade de ensino. Nesse sentido, considerou-se oportuno apresentar uma nova versão desse material, dessa vez contendo o recorte das instituições instaladas, à época, no Rio Grande do Norte.

**Quadro 5 – Estabelecimentos Comerciais em 1946 no Rio Grande Do Norte**

| ESCOLA | LOCALIZAÇÃO | SITUAÇÃO |
|--------|-------------|----------|
|--------|-------------|----------|

|                                                           |         |                          |
|-----------------------------------------------------------|---------|--------------------------|
| Escola Técnica de Comércio Imaculada Conceição            | Natal   | Reconhecida <sup>7</sup> |
| Escola Técnica de Comércio de Natal                       | Natal   | Reconhecida              |
| Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora das Neves        | Natal   | Reconhecida              |
| Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora das Vitórias     | Açu     | Em processo <sup>8</sup> |
| Escola Técnica de Comércio Sta. Terezinha do Menino Jesus | Caicó   | Reconhecida              |
| Escola Técnica de Comércio Santo Antônio                  | Natal   | Reconhecida              |
| Escola Técnica de Comércio Sete de Setembro               | Natal   | Em processo              |
| Escola Técnica de Comércio União Caixeiral                | Mossoró | Reconhecida              |

Fonte: MESP/INEP (1946)

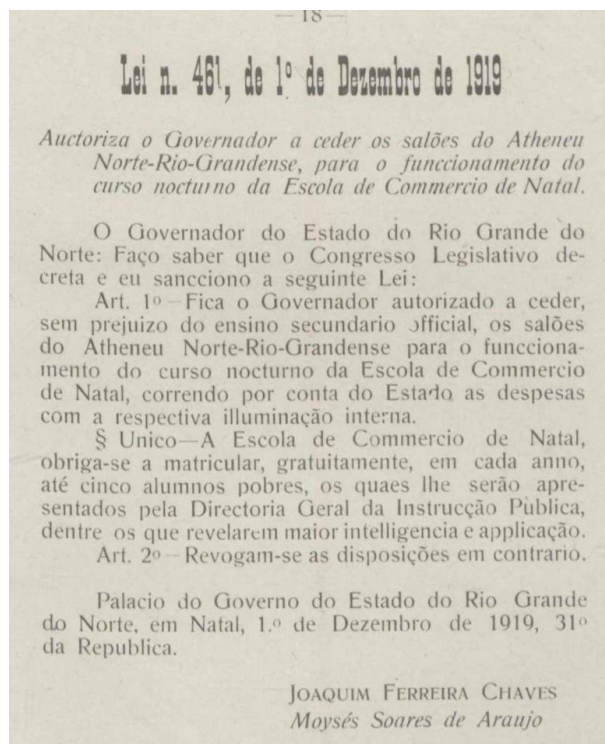
Nesta conjuntura, destaca-se a Escola de Comércio de Natal, inaugurada em 8 de setembro de 1919, a qual teve como mantenedora inicial a congregação Mariana e idealizador Ulysses Celestino de Góis, ganhando personalidade jurídica por meio do nascimento da Sociedade de Ensino Profissional em 1º de dezembro de 1921.

O funcionamento foi autorizado pela Lei Estadual nº 461, de 1º de dezembro de 1919, na gestão do Governador Ferreira Chaves, e teve sua utilidade pública reconhecida por meio do Decreto nº 498, de 30 de novembro de 1920, sendo subvencionada ao Ministério da Justiça pela Lei Federal nº 4.242 de 5 de janeiro de 1921.

### **Figura 10 – Lei nº 461/1919 - RN**

<sup>7</sup> Reconhecida: escola dentro das normas estabelecidas em lei e em funcionamento.

<sup>8</sup> Em processo: escola em processo de reconhecimento, aguardando visita de Fiscais ou ajustando-se às delimitações legais.



Fonte: Laboratório de Imagens da UFRN (2023)

Instalando-se, primeiramente, nas dependências do prédio do Atheneu Norte-Rio-Grandense, situado na rua Junqueira Aires, no bairro da Cidade Alta, onde hoje funciona a Secretaria de Finanças do Município de Natal, lá permaneceu até 30 de abril de 1926, quando foi transferida para sede própria lograda na rua João Pessoa, 86, no mesmo bairro.

De acordo com Leitão (2017), os primeiros professores foram Drs. Moisés Soares e Alberto Rosseli, respectivamente primeiro e segundo diretores, além dos lentes voluntários: os padres Calazans Pinheiro e Pedro de Paula Barbosa; João Tibúrcio, Hipólito Chabral, Tavares Guerreiro; e os irmãos Flodoaldo e Ulysses de Góis, sendo os responsáveis pela formação de profissionais com conhecimento em escrituração mercantil denominados “caixeiros”, que até então exerciam suas atividades nas firmas locais sem terem frequentado escolas ou cursos de especialidade, somente guiados pela prática ou pelo empirismo.

A intenção da Escola de Comércio foi atender ao mercado com o curso comercial de Guarda-Livros em horário noturno, não concomitante com o exercício laboral.

Ao longo da sua história, sofreu mudanças de logradouro e transformações, a partir dos anos 1920, diante de contextos socioeconômicos e culturais adotados na capital, quando melhoramentos urbanos foram necessários para dotar a cidade de Natal das condições

físicas apropriadas para a transformação da sua função econômica, para além de centro administrativo do estado.

Nesse sentido, a preocupação com as limitações da estrutura da cidade e do porto de Natal esteve bastante presente no discurso dos administradores locais da província ao longo do século XIX. Os problemas que a área portuária trazia para navegação eram apontados com uma das grandes causas da estagnação econômica que acompanhava não só a capital, mas o próprio Rio Grande do Norte, nesse século.

Com a impossibilidade de receber navios de maior porte em seu ancoradouro, o questionamento da posição de Natal enquanto capital e centro comercial da província passou a ser colocado em evidência, já que a cidade não conseguia realizar o escoamento da produção que vinha do interior (ARRAIS, 2008).

A partir da década de 1870, o surgimento de novos entrepostos comerciais, frutos da iniciativa de comerciantes do interior, ameaçaram o posto de capital de Natal, uma vez que os portos desses entrepostos conseguiam distribuir a produção interiorana, além de possuírem feiras mais atrativas do que a do Passo da Pátria, principal feira natalense.

Acompanhando uma tendência da época das províncias brasileiras de escolha de novas cidades-capitais, a centralidade de Natal foi questionada, aparecendo a proposta de algumas cidades do estado que seriam mais adequadas para assumir esse *status*: Macaíba e Guarapes, São José de Mipibu e o povoado de Utinga foram algumas das possibilidades ventiladas pelos grupos dirigentes locais norte-rio-grandenses (JOBIM, 2015).

Na passagem do século XIX para o XX, diversas cidades brasileiras vivenciavam intensos processos de modernização à medida que acompanhavam o desenvolvimento do capitalismo industrial. Ao longo destes, a paisagem dos espaços urbanos foi modificada, incorporando a estes novos ideais, valores e práticas buscadas nos grandes centros urbanos mundiais da época, entre elas Londres, Paris e Nova York.

Na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, tais mudanças no espaço urbano também estiveram presentes em ações como a construção de um novo bairro – Cidade Nova – em 1904, bem como de novas avenidas e jardins, introdução de novos serviços urbanos como o bonde e a reforma do Teatro Carlos Gomes, ações essas que tinham como objetivo introduzir uma parte do mundo europeu moderno na pequena Natal, afastando a antiga e indesejada imagem de cidade colonial, encarada como sinônimo de atraso (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008).

Em 1908, sob a segunda administração de Alberto Maranhão, segundo Mariz e Suassuna (2005), “iniciou-se uma grande dinamização da administração, com contratos e execuções de obra que se traduziam como uma verdadeira revolução”. No final do seu mandato, em 1914, sua mensagem registrava as seguintes realizações efetivadas:

Inauguração da Escola Normal e do Grupo escolar Augusto Severo; Usina elétrica de oitizeiro e todas as instalações dela decorrentes; iluminação de toda a cidade com luz elétrica (até então com acetileno); substituição dos bondes puxados por animais por bondes elétricos; abastecimento de água; forno de incineração do lixo da cidade; rede telefônica; fábrica de gelo; a construção da balaustrada da avenida Junqueira Aires, com 103 metros de extensão, 10 candelabros e belo relógio decorativo, elétrico, fabricado na fundição Val D’Osne de Paris; Monumentos em bronze de Pedro Velho e Augusto Severo em praças do mesmo nome; reconstrução do Teatro Carlos Gomes, adaptando para grandes espetáculos, com acomodações e salão para concertos e conferências; Edifício da Escola Doméstica; Edifício do Hospital Juvino Barreto, Grupo Escolar frei Miguelinho; abertura da avenida Tavares de Lira, com obelisco, bancos e arborização; abertura de 10 avenidas suburbanas no prolongamento do bairro Cidade Nova até o fim do perímetro do patrimônio municipal (MARIZ; SUASSUNA, 2005, p. 222).

Apesar da transformação urbanística e econômica natalense, graves problemas sociais assolavam a capital, ocasionados pela migração de uma legião de retirantes oriundos do interior devido aos períodos de seca prolongada iniciados em 1902. Esses indivíduos se concentraram na periferia de Natal, procurando as condições mínimas de trabalho na capital, onde os recursos cada vez mais se concentravam devido às obras de melhoramentos do porto, da abertura e alargamento de ruas e da modernização do espaço urbano. Parte desta população trabalhou nas obras de aterro da campina da Ribeira e, sobre esta, na construção da praça Augusto Severo – um dos principais símbolos da *Belle Époque* natalense, no calçamento da cidade ou na estrada de ferro Central do Rio Grande do Norte.

Para Telles (1999), neste assentar-se na cidade, nos espaços e bairros populares, carentes de infraestrutura, operou-se a passagem da condição de retirante para a de trabalhador, de operário das poucas fábricas existentes, de mendicante, de serviçal ou daquelas de ocupação incerta e temporária, enquadradas como vagabundos e malandros.

Em Natal, é sintomático que a primeira grande intervenção urbana a inaugurar o século XX seja o projeto de expansão da cidade por meio da criação do novo bairro, o chamado "Cidade Nova". Tal intervenção se constituiu como nova e radicalmente oposta à cidade colonial, com suas ruas largas em xadrez, facilitando a penetração dos ventos dominantes, com exigências de recuos para insolação e ventilação das habitações. É, ainda,

sintomático que, para a abertura deste novo espaço de morar das elites, tenha sido necessária a remoção e expulsão de mais de trezentas cabanas e choupanas (FERREIRA, 2001).

Na narrativa de Cascudo, os anos 1920 conformaram esse momento de fundação da cidade (moderna) em que Natal assumiria a condição que lhe foi outorgada havia mais de três séculos.

A leitura sobre a reforma da Avenida Junqueira Ayres é muito emblemática para a interpretação desse processo, a qual, no final da década de 1920, era por onde passavam os bondes e os ônibus, onde desciam as normalistas e estudantes rumo à Escola Doméstica; rumo à Av. Tavares de Lira, iam-se às vitrines à moda parisiense, aos cafés e rotisseries e aos pontos chics de reunião, passeava-se a elegância e o *spleen* de Natal; assistia-se às regatas no rio Potengi ou aos espetáculos e filmes do Cine-theatro Carlos Gomes e do Politheama. Pela Av. Junqueira Ayres, passavam muitos daqueles que tinham seus afazeres entre os bairros da Ribeira e da Cidade Alta (FERREIRA,1999).

É nesse contexto que surge a Natal moderna, os trabalhadores da atividade comercial e a Escola de Comércio de Natal, a qual vem a sofrer modificações ao longo da sua existência diante da legislação aplicada ao ensino comercial no Brasil, aqui retratada anteriormente.

Como expoente do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte, temos a Escola de Comércio de Natal. Conforme já abordamos, o ensino no Brasil nessa época estava sempre ligado à Igreja católica. No caso específico de Natal, o Bispo Dom Antonio dos Santos Cabral fundou a primeira Congregação Mariana, em Julho de 1919, que deu origem a uma Escola a qual reuniu personalidades importantes do ensino, como Lauro Wanderlei, Vital, Afonso Jofeli, Sérgio Severo, José Fabricio, Carlos Augusto, Alberto de Gois, Joel de Brito e Alberto Wanderlei.

A partir desse momento, que teve início na arquidiocese, Segundo Gois (1961, p. 79),

assentadas as bases foram convidados para o corpo docente os drs. Moisés Soares, Alberto Roseli, padres Calasans Pinheiro e Pedro Paula Barbosa, professores João Tiburcio, Tavares Guerreiro, Hipolito Chabal e Flodoaldo Gois. Ao Governador Ferreira Chaves, solicitou-se permissão para o funcionamento noturno da Escola no Ateneu, ad referendum do Congresso, que não somente deu aprovação, mas, posteriormente, reconheceu a Escola de utilidade pública. A 8 de setembro de 1919, dia da Natividade de Nossa Senhora (e hoje festejamos a Ascensão do Senhor), fundou-se a Escola de Comércio de Natal, tendo como Diretor o dr. Moisés Soares; vice diretor, o dr. Alberto Roseli e secretário o que está com a palavra. Matricularam-se 140 alunos, sendo que em disciplinas

avulsas que a Escola adotava, além do Curso regular, figuras ilustres como os senadores Sérgio Marinho e Reginaldo Fernandes, ex-Interviantr Federal Ubaldo Bezerra, Maestro Valdemar de Almeida, contador Jurandir Costa, engenheiro José Crisanto Fagundes, deputado Jocelin Vilar, dr. Vécio BarreLo e dr. Paul. de Gois. [...] Também fundou Dom Antônio Cabral, auxiliado por senhoras católicas, a Escola Feminina de Comércio, que funcionou até à criação da Escola de Comércio do Colégio Imaculada Conceição, em 1932. Foram suas diretoras: Professoras Elita Souto Monte, Julia Serive, Beatriz Cortês e Dulce Wanderlei.

Nessa conjuntura, com a observação da fundação da escola de comércio, é possível notar os traços da cultura da época e como eram os comportamentos político-sociais daquela sociedade, tanto com a presença marcante da igreja católica, que se responsabilizava por inserir seus modelos de educação.

Para melhor situar os leitores desta pesquisa, as figuras 11, 12, 13 e 14 ilustram partes da história do curso por meio da sua sede em paralelo a representações atuais do local.

**Figura 11 – Artigo do Jornal “A Ordem” sobre o 17º aniversário da Escola de Commercio de Natal (antigo Teatro Santa Cruz)<sup>9</sup>**



Fonte: Fatos e fotos de Natal Antiga. Fotografia: Manoel Dantas

---

<sup>9</sup> No local, está edificada uma loja de departamentos chamada Leader.

**Figura 12 – Rua João Pessoa entre 1910 e 1930 nas imediações da Escola do Comercio de Natal – Cidade Alta – Natal/RN**



Fonte: Fatos e fotos de Natal Antiga. Fotografia: Manoel Dantas

**Figura 13 – Visão da Escola do Comercio/Teatro Sana Cruz a partir da torre da Igreja Matriz no Centro de Natal**



Fonte: Fatos e fotos de Natal Antiga. Fotografia: Manoel Dantas

**Figura 14 – Escola de Comércio de Natal**



Fonte: Fatos e fotos de Natal Antiga. Fotografia: Manoel Dantas

Assim, com essas imagens, observamos, fisicamente, onde ocorreram as mudanças na vida pública, política e econômica de Natal, as quais relatamos. Essas efervescências vão marcar, pois, as reformas que o ensino vivenciou para se readaptar. Nesse contexto, surge a Escola de Comércio de Natal, através de um Projeto do deputado Alberto Maranhão, convertido na lei 5.154, de 10.01.1927, por meio do qual a Escola foi reconhecida como de utilidade pública. No Estado, tal feito havia ocorrido em 1920, pela lei 489, de 30 de novembro do mesmo ano.

Segundo Góis (1961),

o Regulamento de 1926 mantinha o Curso Geral obrigatório de 4 anos, como em 1905, conferindo o diploma de Contador, em vez de Guarda-livros e o Curso Superior, facultativo de 3 anos com o diploma de Graduado em Ciências Econômicas, em lugar de Chefe de Contabilidade (GOIS, 1961, p. 83).

Nesse momento, é possível vislumbrar o avanço e a formação do ensino superior aliado ao ensino técnico, visto que, nesse período, o ensino superior já começava a ser difundido pelo país e diversas profissões que funcionavam em escolas técnicas passavam a ver seus cursos transformados e/ou funcionando em concomitância com o ensino superior.

É importante ressaltar que o crescimento dos cursos e a demanda por mão de obra qualificada fez com que, em 1932, tivesse início o aumento da demanda por mais espaços na capital e no interior em que pudessem funcionar os cursos de comércio. A exemplo, na capital, para além do curso que funcionava na atual rua João Pessoa, instalou-se o curso na

Escola Imaculada Conceição, atualmente extinta e funcionando a Faculdade e Escola FACEX, além de cursos na Escola das Neves, instituição que ainda existe; no interior, por sua vez, surgiram em 1935, sob auspícios da União Caixeiral, a Escola de Comércio de Mossoró; em 1940, em Caicó, sob a tutela da Escola Santa Teresinha; e, em 1944, a Escola Técnica N. S. das Vitórias, em Açu.

Logo após, em 1954, houve uma afloração das escolas técnicas por todo o Estado, nas seguintes cidades: Currais Novos, Acari, Angicos, Apodi, Areia Branca, Canguaretama, Caraúbas, Ceará-Mirim, João Câmara, Jucurutu, Lages, Macaíba, Macau, Martins, Nova Cruz, Parelhas, Patu, Santana dos Matos, Santa Cruz, Santo Antônio, São José de Campestre, São José de Mipibu, São Paulo do Potengi e São Tomé. Outro dado relevante é que nesse mesmo ano foi inaugurado o curso de comércio do SENAC.

Dentre as instituições fundadas no interior e a segunda implantada oficialmente no estado, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral seguiu a natureza de uma instituição escolar, com práticas informais de ensino comercial oferecidas pela Sociedade União Caixeiral em um primeiro momento, na década de 1910. Quando estava sob a direção de Alcides Dias e Thiers Rocha, a Escola foi instalada em Mossoró, tendo como seu primeiro diretor o próprio Thiers Rocha.

Para a sua organização, foi solicitada a ajuda da Escola de Comércio de Natal, que enviou instruções indispensáveis para a organização do processo de pedido de verificação prévia, iniciando com o curso propedêutico. O prédio sede (e que faz parte do cenário do município até hoje) só foi construído em 1937 (figura 15). Também, nesse ano, a escola foi vistoriada pelo Inspetor Federal Abdon Pimentel, que foi recomendado pelo professor Tércio Rosado, autorizando, assim, o funcionamento da escola sob o regime da Inspeção do Ministério da Educação. No entanto, a portaria que o autorizou foi a de nº 166, de 13 de agosto de 1940.

**Figura 15 – Prédio sede da Sociedade União Caixeiral (1930)**



Fonte: Bandeira (2017)

**Figura 16 – Prédio reformado da Sociedade União Caixeiral (1940)**



Fonte: Bandeira (2017)

É neste cenário que também está presente a expansão do ensino comercial. Segundo Góis (1961, p. 86),

muitos fatores tem concorrido para o desenvolvimento do Ensino Comercial: menos exigências na fundação de escolas do que de ginásios; a regulamentação da profissão de contador e a sua fiscalização pelos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade; a feição técnica da legislação tributária; a organização da contabilidade nas repartições públicas; as conquistas das leis trabalhistas; a criação do SENAC, das autarquias, das sociedades de economia mixta e de novos estabelecimentos de crédito: a equivalência dos cursos; o incentivo das Prefeituras Municipais; a cooperação financeira do Poder Público às entidades privadas que por esse motivo ampliam suas escritas; a Campanha de Expansão do Ensino Comercial; o elevado

custo de vida, conduzindo à procura de emprêgo, desde o menor de 14 anos; o conteúdo moral e educativo próprio do ensino.

Cabe ressaltar aqui, ademais, que o curso de comércio em Natal tem como seu principal expoente um dos fundadores, Ulisses Celestino de Góis (figura 18), que nasceu a 25 de abril de 1896, em Igapó, então distrito de São Gonçalo do Amarante. Ulisses fundou a Escola de Gazeteiros, que viria a chamar-se São Vicente de Paula, e a Escola de Comércio de Natal (1919), posteriormente designada Escola Técnica de Comércio de Natal. Assim sendo, não se pode deixar de destacar a relevância desse personagem na história do Rio Grande do Norte e do Curso de Comércio.

**Figura 17 – Os quadros docentes da Escola de Comércio**



Fonte: Fatos e fotos de Natal Antiga

**Figura 18 – Ulisses Celestino de Góis**



Fonte: Fatos e fotos de Natal Antiga

Por fim, tão somente em 1971, a Escola Técnica de Comércio de Natal foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, originando a Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Após a década de 70, a escola entrou em decadência financeira e conceitual, permanecendo fechada até o ato legal da extinção de sua identidade jurídica em 10 de dezembro de 2014, e deixando como legado a constituição dos atuais cursos de nível técnico e superior da área de Gestão e Negócios, conforme será visto na seção seguinte a respeito do curso de comércio no Ensino Profissional, já no tocante aos anos 2000, mais especificamente a partir do IFRN – Campus Natal – Zona Norte.

## 2.4 O CURSO DE COMÉRCIO NO ENSINO PROFISSIONAL

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio, aprovado pela Resolução Nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012, observou-se um déficit na oferta de educação profissional, visto que essa modalidade de educação de nível médio deixou de ser ofertada pelos sistemas de ensino estaduais devido a extinção da Lei nº 5.962/71.

A partir dessa lei, toda a educação profissional ficou a cargo da rede federal de ensino, mais especificamente das escolas técnicas, agro técnicas, centros de educação

tecnológica, algumas redes estaduais e das instituições privadas, em particular as do Sistema “S”, que atendiam às demandas das capitais. É importante ressaltar, à vista disso, o Sistema “S”, caracterizado como um conjunto de instituições corporativas voltadas à capacitação profissional, pesquisa e assistência técnica e social, estabelecidas pela Constituição Federal previstas nos art. 149 165, § 5º, I e III (CF, 1988) voltadas para áreas de atuação, como indústria, comércio, agronegócio e cooperativismo.

No ensino comercial, destacou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), fundado em 1946 pelo Decreto-Lei nº 8.621, que em seu Art. 1º. atribuía à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial (BRASIL, 1946). É vinculado à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e responsável pela qualificação dos trabalhadores no comércio.

Na década de noventa, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional passou por diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passando a ter um espaço delimitado na própria lei e configurando-se em uma modalidade da educação nacional.

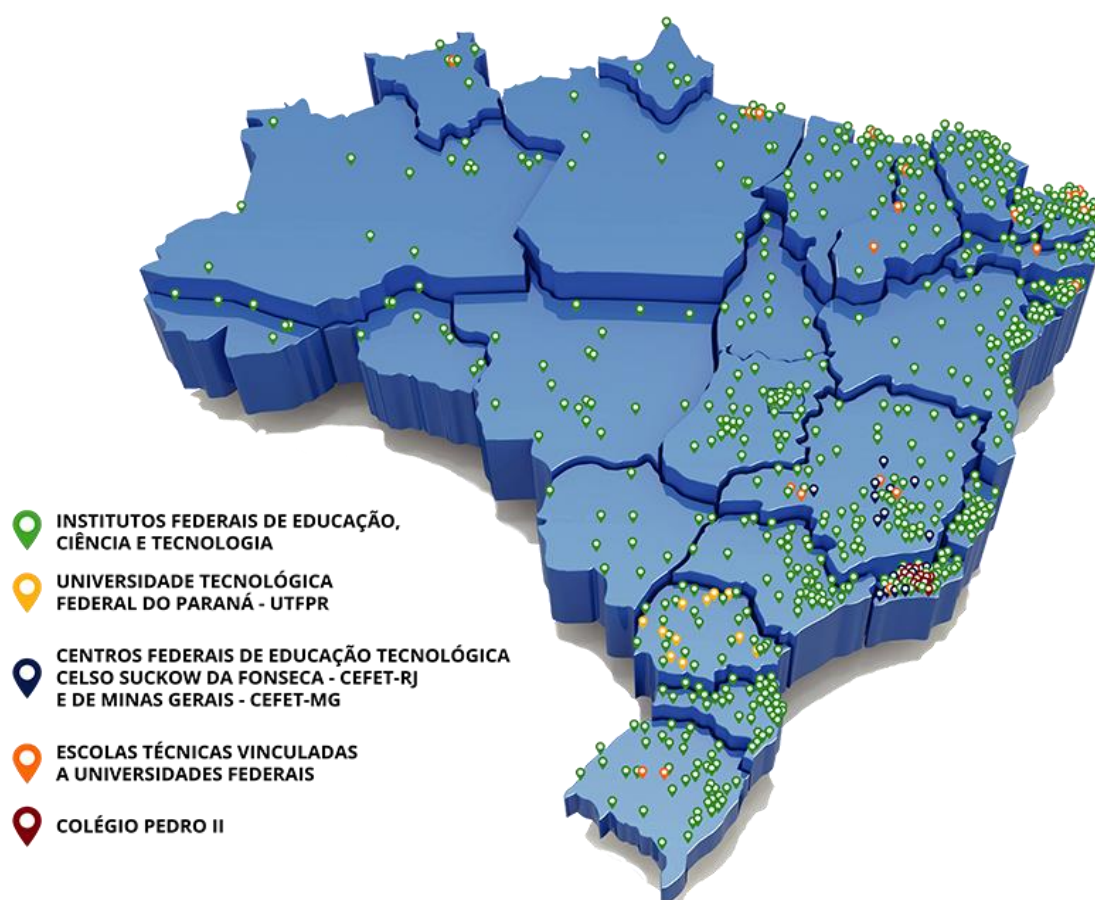
Assim, nesse cenário, a alteração mais recente remonta a criação, em 2008, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, que constituiu-se como um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, atua no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer. Nesse sentido, houve tanto a expansão do ensino profissional nas capitais como a sua interiorização e, com isso, a ampliação de ofertas de novos cursos a partir das demandas locais da sociedade.

Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET -MG);
- IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e
- V - Colégio Pedro II.

Em 2022, a Rede Federal era composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Assim, considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 679 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país, conforme a figura 19:

**Figura 19 – Mapa de Distribuição da Rede Federal de Educação no Brasil**



Fonte: Ministério da Educação (2023)

Vale destacar que essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Assim, no âmbito do Ministério da Educação, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) o planejamento e o desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a garantia de adequada disponibilidade orçamentária e financeira.

No âmbito da Rede federal, dentre as centenas de cursos ofertados, tem-se em destaque o Curso de Comércio em diversos estados da federação (quadro 6):

**Quadro 6 – Cursos técnicos em Comércio na Rede Federal**

| CURSOS TÉCNICOS EM COMÉRCIO NA REDE FEDERAL |                                                          |             |
|---------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-------------|
| INSTITUIÇÃO                                 | CAMPUS                                                   | MODALIDADE  |
| IFB                                         | Brasília                                                 | SUB         |
| IFCE                                        | Baturité e Iguatu                                        | EMI/SUB     |
| IFES                                        | Guarapari                                                | SUB         |
| IFG                                         | Uruaçu                                                   | EMI-EJA     |
| IFGOIANO                                    | Ipameri e campos Belos                                   | EMI/SUB     |
| IFMT                                        | Barra do garças e Juína                                  | EMI         |
| IFMT                                        | Campo Novo do Parecis e Avançado de Sinop                | SUB/EMI-EJA |
| IFMT                                        | Confresa, Pontes e Lacerda, Avançado de Tangará da Serra | EMI-EJA     |
| IFMA                                        | Bacabal                                                  | EMI/SUB     |
| IFMA                                        | Barra da Corda e Codó                                    | EJA         |
| IFMA                                        | Carolina, Caxias, Viana                                  | SUB         |
| IFNMG                                       | Araçuaí                                                  | CONC/SUB    |
| IFRN                                        | Natal Zona Norte e Lajes                                 | EMI/SUB     |
| IFRO                                        | Jaru                                                     | EMI/SUB     |
| IFRR                                        | Boa vista Zona Oeste                                     | EMI/SUB     |
| IFRS                                        | Canoas, restinga, Rolante, Sertão                        | EMI/SUB     |
| IFFar                                       | Jaguari, Júlio de Castilhos                              | EMI/SUB     |
| UFSM                                        | Camobi                                                   | EMI         |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Dentro desse contexto da Rede Federal de Ensino, destacamos o IFRN, que segundo Ferreira e Azevedo (2021),

é uma Instituição de educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multicampi, responsável pela oferta de educação

profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas, além da associação da ciência à tecnologia (FERREIRA; AZEVEDO, 2021, p. 68).

A atual organização do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, de 2008, é resultado das transformações institucionais decorrentes de políticas educacionais do Governo Federal desde a sua concepção no contexto da formação da rede federal de escolas de ensino profissional, que remonta aos primeiros anos do século XX, quando são criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, sob a presidência de Nilo Peçanha e subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio até o início dos anos de 1930. Além disso, após esse período, foi denominado, também, de Liceu Industrial de Natal (1937); Escola Industrial de Natal (1942); Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (1965); Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte - ETFRN (1968); e Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-RN) (1999).

Essa instituição centenária está estruturada com 23 unidades no Rio Grande do Norte (figura 20), incluindo a Reitoria e 22 campi espalhados por todas as regiões do estado, especificamente nos municípios de Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Jucurutu, Lajes, Macau, Mossoró, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi.

A instituição disponibiliza 228 cursos gratuitos, distribuídos nos mais diversos níveis entre cursos de formação inicial e continuada, técnicos integrados, subsequentes, pré-funcionários, superiores e de pós-graduação, ofertados de forma presencial e à distância.

**Figura 20 – Mapa da distribuição das unidades do IFRN**



Fonte: Portal IFRN (2023)

Indubitavelmente, a formação profissional se torna um passaporte para a inserção no mundo globalizado. Pensar a educação profissional dentro do ensino médio integrado, como é o curso de comércio do IFRN Campus Zona Norte, e os desafios que são colocados a partir da trajetória desse curso, perpassa “ a valorização da educação profissional, como repensar as ideologias neoliberais, refletir sobre a forma de acumulação capitalista e ponderar sobre a teoria do capital humano, a empregabilidade e a formação vinculada às demandas do mercado” (FERREIRA; AZEVEDO, 2021, p. 86).

Nesse direcionamento, a Rede de Educação Profissional e a expansão dessa rede após 2008 chegam como grande desafio à crítica sobre a concepção humana integral, tendo em vista que, no capitalismo, a educação de maneira geral está ligada à teoria do capital, o que implica buscar atender os interesses hegemônicos, podendo não garantir a educação em si, mas um tipo de educação voltada ao trabalho.

Inserido na primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, conforme Fernandes (2015), o Rio Grande do Norte foi contemplado com a implantação das Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos. O primeiro inaugurado foi em 19 de junho de 2007 e está localizado em uma área de 30.000 m<sup>2</sup>, composto de prédios

acadêmicos, administrativos e infraestrutura de parque esportivo e de lazer. Fica localizado na Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Bairro Potengi, no município de Natal, Rio Grande do Norte<sup>10</sup>.

O Campus Natal – Zona Norte contabiliza cerca de 1350 estudantes distribuídos nas áreas tecnológicas de Gestão e Negócios, de Eletrônica e de Informática. Nessa linha, são ofertados cursos técnicos em Eletrônica, em Comércio, em Informática para Internet e em Manutenção e Suporte em Informática. Também são oferecidos os cursos superiores de Licenciatura em Informática e de Tecnologia em Marketing, que buscam atender às necessidades nos setores de indústria, comércio e serviços, como as principais demandas produtivas da região.

Nesse sentido, o curso técnico em Comércio, ao integrar ensino médio e formação técnica, de acordo com o PPC (IFRN, 2012) contraria a essa lógica de mercado, visando propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitua em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005)<sup>11</sup>.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC/IFRN, 2012, p. 7), no âmbito do estado do Rio Grande do Norte,

a oferta do Curso Técnico Integrado em Comércio, presencial, se alinha às novas tendências de crescimento do país para preparar profissionais que estejam aptos a atender as demandas de um dos segmentos que mais crescem não só no estado, mas em todo o país, como o de comércio.

Segundo o documento, na tentativa de atender a essa demanda de formação profissional para novos postos de trabalho que surgem com o crescimento econômico do estado, o curso Técnico Integrado em Comércio se apresenta, na área de Gestão e Negócios, para atender a necessidade de qualificação técnica exigida pelo mercado. Assim, no currículo dos cursos técnicos integrados, o Ensino Médio é concebido como última etapa da Educação Básica, articulado ao mundo do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia,

---

<sup>10</sup> É válido ressaltar que o processo de implantação do campus Zona Norte se deu, sobretudo, devido à preferência do Governo Federal em priorizar áreas periféricas da grande cidade para a instalação do instituto, de modo a atender parte mais carente da população. Nesse contexto, em relação à implantação dos cursos na unidade referida, recorreu-se à comunidade local, por meio de uma reunião com “um tipo de associação do comércio”, moradores e servidores, os quais indicaram veementemente o curso Técnico em Comércio à implantação devido à alta atividade comercial na região (SOUSA, no prelo).

<sup>11</sup> Essa discussão perpassa as ponderações ao questionar a identidade do curso de Comércio, de como o aluno se percebe exercendo ou não essa profissão nos tempos atuais. Essas percepções vão ficar bem nítidas quando trouxermos no capítulo de resultado da pesquisa as impressões dos alunos sobre o curso de comércio.

constituindo a Educação Profissional, sendo um direito social capaz de ressignificar a educação básica (Ensino Fundamental e Médio), articulando-a às mudanças técnico-científicas do processo produtivo.

A partir desse cenário, passa a ser ofertado, no ano de 2008, no Campus Natal – Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) o Curso Técnico de Comércio, apresentando-se nas modalidades de Ensino Médio Integrado (EMI) e Educação de Jovens e adultos (EJA). O curso tem como objetivos

formar um profissional-cidadão, técnico de nível médio, capaz de articular teoria à prática, demonstrando conhecimentos, competências, habilidades e atitudes para o desenvolvimento das atividades inerentes aos métodos de comercialização de bens e serviços (PPC, 2012, p. 10).

Apesar da boa estruturação e apresentação, evidenciadas no seu Projeto Pedagógico, é possível observar que o curso tem discussões, por parte de seus profissionais, acerca da sua identidade e do reconhecimento do seu fazer junto ao mercado, além do desconhecimento a respeito da trajetória histórica desse profissional.

Para fortalecer o que nós evidenciamos nesse referencial teórico, no próximo capítulo apresentaremos os procedimentos metodológicos a fim de efetivar o que propomos, para, em seguida, apresentarmos os resultados constatados, objetivando identificarmos e discutirmos as principais considerações que perpassam a trajetória atual do curso através de seus alunos.

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos que conduzirão a presente pesquisa, a perspectiva adotada, as ferramentas de coleta de dados, os participantes do estudo e os mecanismos empregados para a análise das investigações colhidas.

A princípio, a primeira etapa da pesquisa possui cunho exploratório, em que se demarcou o campo de estudo, realizou-se a revisão bibliográfica e descrição do referencial teórico. A segunda etapa, por sua vez, constitui-se de uma atividade de campo, que compreende a concepção, a análise de dados e a produção do produto educacional, organizado no formato de *e-book*, criando, assim, a relação entre o documental e as informações referentes à análise dos dados. Por fim, realizou-se a aplicação e validação do produto educacional, como intervenção pedagógica junto à disciplina História, do Curso Técnico de Comércio, na forma Integrada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Zona Norte.

Para tanto, a fim de alcançar os objetivos traçados neste estudo, discutiram-se questões primordiais, como o ensino comercial, identidade, origem e a educação profissional, amparando-se em referências da literatura como Foucault (1978), Dechamps e Moliner (2009), Castells (2008, 2018) e Ciampa (1990). Além disso, investigou-se, por meio de questionários iniciais estruturados, as percepções dos discentes sobre o curso de comércio no que diz respeito ao objeto desse estudo, e, por meio de questionários finais semiestruturados, a avaliação dos discentes a respeito do *e-book* proposto.

O produto educacional aqui proposto, então, se constitui consoante ao documento que rege o PROFEPT, o qual afirma que os produtos educacionais, desenvolvidos como requisitos de conclusão de curso, devem estar focados na melhoria dos processos de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, seja em seus ambientes formais, seja em não formais, no Currículo Integrado e no Ensino Médio Integrado.

Segue, abaixo, o fluxograma com o passo a passo dos procedimentos metodológicos utilizados:

#### **Fluxograma 1 – Procedimentos metodológicos**

## Fluxograma procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### 3.1 A NATUREZA DA PESQUISA

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa social de abordagem qualitativa. Recorreu-se a tal método uma vez que o compreendemos como crucial à percepção holística dos problemas que envolvem o campo educacional e social, ofertando uma perspectiva histórica sobre as questões estudadas.

Nessa perspectiva, um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando absorver o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Assim, nesse tipo de estudo, há a possibilidade de que vários tipos de dados sejam coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995).

Segundo Zanette (2017), pesquisas qualitativas vêm se desvelando de forma diversificada nas pós-graduações, seja em termos de fundamentação teórica/epistemológica e reflexões metodológicas, seja em termos da aplicabilidade de procedimentos técnicos para investigar o objeto nas diversas áreas acadêmicas em Educação. Dessa forma, sustenta-se, aqui, a perspectiva de que a abordagem qualitativa retrata as controvérsias existentes no meio educacional, que questiona e problematiza os interesses presentes na educação, configurando-se como um procedimento contra-hegemônico. Perante o exposto, ao realizar uma análise da literatura direcionada à discussão proposta, bem como uma análise dos dados coletados para compreender o objeto de estudo, a pesquisa qualitativa se mostra como eficaz.

### 3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Em função dos objetivos traçados neste estudo no que diz respeito à coleta de dados, foram selecionados os alunos do Curso Técnico Integrado Regular em Comércio, do ensino médio, que estão no 1º e 4º ano, compondo 75 discentes ao total. Deste total, compuseram a amostra 43 discentes, os quais responderam aos questionários. Assim, foram aplicados questionários semiestruturados, previstos para aplicação na disciplina de História, que faz parte do núcleo de disciplinas estruturantes do curso.

Os questionários iniciais foram aplicados, presencialmente, em sala de aula, no período de 6 a 13 de junho do corrente ano (2023), por meio da utilização do formulário impresso. A partir dessa coleta, os dados foram transferidos para a plataforma do *google forms* a fim de se obter os resultados dessa primeira fase.

### 3.3 PERÍODO DE GUARDA DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados serão mantidos sob sigilo absoluto e arquivados em meio físico ou digital, sob a guarda e responsabilidade do pesquisador, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Será assegurado, ainda, que as informações geradas somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar os participantes da pesquisa, seguindo as determinações do item XI, f) da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

### 3.4 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES

A pesquisa garantiu aos participantes a autonomia de participarem, ou não, podendo estes desistirem a qualquer tempo. Além disso, garantiu o sigilo de sua identidade e preservação dos dados coletados. No caso dos menores de idade, houve a assinatura do Termo de Assentimento Livre Esclarecido – TALE. Para os maiores de idade e os responsáveis legais pelos estudantes menores de 18 anos, foi feito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Esses documentos constam em anexo.

### 3.5 RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA

Faz-se necessário ressaltar que foi mantido, na apresentação dos resultados, o anonimato das respostas dos participantes e a preservação de suas identidades. Logo, não foram identificados os seus nomes, como forma de cumprir com o que está disposto na Resolução nº 466/2012.

Em relação à garantia de ressarcimento e indenização, caso houvesse um gasto para os estudantes em virtude de sua participação na pesquisa, este seria ressarcido e indenizado na ocorrência de algum dano. Tais informações estão expressas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Por fim, no que concerne aos benefícios da pesquisa, compreende-se que eles se relacionam ao seu potencial de contribuição ao Curso de Comércio do IFRN e outros de origem correlata, no sentido de: a) substanciar a reflexão sobre o caráter histórico da profissão; b) servir de material didático para discussões em sala de aula; c) ser um possível instrumento orientador das bases conceituais da EPT abordadas, substanciando a prática profissional tanto de docentes, quanto de discentes, podendo contribuir para a formação dos futuros profissionais; d) impulsionar a reavaliação curricular e e) constituir-se como material para atividades extracurriculares, além de referência para pesquisas futuras sobre o tema.

### 3.6 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A aplicação da pesquisa se deu no Campus do IFRN Natal – Zona Norte, no Curso Técnico de Comércio, na modalidade EMI (Ensino Médio Integrado). Os participantes, conforme já explicitado nesta seção, compõem as turmas de 1º e 4º anos do curso. Para a aplicação do produto educacional como ferramenta didática, por conseguinte, foi utilizado o espaço curricular da disciplina de História.

É importante, pois, que sejam situados os elementos que compõem o ambiente de investigação deste trabalho. Assim, o Campus Natal – Zona Norte se localiza no Bairro Potengi e faz parte da Região Administrativa Norte criada pela Lei Ordinária nº 3.878/89, que corresponde à maior das quatro regiões de Natal, composta por 07 bairros: Igapó, Salinas, Potengi, Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha. Limita-se ao Norte com o município de Extremoz e ao Sul, com o Rio Potengi.

De acordo com o censo 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região apresentava 303.543 habitantes, correspondendo a 37,77% da população de Natal, distribuídos em 86.484 domicílios, que auferem um rendimento nominal médio mensal de 0,92 salários-mínimos. A população estimada para o ano de 2017

é 360.122 habitantes, com uma projeção de 387.230 habitantes em 2027. Ressalta-se que já houve o censo 2022 do IBGE, contudo, as informações regionalizadas ainda não estão disponíveis para atualização.

A Região Administrativa Norte apresenta rendimento nominal médio mensal de 0,92 salários-mínimos, com todos os bairros abaixo da média do Município, que é de 1,78 salários-mínimos. O bairro do Potengi apresenta os maiores rendimentos nominais médios mensais (1,23 salários-mínimos), enquanto o bairro Salinas, os menores (0,46 salários-Mínimos).

A referida escola funciona em três turnos, estando atualmente no ano letivo de 2022, com cerca de 1300 alunos matriculados distribuídos entre os cursos de Comércio, nas modalidades médio integrado regular e Educação de Jovens e Adultos, Informática para Internet e Eletrônica, modalidade integrado médio regular, e os cursos superiores de Marketing e de Licenciatura em Informática.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, conforme descrito na metodologia, adotou-se um questionário inicial a fim de diagnosticar as questões levantadas no estudo, as quais envolvem a nomenclatura, a compreensão e a visibilidade social e econômica do curso de comércio, além da possível identidade profissional relacionada ao curso a partir do saber técnico que é produzido.

Nessa conjuntura, os questionários iniciais foram aplicados a 43 alunos, sendo 17 do 1º ano, correspondendo a 39,5%, e 26 do 4º ano, correspondendo a 60,5% dos alunos, em que ambas as turmas constituem o curso do ensino médio integrado em Comércio.

A partir dessa amostragem, serão apresentados, agora, os resultados encontrados, dialogando com os referenciais teóricos já apresentados.

Primeiramente, em relação à identidade do curso, é preciso ressaltar, conforme Foucault (1978), que ela é socialmente construída, ou seja, ela não se dá por elementos meramente biológicos ou aspectos geográficos; ela se pauta na dinâmica e no reconhecimento social, cuja interação entre indivíduos é imprescindível, visto que a dinâmica social, a identidade de um grupo dominante em dada sociedade depende da construção do seu outro (EDGAR, 2003).

Diante disso, a partir desse aspecto social, dialoga-se com os seguintes resultados:

**Gráfico 1 – Tipo de Escola**

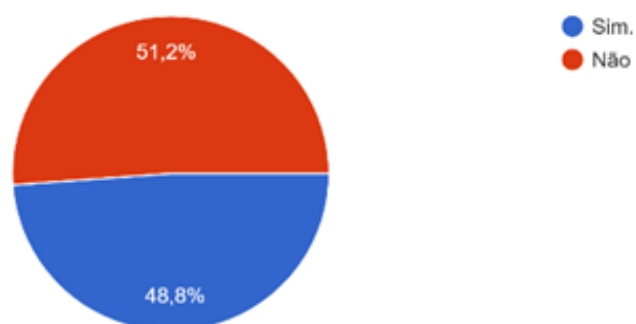


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Gráfico 2 – Fez Curso Preparatório para ingresso no IFRN**

4. Fez curso preparatório para o exame de seleção do IFRN?

43 respostas

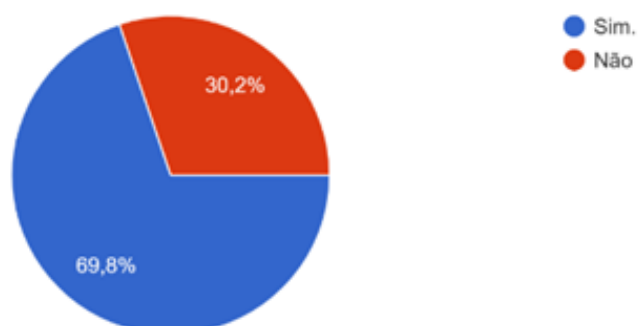


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 3 – Conhecimento acerca da existência e localização do *Campus*

5. Você sabia da existência e localização do IFRN Campus Natal Zona Norte?

43 respostas

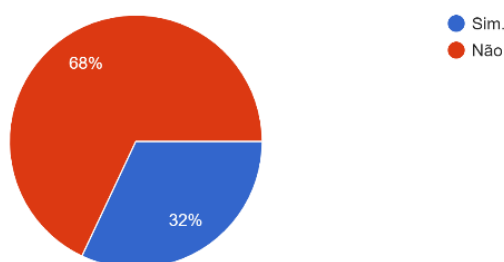


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 4 – Conhecimento e Funcionamento do Curso de Comércio

6. Você tinha conhecimento e como funcionava o curso Técnico em Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte?

25 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Pode-se observar que os resultados do gráfico 4 apontam para o fato de 68% dos respondentes não conhecerem o funcionamento do curso de comércio no *Campus* do IFRN na Zona Norte de Natal. Isso reporta que tanto os ingressos quanto os que estão prestes a serem egressos fizeram uma escolha aleatória, levados apenas pelo desejo de adentrar no IFRN, reconhecido como uma instituição de referência na qualidade do ensino.

Contudo, a partir desse dado, faz-se possível perceber que eles não reconhecem socialmente a importância que o Curso de Comércio tem para a região, qual a sua visibilidade social e econômica, sendo esta uma região da cidade onde prepondera a atividade comercial.

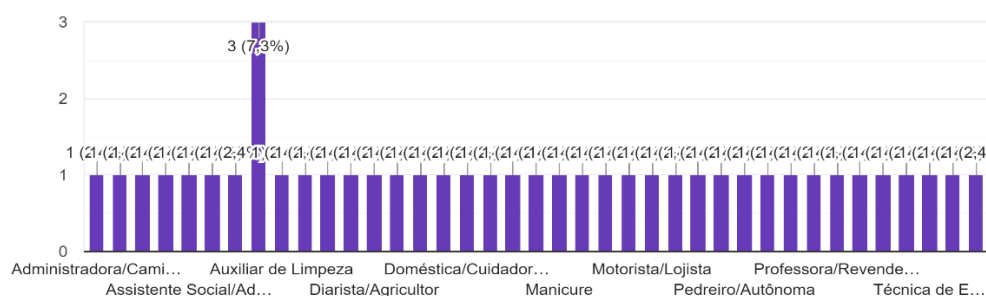
Diante desse fato, faz-se necessário ponderar sobre o papel e a eficácia da comunicação institucional na divulgação das ofertas, bem como as práticas pedagógicas adotadas que visem fortalecer a identidade do Curso Técnico em Comércio do Campus Natal Zona Norte, informando a sociedade sobre a capacidade técnica dos profissionais formados em comércio junto ao arranjo produtivo da região, promovendo, assim, o reconhecimento do curso e a geração de oportunidades.

Nesse cenário, observa-se, também, como um contraste, o fato de os alunos declararem serem filhos ou parentes de pessoas que atuam na cadeia de comércio e serviços, conforme o gráfico 5.

#### **Gráfico 5 – Profissão dos pais ou responsáveis**

## 7. Qual a profissão dos seus pais ou responsáveis?

41 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Com base em fonte de reportagem da Tribuna do Norte (2021), de acordo com a junta comercial do RN (JUCERN), há 6.269 negócios ativos divididos em variados tipos, sendo um dos principais o comércio varejista das mais ramificadas áreas, como vestuário, acessórios e principalmente alimentação, com a presença marcante de mercados, mercearias, mercadinhos e armazéns, sendo presente, além disso, o varejo de peças e acessórios para carros novos e usados.

Segundo ainda a mesma reportagem, os bairros com maior número de negócios ativos são Potengi (2.135), Nossa Senhora da Apresentação (1.220), Pajuçara (990), Igapó (871), Lagoa Azul (793), Redinha (258) e Salinas (2). À vista disso, em uma década, conforme a JUCERN, o número de negócios na região aumentou 47,33%. Este número já é maior do que todo o ano de 2020, quando a JUCERN registrou 6.115 empresas em atuação – um crescimento de 2,51%.

Diante desse contexto, Castells (2018) empreende uma classificação de três tipos de identidade: a legitimadora, a de resistência e a de projeto. A identidade legitimadora seria aquela introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

A identidade de resistência, por sua vez, é a criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições dominantes da sociedade. De acordo com Castells (2018),

Identidade destinada à resistência, leva à formação de comunas, ou comunidades. É provável que pode ser o tipo mais importante de

construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência (CASTELLS, 2018, p. 57).

Nesse sentido, é preciso considerar a alienação, a exclusão injusta, de natureza política, econômica ou social, o que denomina de

exclusão dos que excluem pelos excluídos, ou seja, a construção de uma identidade defensiva, nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo julgamento de valores, e ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência. Nesse caso, surge uma questão quanto a comunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes. A resposta a essa questão que, somente pode ser empírica ou histórica, determina se permanece como tais ou fragmentam-se em uma constelação de tribos, por vezes renomeadas eufemisticamente de comunidades (CASTELLS, 2018, p. 57).

Já a identidade de projeto é aquela relativa aos atores sociais que, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade para, assim procedendo, buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008).

Por conseguinte, lembra Ciampa (1990) que a identidade vai sendo construída ao longo da vida, pela história que vive e pelos papéis que o indivíduo vai exercendo, ele vai adquirindo várias identidades em constantes transformações. A esse movimento Ciampa denomina de metamorfose, para indicar também as mudanças que estão por acontecer, que se concretizam, em cada momento, de uma forma específica, dadas as condições históricas e sociais determinadas. Por essa razão,

toda e qualquer identidade é construída. A construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela História, pela geografia, pelas instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e por revelações de cunho religioso. Nesse contexto, a construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder (SILVA, 2011, p. 5).

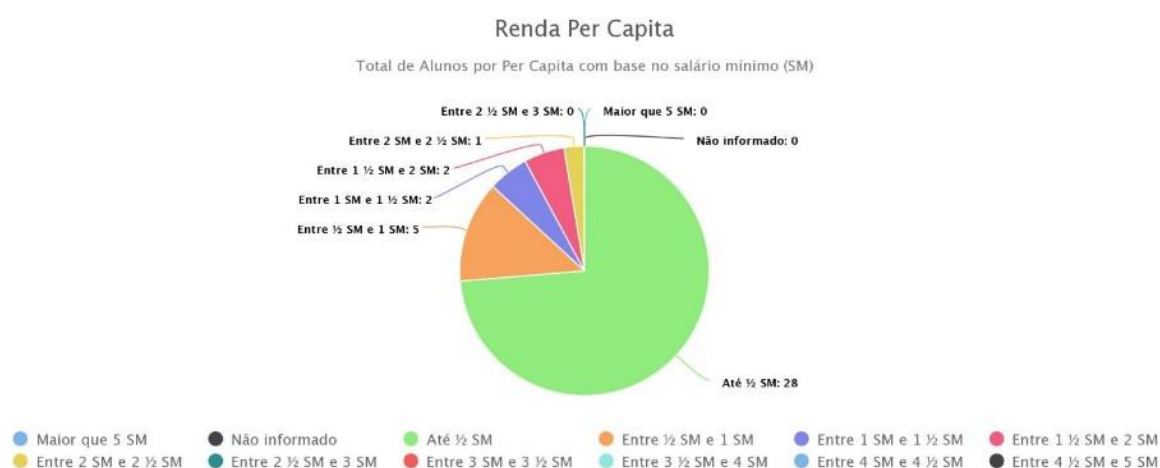
Dechamps e Moliner (2009), nesse sentido, nos orientam para a necessidade de levar em conta, na formação da identidade social, a avaliação que o aluno tem de si mesmo, do seu grupo de pertença, do que pensa que outros têm dele, de suas explicações para seu sucesso e seu fracasso e pela forma que encaram o futuro.

Assim, diante do exposto, a partir dos gráficos já apresentados, identificamos que os alunos apresentam uma identidade de resistência e de projetos, visto que fazem parte de uma cadeia social permeada por diversas vulnerabilidades sociais e econômicas (gráfico 6 e 7),

buscando, através da educação, em especial a educação como referência o IFRN, uma possibilidade de ascensão e reconhecimentos social junto ao grupo de pertencimento.

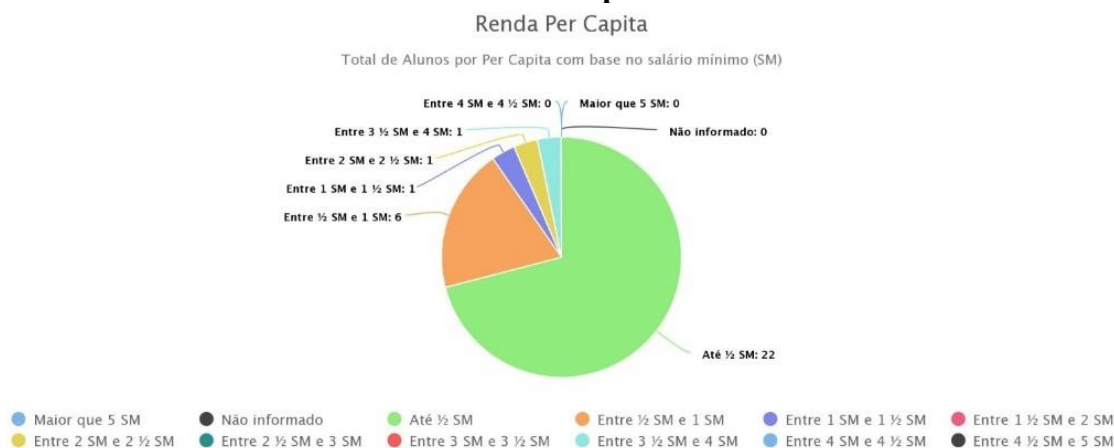
Para ilustrar o perfil social de alunos pesquisados, foram coletados dados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Segue os dados da renda *per capita* dos pais ou responsáveis dos alunos.

**Gráfico 6 – Renda Per Capita Turma 1º Ano**



Fonte: SUAP (2023)

**Gráfico 7 – Renda Per Capita Turma 4º Ano**



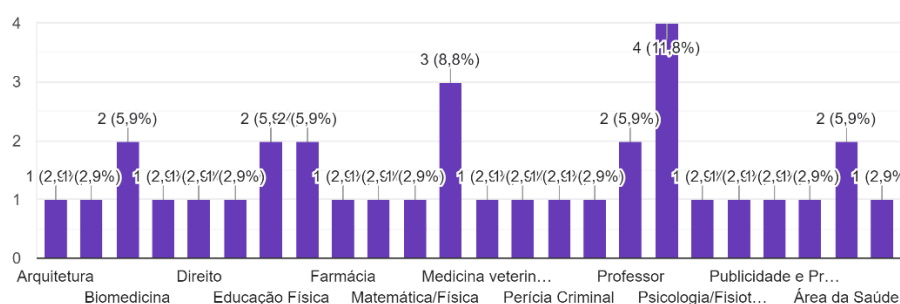
Fonte: SUAP (2023)

Observa-se, portanto, que, em ambas as turmas, os alunos com renda de até meio salário-mínimo são a grande maioria, o que demonstra a importância da educação como resistência de uma classe social baixa e como projeto de ascensão econômica e social. Essa

perspectiva é corroborada, pois, a partir dos resultados evidenciados a seguir a respeito de questões de visibilidade social e econômica (gráfico 8, 9, 10 e 11). Assim, pode-se afirmar que o curso de comércio, para esses alunos, funciona como uma ponte que educação profissional de qualidade permite a esses alunos de classe baixa.

### Gráfico 8 – Profissões que desejam seguir

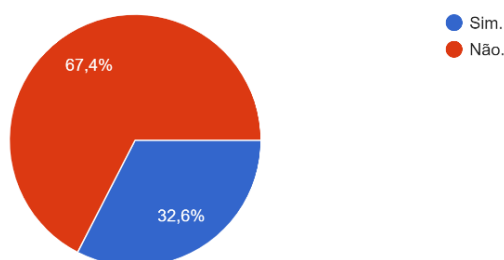
12. Caso não pretenda seguir na carreira de Técnico em Comércio, em qual profissão quer atuar?  
34 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 9 – Pretende trabalhar na área de Comércio

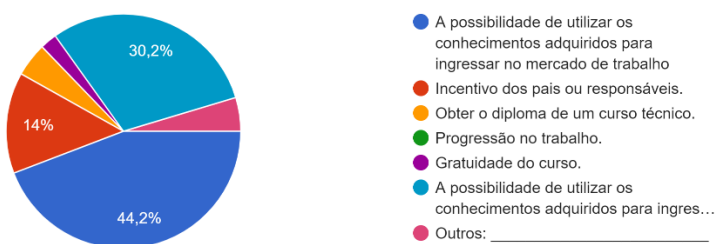
11. Quando concluir o curso Técnico em Comércio do IFRN, pretende trabalhar na área de gestão e negócios?  
43 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 10 – Influência para escolha do curso

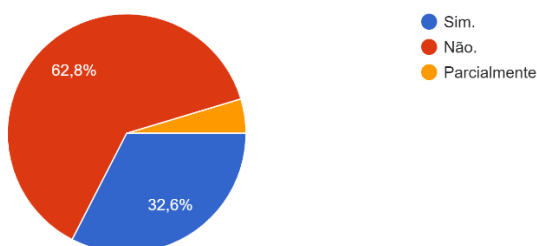
8. Qual fator mais influenciou na escolha pelo Curso Técnico em Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte? (apenas uma alternativa)  
43 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 11 – Visibilidade do Curso de Comércio

10. Quando você comenta com amigos e parentes que cursa Técnico em Comércio do IFRN, eles sabem dizer o que esse profissional estuda e o que faz?  
43 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em função dos aspectos apresentados da educação como um dos principais mecanismos de ascensão social, estamos lidando, então, com a educação profissional. Por essa razão, nesses questionários iniciais, procuramos observar aspectos relevantes da educação profissional e a sua relação com o curso de comércio.

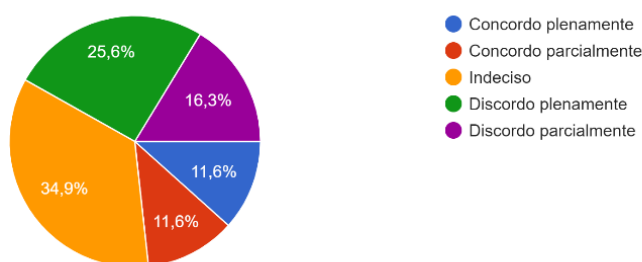
É importante ressaltar, à vista disso, a existência de discussões a respeito da educação profissional levando-se em consideração questão da mão de obra qualificada, as modalidades de ensino, o diálogo da educação profissional e tecnológica com as disciplinas propedêuticas e técnicas e, nesse aspecto, a própria formação humana integral, conforme consta nos documentos institucionais.

A partir dos dados evidenciados acima, que nos norteiam acerca da educação profissional nesse contexto de discussão do Curso Técnico em Comércio, primeiramente, ao tratar da nomenclatura do curso, temos o total de 43 respondentes, aproximadamente 80%

deles, que desconhecem a origem da nomenclatura do curso. Apenas 11,6%, no entanto, de 5 afirmaram ter conhecimento (gráfico 17).

### Gráfico 12 – Nomenclatura do Curso

10. Conheço a origem da nomenclatura do Curso de Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte  
43 respostas

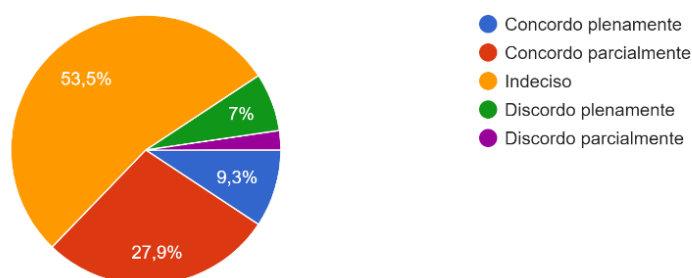


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

De acordo com o resultado do gráfico acima, é possível demonstrar que os alunos desconhecem a história do curso de comércio, aspectos que são observados tanto entre os pesquisados que adentram ao curso, como também entre os alunos concluintes, conforme é demonstrado nos dados a seguir (gráfico 18):

### Gráfico 13 – Origem do Ensino Comercial

4. O Ensino Comercial tem origem nas aulas de comércio do continente europeu no século XVIII.  
43 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Como pode ser verificado nos dados acima, apenas 9,3% dos respondentes afirmaram que a origem das aulas voltadas à atividade comercial surgiu na Europa do século XVII, o que demonstra a necessidade premente de que o aluno do curso de comércio conheça a

trajetória do curso a que se propôs tornar-se profissional. Nessa perspectiva, algumas concepções sobre a gênese do curso serão apresentadas a seguir.

Criadas em Portugal no ano de 1759 pelo Marquês de Pombal, secretário de Estado no reinado de D. João, as aulas de comércio constituíam a reformulação política, educacional e econômica que visavam ao processo de segmentação e profissionalização da sociedade mercantil lusitana. Nesse período, o país passava por grave crise econômica e financeira, ausência de infraestrutura contábil e organizacional e uma agricultura degradada. Vários outros vieses estavam postos: uma máquina administrativa inoperante, fraudes, usos e especulações de toda a espécie nas organizações dependentes do Estado, além da estagnação da indústria em Portugal e a decadência do comércio que, na sua maioria, estava em poder de mercadores estrangeiros (LIRA, 2011).

Nesse contexto, foi criada uma Junta Comercial, que atuava como órgão regulador do comércio, e, como parte integrante da reestruturação, foi proposta a Aula de Comércio, cujo objetivo era capacitar técnica e profissionalmente, credenciando pessoal habilitado para as atividades mercantis.

Apesar da existência de instrução e literatura anteriores às Aulas de Comércio portuguesas, na França, Espanha, Inglaterra e Itália, o curso lusitano se destacava pela estrutura e formalidade, ante o caráter informal dos países citados (CASTRO, 1982). Por isso, então, historiadores creditam a Portugal a origem do ensino comercial, bem como a importância do curso, conforme visto a seguir.

Acerca desse contexto, Carvalho (2011) afirma:

a criação da Aula de Comércio como uma glória portuguesa encarando-a como tendo sido a primeira escola, em todo o mundo, de caráter técnico, tipo de escola que só mais tarde viria a ser organizado em outros países. Parece-nos haver nisso um exagero. Não é crível, que em nações, como a Inglaterra ou os Países Baixos, onde, no tempo, eram intensíssimas as atividades comerciais, internas e externas, não existissem aulas nas quais se aprendessem as matérias em causa (CARVALHO, 2011, p. 460).

Por conseguinte, Santana (1989) expõe:

Por diversas vezes se tem afirmado a prioridade da criação da Aula de Comércio de Lisboa. E parece que com alguma razão. Os dados que foi possível recolher e que acima ficam indicados permitem, de facto, asseverar que a escola pombalina foi, no século XVIII, das primeiras a ser criada, foi de entre estas, das poucas onde se estabeleceu um ensino que expressa e exclusivamente, visava a preparação para profissionais comerciais e terá sido, realmente, a primeira que pode considerar-se estabelecimento de ensino oficial (SANTANA, 1989, p. 27).

Além da primazia da escola portuguesa e da qualidade formal da instrução, os alunos das Aulas de Comércio gozavam de prestígio perante a sociedade, visto que as aulas inaugurais e os exames finais eram assistidas pelo Rei de Pombal.

Segundo Castro (1982), o governo tinha uma forte preferência pela contratação de ex-alunos para os seus altos quadros administrativos. Tal dimensão não é acidental, pois, ao alçar seus ex-alunos para posições de destaque e visibilidade, não apenas confere-se *status* mas, também, legitima-se um tipo de conhecimento pragmático e imediatamente utilizável nas profissões gerenciais.

Logo, a Aula de Comércio pode ser vista como uma enérgica política de formação de quadros, bem como uma manifesta intervenção do governo no realinhamento das forças sociais do país. Ainda sobre isso, Castro (1982) disserta:

Nada mais bem-vindo do que a prosperidade e visibilidade de pessoas que cursaram um programa onde os estatutos ordenados pelo rei indicam que "se não passe de uma a outras matérias, e ainda dentro delas, de uma a outras partes, sem que em todas haja um geral conhecimento do que já foi ditado". Empresas mercantis e industriais, posições dentro dos navios, altos postos da administração pública são progressivamente ocupados pela nova classe de "tecnocratas". Documentos oficiais da coroa portuguesa chegam a afirmar que possuir bons comerciantes era mais importante do que ter conhecedores das leis ou das manufaturas. Não falta, portanto, deliberação e premeditação na tentativa do Gabinete Pombal de reforçar a competência e o poder político de uma classe emergente de comerciantes e administradores, para cujo aparecimento muito contribuiu a Aula de Comércio. Torna-se difícil isolar do contexto histórico a contribuição da Aula de Comércio sobre a evolução de Portugal (CASTRO, 1989, p. 89).

Seguindo com as análises sobre o conhecimento que os pesquisados têm sobre o curso de comércio, foi possível observar, conforme gráficos 15 e 16, que aproximadamente 84% dos respondentes estão nos grupos de indecisos e discordantes sobre o surgimento do curso de comércio no Brasil e no Rio Grande do Norte.

De acordo com referencial teórico, as escolas de comércio chegaram no país durante o período colonial, mais especificamente em 1808, com a chegada da corte lusitana; já no Rio Grande do Norte, tal evento se deu em 1919, ou seja, mais de um século depois, visto que entre a colonização e o desenvolvimento do Brasil há um lapso de tempo considerável.

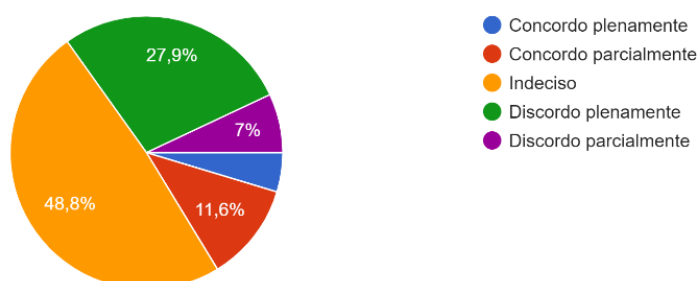
Desta feita, pode-se afirmar que os pesquisados desconhecem a origem e a trajetória do Curso, demonstrando que há um lapso do conhecimento histórico na formação profissional que fortaleceria a construção da identidade do curso e dos seus futuros profissionais.

Conforme tratado na literatura apresentada, é sabido que o Curso de Comércio chegou ao Brasil por meio da Corte Lusitana com o objetivo de desenvolver as relações comerciais que fariam parte do movimento Brasil – Portugal – Europa. Nesse sentido, o ensino de comércio no Brasil foi se fortalecendo na mesma proporção em que as cidades foram se desenvolvendo e necessitando de mão de obra qualificada, momento no qual começam a surgir diversas escolas técnicas de comércio, dentre elas, a do Rio Grande do Norte.

### Gráfico 14 – Ensino Comercial no Brasil

3. O Curso de Comércio no Brasil surgiu no período colonial.

43 respostas

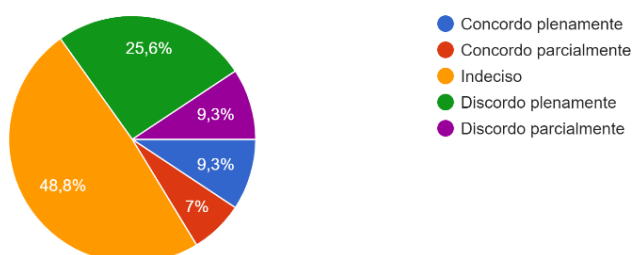


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 15 – Ensino Comercial no RN

6. O Curso Técnico em Comércio no RN surgiu nos anos 1900.

43 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Mediante os resultados dos questionários apresentados, as hipóteses investigadas foram comprovadas, haja vista que foi possível constatar que o curso carece de uma identidade que o fortaleça dentro de uma perspectiva profissional, o que impacta diretamente na ausência do reconhecimento social e econômico no exercício da profissão.

Em um dos gráficos apresentados foi identificado que os pesquisados não desejam se manter ou migrar para áreas relacionadas ao curso. Nesse aspecto, eles visualizam a instituição IFRN como espaço qualificado, contudo, para eles, o curso técnico em comércio não traz perspectivas de reconhecimento, ação que recai na discussão de legitimação da identidade de resistência e de projeto.

Outro aspecto importante constatado a partir das respostas analisadas foi a ausência, na própria estrutura do curso, de conhecimentos suficientes acerca da sua história, importância, surgimento e desafios, questões essas que, mais uma vez, lançam luz à ausência da identidade do curso, uma vez que essa só se constrói na história.

Diante desses resultados, foi desenvolvido como produto educacional um *e-book*, com o objetivo de, de forma didática e com fácil acesso nos meios digitais, abordar os aspectos históricos do curso, o qual será apresentado nas próximas seções desse capítulo.

#### 4.1 PRODUTO EDUCACIONAL: A ORIGEM, TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO CURSO DE COMÉRCIO NO RIO GRANDE DO NORTE

A escolha de uma metodologia de ensino requer muito cuidado e perpassa uma série de critérios para sua utilização, como, por exemplo, o público-alvo, o local de aplicação, os recursos materiais, a aplicabilidade etc. Para além dessas questões, a metodologia precisa ter embasamento teórico para nortear sua efetivação. Neste sentido, compreendendo a importância da interação entre os sujeitos envolvidos, torna-se interessante que se utilizem metodologias que permitam essa interação e a construção de conhecimento coletivo.

Como objeto de aprendizagem, o Produto Educacional faz parte das exigências do PROFEPT, e, para tanto, optou-se pela elaboração de um *e-book* que retrate a trajetória do curso de comércio no Rio Grande do Norte. Trata-se, pois, de um material textual que tem a finalidade de disseminar conhecimentos básicos de forma a permitir que os estudantes do Curso Técnico em Comércio do IFRN Campus Natal – Zona Norte tenham uma formação identitária sobre esse profissional.

De acordo com o documento da CAPES (BRASIL, 2019), um produto educacional é,

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo [...] (BRASIL, 2019, p. 16).

Para Kaplún (2003), um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas, sim, em determinado contexto, é uma ferramenta que facilita ou dá embasamento ao desenvolvimento de uma experiência de aprendizado.

Desta feita, os produtos educacionais são ferramentas que atuam no processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de trabalhar conteúdos disciplinares, visando a melhor compreensão da temática envolvida. Por essa razão, o produto educacional aqui desenvolvido será aplicado, por meio das aulas da disciplina de História, aos alunos do 1º ano, como material didático a ser utilizado pela comunidade acadêmica.

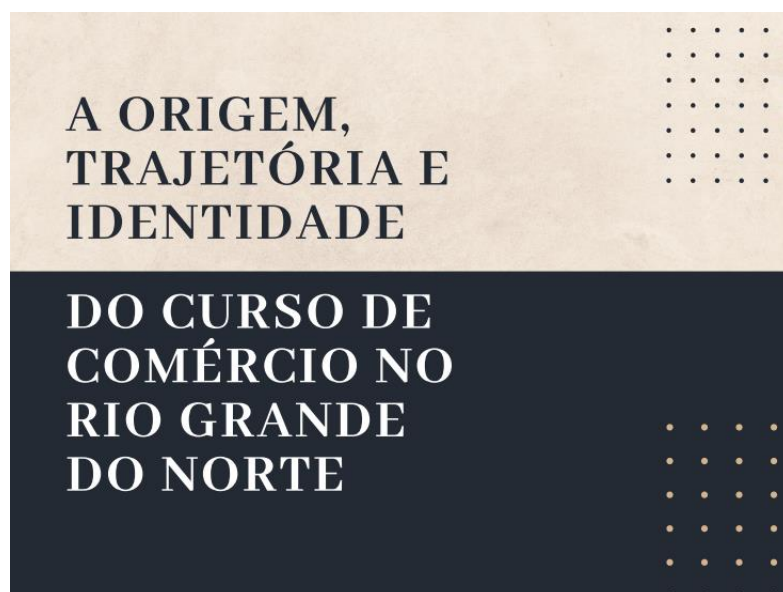
Nessa perspectiva, a definição do material educativo em formato digital, tipo *e-book*, ocorre, principalmente, pela facilidade de disponibilização a qualquer interessado no assunto por meio de plataforma eletrônica, expandindo, dessa forma, o acesso para outros campos da Educação Profissional e Tecnológica, não ficando limitado aos sujeitos dessa pesquisa.

Outro ponto determinante para a escolha do produto educacional nesse modelo está relacionado à questão da sustentabilidade, visto que o *e-book* dispensa o uso do papel e de outros insumos necessários à impressão, podendo ser acessado por equipamentos eletrônicos diversos, como computadores, *tablets* e *smartphones*. O conteúdo digital em forma de texto e imagens com a extensão PDF ocupa um reduzido espaço de armazenamento nos equipamentos em que for instalado.

Nesse sentido, compreende-se a viabilidade da produção de um documento histórico formatado em uma mídia atual e de acesso global, de modo que a aplicação do produto seja abrangente e que este possa ser utilizado para várias finalidades, quer sejam comunicacionais, históricas ou conceituais, além de ser referencial norteador da identidade do curso de comércio do IFRN e outros de origem correlata; além disso, intenta-se que tal produto venha a servir de material didático para discussões em sala de aula, bem como instrumento orientador das bases conceituais da EPT abordadas e como referência para pesquisas futuras sobre o tema.

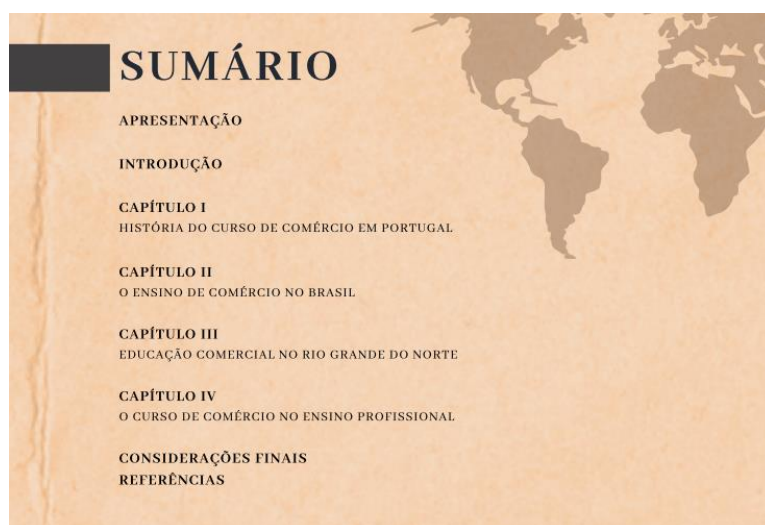
A seguir, serão apresentadas algumas telas do produto educacional.<sup>12</sup>

**Figura 21 – Capa do *E-book***



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Figura 22 – Sumário do *E-book***

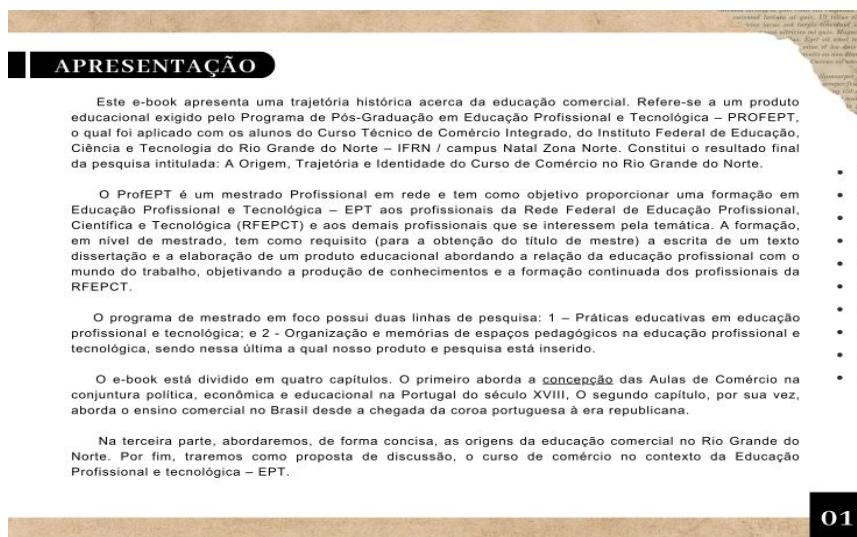


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Figura 23 – Apresentação do *E-book***

---

<sup>12</sup> Este produto educacional em seu conteúdo completo estará disponível no repositório do PROFEPT e do IFRN e na plataforma Sucupira da CAPES.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Figura 24 – Capítulo I: História do Curso de Comércio em Portugal**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Figura 25 – Capítulo II: O ensino de Comércio no Brasil**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Figura 26 – Capítulo III: Educação Comercial no Rio Grande do Norte**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

**Figura 27 – Capítulo IV: O curso de Comércio no Ensino Profissional**



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Figura 28 – Considerações finais do *E-book*

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho, cuja proposição foi analisar a narrativa histórica sobre as origens, importância e trajetória das instituições escolares voltadas ao ensino comercial, e nesse escopo vislumbrar o percurso iniciado com as aulas de comércio originárias em Portugal no século XVIII, e que posteriormente chegaram as terras brasileiras trazidas pela coroa portuguesa em 1808, tendo relevância secular no desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro. Sendo o curso de comércio um dos primeiros formatos de educação profissional a chegar de fato ao Brasil.

Ressaltamos que essa organização educacional e fatores de desenvolvimento econômico, levando em consideração que, conforme contexto histórico, essa forma de ensino desde o Brasil-Colônia, notadamente de cunho pragmático e voltada para atender as necessidades do mercado, tinha sua importância e notabilidade social a depender das nuances políticas adotadas em cada época e cenário. Dessa forma, tal conjuntura propiciou, ao longo de sua trajetória, dificuldades de afirmação, o que comprova o modelo educacional no Brasil, marcado historicamente pelo dualismo estrutural.

É relevante entendermos que as profissões e o reconhecimento das mesmas perpassam pela identidade social e relevância que elas vão tendo socialmente. E que todas as profissões são regidas pela história e complexidade das políticas econômicas e sociais.

Na perspectiva de termos alcançado nossos objetivos, esperamos que esse material educacional paradigmático possa ser utilizado, pelos interessados no tema, como instrumento de reflexão histórica, política e pedagógica onde retratamos a importância do Curso de Comércio na história da educação profissional.

63

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

## 4.2 AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A aplicação e avaliação do produto educacional em formato de e-Book ocorreu no Campus do IFRN Natal – Zona Norte, no Curso Técnico de Comércio, na modalidade EMI

(Ensino Médio Integrado), nos dias 25 e 26 de julho de 2023, presencialmente, em sala de aula, com os participantes que compõem as turmas de 1º e 4º anos do referido curso.

No primeiro momento, foi encaminhado, na rede social *whatsapp*, por meio dos grupos das turmas, o arquivo do material educativo em formato pdf e o link do questionário gerado na plataforma do *google forms*.

Em seguida, foi exibido, mediante projeção, o produto educacional intitulado: A Origem, Trajetória e Identidade do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte, momento no qual foram apresentados a composição da obra e o detalhamento dos capítulos, interagindo com os pesquisados e informando que a produção do material foi fruto das percepções encaminhadas por eles, baseado nas respostas ao questionário de sondagem inicial aplicado anteriormente.

Em função dos objetivos traçados neste estudo no que diz respeito à coleta de dados, dentre os alunos selecionados, compuseram a amostra 46 discentes, os quais responderam ao questionário final estruturado e composto de perguntas objetivas e subjetivas, primeiramente, referente ao processo de aprendizagem, e, em um segundo momento, à avaliação do e-Book, que será analisado a seguir.

No quesito processo de aprendizagem, foi feito o seguinte questionamento aos estudantes: *Quais são as origens do curso de comércio?* Essa pergunta foi utilizada pois apenas 9,3% dos pesquisados que responderam ao questionário de sondagem inicial informaram que tinham conhecimento sobre a origem do curso.

Assim, considerando que houve 42 respostas efetivadas de maneira subjetiva com grande quantidade de texto, optou-se por usar a ferramenta **Word Cloud Generator**, que funciona integrada ao *Google Docs*, permitindo a criação de uma nuvem de palavras de forma automática, baseado no texto escrito pelo próprio usuário; quanto mais vezes uma palavra aparece no texto, maior será o seu destaque na referida nuvem. Nesse caso, utilizou-se como texto todas as respostas do item, que veio a gerar a nuvem abaixo com as palavras mais relevantes, destacando a relevância da informação contida no produto textual na geração de conhecimento.

**Figura 29 – Nuvem de palavras**



“Um curso de bastante relevância para as vivências na vida profissionalizante, oferecendo conteúdos muito úteis não só para fins da administração do nosso amadurecimento da evolução profissional, como também da vida pessoal.” Aluna(o) 15.

“compreendo que é um curso de alta qualidade que nos proporciona grandes oportunidades ao longo da nossa vida. Não é apenas um simples estudo podemos ver qualidade e organização.” Aluna(o) 16.

“Como um curso extremamente expansivo e que se aprimorou com o passar do tempo. Muito importante de ser investido, devido a sua amplitude. Compreendo como um curso cheio de oportunidades.” Aluna(o) 24.

“Como algo muito mais do que apenas um simples curso, tem toda uma história significativa por trás.” Aluna(o) 39.

Nesse sentido, é chegada a quarta e última pergunta da fase ensino-aprendizagem, trazendo aos alunos uma forma de interação com a pesquisa, no sentido de contribuir para o fortalecimento do curso e da identidade. Nesse sentido, foram obtidas as seguintes devolutivas ao questionamento: *Que sugestões você daria para que a identidade do curso fosse fortalecida e reconhecida no desenvolvimento da atividade do técnico em comércio?*

“Realizar palestras pra compreender o curso e suas qualidades para o desenvolvimento profissional.” Aluna(o) 1.

“Que o ensino sobre a origem do curso fosse mais explorada e investida, para que todos pudessem perceber a importância dele. Aluna(o) 2.

“Fazendo exposições dos talentos dos alunos que passaram por esse curso.” Aluna(o) 3.

“Acredito meios que tragam a diferenciação do Curso, pois ele é muito comparado com o curso de Administração, sendo que o curso de Comércio é voltado para as áreas de gestão e não apenas administração.” Aluna(o) 5.

“Realizar palestras em escolas, com o intuito de divulgar e mostrar a importância que o curso tem para a comunidade externa.” Aluna(o) 6.

“Ter essa opção de curso em outros campus do RN.” Aluna(o) 7.

“Expor mais as ideologias por trás dos símbolos, fortalecendo os laços com seus estudantes, por exemplo, a abelha representar o trabalho em equipe, ...” Aluna(o) 10.

“Ensinar aos alunos mais da história do curso e as áreas em que ele pode atuar após o término do curso, pois essas informações são pouco passadas.” Aluna(o) 13.

“Um espaço nos seminários de integração para explicar a história do curso e o que o curso trata de uma forma mais detalhada, igual a pesquisa mostra.” Aluna(o) 14.

“Ter a possibilidade de oferecer módulos de extensão ou programas de especialização no curso de técnico em comércio, abordando áreas específicas do setor que estão em alta demanda. Isso ajudará a fortalecer a identidade do curso como uma formação atualizada e alinhada às demandas do mercado.” Aluna(o) 17.

“Para fortalecer a identidade do curso de Técnico em Comércio, é necessário: manter o currículo atualizado, estabelecer parcerias com empresas, buscar certificações reconhecidas, contar com instrutores qualificados, promover eventos e workshops, focar na prática e acompanhar ex-alunos para demonstrar o impacto positivo do curso.” Aluna(o) 20.

“Desenvolver mais materiais como esse para melhor conhecimento sobre a História do curso e o que ele estuda.” Aluna(o) 23.

Como é possível perceber nas respostas apresentadas, a pesquisa estimulou a interação dos pesquisados no sentido de mostrar suas impressões, preocupações, e de contribuir para o desenvolvimento do curso à medida que foi exposta a sua história no material educativo apresentado e avaliado em conformidade com as representações gráficas apanhadas via questionamentos avaliativos.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o instrumento utilizado no processo de ensino-aprendizagem passe por avaliação:

É necessário assegurar que os materiais educativos criados sejam produzidos e avaliados de modo coletivo, considerando as especificidades do público a que se destinam; orientem-se por metodologia que contemple aspectos comunicacionais, pedagógicos, teóricos e críticos; e sejam validados a partir de eixos e descritores definidos de acordo com as características de cada material textual (CHISTÉ, 2019, p. 185).

Nesse contexto, para se efetivar a relevância de um produto educacional, é necessário que esse material educativo seja submetido a testagem, a processos avaliativos, a comprovação e validação, sendo essencial a participação dos sujeitos pesquisados durante todo o processo.

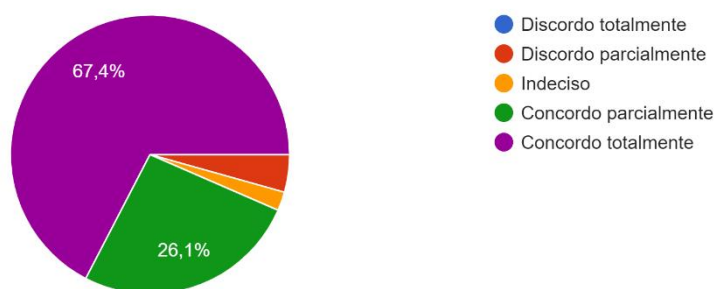
Portanto, no processo avaliativo do produto textual interativo pelos alunos pesquisados, foi aplicado um questionário com perguntas adaptadas dos descritores de Chisté (2019), conforme observado nos gráficos que seguem.

Os gráficos que representam as perguntas enumeradas de 1 a 8, relativas aos temas atração, compreensão, imagens, coerência, conceitos, estruturação, leitura e reflexões foram avaliados de forma positiva, tendo em vista que os percentuais de concordância em todos os eixos avaliados ficaram entre 67,4% e 87%, dessa forma, comprovando o alto índice de satisfação entre os pesquisados em relação ao produto educacional disponibilizado no processo avaliativo.

### Gráfico 16 – Compreensão e atratividade do e-book

1. O e-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?

46 respostas

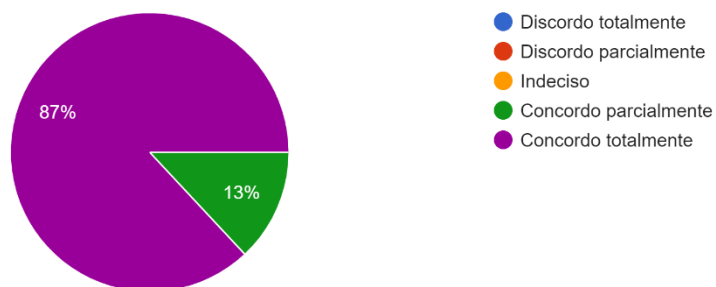


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 17 – Avaliação das imagens do e-book

2. As imagens utilizadas ilustram de forma adequada os conteúdos apresentados, sendo complementar as informações do texto?

46 respostas

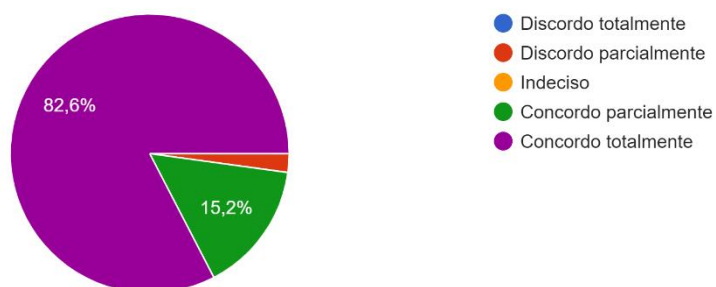


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 18 – Avaliação dos capítulos

3. Apresenta capítulos interligados e coerentes?

46 respostas

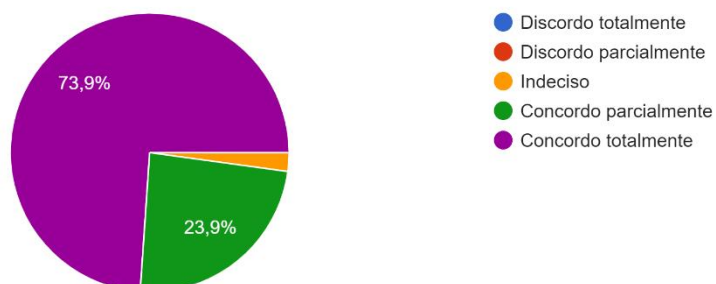


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 19 – Avaliação dos conceitos e argumentos

#### 4. Apresenta conceitos e argumentos claros?

46 respostas

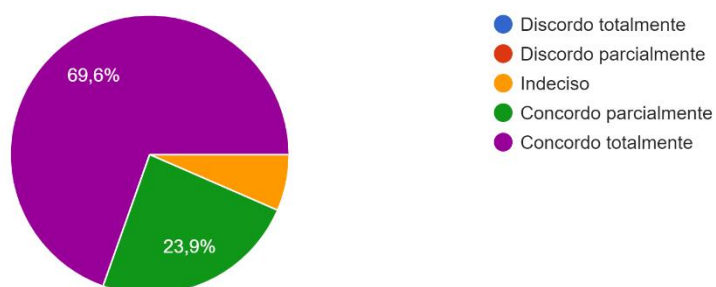


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 20 – Avaliação da estrutura

#### 5. Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado?

46 respostas

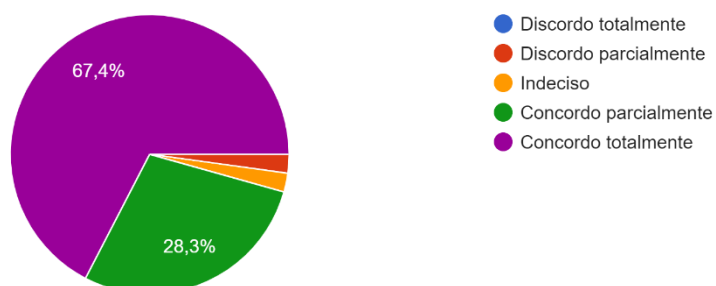


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 21 – Avaliação da textualidade

6. O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas na mesma proporção com o que é didático?

46 respostas

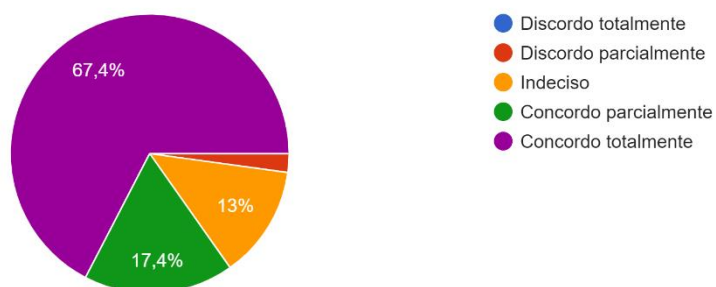


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 22 – Avaliação da intencionalidade dos conteúdos

7. O conteúdo abordado contribui para sua formação pessoal e profissional?

46 respostas

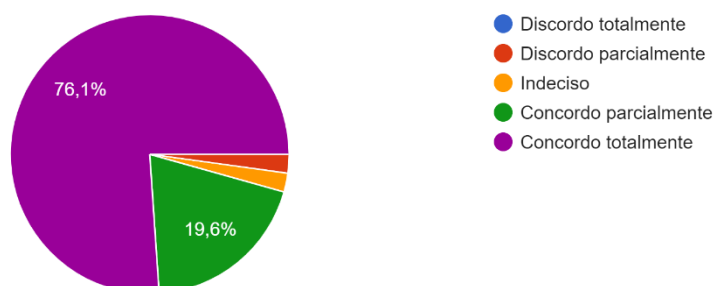


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### Gráfico 23 – Avaliação do e-book em relação à contribuição para a formação da identidade do profissional em Comércio

8. O e-book instigou reflexões sobre o potencial do curso e do profissional técnico integrado em comércio?

46 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No quadro a seguir, dentro da linha avaliativa com respostas discursivas, evidenciou-se que poucas temáticas foram solicitadas para inclusão, dentre elas a simbologia do curso e a temática egressos e grade curricular.

#### Quadro 7 – Inclusão de temática/discussão

| Pergunta 9: Há outra temática/discussão que você gostaria que fosse abordada no produto educacional? |                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aluna(o)                                                                                             | Respostas pós-aplicação                                                                                                                                    |
| 3                                                                                                    | Acredito que é interessante a presença da evolução dos alunos, como eles se deram após o término do curso. Como eles se comportam diante uma empresa.      |
| 5                                                                                                    | Acredito que está ótimo.                                                                                                                                   |
| 7                                                                                                    | Os símbolos do curso                                                                                                                                       |
| 10                                                                                                   | Não há necessidade de alterações ou adições ao e-book, ele permanece completo, organizado e bem explicado, proporcionando uma fácil compreensão ao leitor. |
| 11                                                                                                   | Não, a penas ter mais clareza com as coisas que são ditas nas aulas do curso                                                                               |
| 12                                                                                                   | Acredito que não, está bem completo e bem direto, tornando assim a compreensão mais fácil.                                                                 |
|                                                                                                      |                                                                                                                                                            |
| 13                                                                                                   | Sobre a finalidade das matérias oferecidas no curso.                                                                                                       |
| 15                                                                                                   | Falar como o curso foi implementado no IFRN.                                                                                                               |
| 16                                                                                                   | Não, a pesquisa estava bem completa em relação ao conteúdo educacional.                                                                                    |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Finalizados os questionamentos, foram sugeridos que no material educativo fossem incluídas listas de exercícios, mais comunicação gráfica, menos textos e tamanho da fonte

aumentada. Todo o restante das respostas foi de comentários elogiosos ao trabalho apresentado.

#### Quadro 8 – Sugestões, críticas ou comentários

| Pergunta 10: Caso julgue necessário, que sugestões, críticas ou comentários você deixaria para o aprimoramento do material educativo E-book? |                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aluna(o)                                                                                                                                     | Respostas pós-aplicação                                                                                                                                 |
| 2                                                                                                                                            | Achei completo e super didático.                                                                                                                        |
| 3                                                                                                                                            | O material é muito bom e compreensivo. Parabéns pelo trabalho e esforço.                                                                                |
| 6                                                                                                                                            | Exercícios.                                                                                                                                             |
| 7                                                                                                                                            | Achei bom                                                                                                                                               |
| 8                                                                                                                                            | Que fosse mais resumido.                                                                                                                                |
| 9                                                                                                                                            | Essa matéria poderia ser disponibilizada como um folder para os calouros na semana de integração para que saibam a história do curso que estão entrando |
| 10                                                                                                                                           | Está ótimo.                                                                                                                                             |
| 11                                                                                                                                           | Não tenho o que comentar sobre, está muito bom assim.                                                                                                   |
| 12                                                                                                                                           | Não tenho nada a dizer nem criticar, estava tudo muito bom, parabéns.                                                                                   |
| 13                                                                                                                                           | Não tenho alterações ou adições a fazer, pois o E-book está completo e bem elaborado, de acordo com a minha perspectiva.                                |
| 16                                                                                                                                           | Não há nenhuma crítica, mas a fonte das partes escritas poderia ser maiores para melhor visualização.                                                   |
| 20                                                                                                                                           | Acho que tem muito texto e isso deixa cansativo de ler.                                                                                                 |
| 22                                                                                                                                           | Que fosse mais resumido                                                                                                                                 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os resultados obtidos a partir da aplicação do produto educacional fruto desta pesquisa, aferidos por meio dos questionários de avaliação, demonstram a satisfação com o e-Book, percebida pelas respostas avaliativas do material, havendo grande percentual de concordância por parte dos participantes, mesmo que parcialmente, para os descritores assinalados.

Quanto às respostas apresentadas pelos avaliadores nas questões abertas, que apresentaram sugestões de melhoria para o produto educacional, foram feitos os ajustes necessários no material em relação ao que foi considerado pertinente para o atendimento das necessidades do público-alvo da pesquisa, reforçando a participação ativa desses sujeitos no processo investigativo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa está ancorada nas vivências e observações do pesquisador<sup>13</sup>, administrador oriundo da Rede federal de Educação e fruto de uma política pública educacional inclusiva, desde seus primórdios, mesmo que afetada ao longo da sua existência pelas nuances ideológicas provocadas pela alternância do executivo. Desse modo, a investigação é reflexo do manter-se firme no propósito de cumprir seu papel de inclusão social, contrapondo-se às forças hegemônicas e forjando, dessa forma, uma instituição voltada a uma política pública de cunho estatal, à medida que busca atuar na redução do dualismo estrutural existente na educação brasileira, mesmo diante das diferentes variações governamentais e das interferências do capitalismo.

De modo específico, parte da trajetória do autor no Campus Natal – Zona Norte serviu de base para a propulsão das questões abordadas neste estudo, através de momentos nos quais as discussões em torno do Curso de Comércio traziam corriqueiramente a percepção do quanto a questão da trajetória do curso e da sua própria identidade eram desconhecidas pelos alunos.

É relevante, pois, o entendimento de que as profissões e o reconhecimento delas perpassam pela sua identidade e relevância social, haja vista que todas as profissões são regidas pela história e pela complexidade das políticas econômicas e sociais.

Assim, analisou-se a narrativa histórica acerca das origens, da importância e da trajetória das instituições escolares voltadas ao ensino comercial no Brasil, vislumbrando, nesse escopo, o percurso iniciado com as aulas de comércio originárias do continente europeu no século XVIII, especificamente as criadas em Portugal e, posteriormente, as brasileiras, trazidas pela coroa portuguesa em 1808, tendo relevância secular no desenvolvimento educacional e socioeconômico nacional.

O curso de comércio foi um dos primeiros formatos de educação profissional a chegar, de fato, ao Brasil. Tendo isso em vista, ressalta-se que essa organização educacional esteve atrelada fortemente a fatores de desenvolvimento econômico, uma vez que,

---

<sup>13</sup> Administrador de carreira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte desde 2011, tendo atuado em cargos de direção, conselho superior e diversas comissões sistêmicas, tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas, Gestão Administrativa, Administração Financeira e Orçamentária. Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008), Especialista MBA em Sistema de Gestão Integrada - SGI - (Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Saúde no Trabalho e Qualidade) - 2014.

notadamente de cunho pragmático, tinha o intento de atender às necessidades do mercado, bem como de servir aos negócios públicos e privados, constituindo, assim, sua importância e notabilidade social a depender das nuances políticas adotadas em cada época e cenário.

Dessa forma, tal conjuntura propiciou, ao longo de sua trajetória, dificuldades de afirmação, o que comprova o modelo educacional no Brasil, marcado historicamente pelo dualismo estrutural.

No Brasil, o ensino do comércio, seguiu os estatutos das escolas lusitanas até 1882, passando pelo período imperial ao republicano, sendo reformado ao longo do tempo conforme as legislações aplicadas e das conjunturas políticas e socioeconômicas. No início do século XX, devido à expansão comercial e de requisitos de cunho administrativo, surgiu a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país. Logo, em 1902, foram criadas a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, em 1905.

Nesse sentido, esse conjunto de contextos históricos contribuiu, sobremaneira, para a grande expansão do ensino comercial no país, que atingiu seu ápice entre as décadas de 1940 até início dos anos 1970.

No Rio Grande do Norte não foi diferente: o estado chegou a ter cerca de três mil alunos matriculados em 32 escolas de comércio, em 1960, distribuídas por todas as regiões do estado. Dentre os destaques, estão as primeiras instituições oficializadas do estado, criadas em ambientes de franca expansão comercial face à estruturação urbanística e modernização das cidades de Natal e Mossoró; a primeira delas foi a Escola de Comércio de Natal, de 1919, seguida da Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, de Mossoró, em 1936, a qual, além do curso de comércio, criou e manteve a Faculdade de Contabilidade, hoje anexada à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, encerrando suas atividades em 2000.

A Escola Técnica de Comércio de Natal formou profissionais ao longo de 50 anos, tendo sido, em 1971, incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que deu origem à Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. Após a década de 1970, a escola entrou em decadência financeira e conceitual, permanecendo fechada até o ato legal da extinção de sua identidade jurídica, em 10 de dezembro de 2014, deixando como legado a constituição dos atuais cursos de nível técnico e superior da área de Gestão e Negócios.

O avanço e a formação do ensino superior aliado ao ensino técnico – visto que, nesse período, o ensino superior já começava a ser difundido pelo país – permitiu que as escolas técnicas passassem a ver seus cursos transformados e/ou funcionando em concomitância com o ensino superior.

Após a década de 1970, em especial reportando-se ao Rio Grande do Norte, a implementação dos cursos superiores aliados ao ensino técnico abriu caminhos para a criação de universidades. No caso dos cursos técnicos de comércio, em face do novo cenário instalado, foram deixados espaços antes ocupados para os cursos de graduação da administração e contabilidade, e dessa forma, os cursos técnicos dessa área, antes importantes, perderam prestígio e tiveram sua identidade social desconstruída ao longo do tempo.

Nesse contexto, é importante destacar a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia em 2008 pela Lei nº 11.892, que constituiu-se como um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Reconhecida pela excelência do ensino ofertado, pela diversidade e verticalidade de cursos, bem como por sua relevante atuação junto à população e aos arranjos produtivos, atuando no sentido de potencializar o que cada região oferece, compromissado nos aspectos da diversidade socioeconômica, geográfica e cultural, articulando trabalho, ciência e o cultura na perspectiva da emancipação humana e formação cidadã.

O curso técnico de comércio retorna à cena no início dos anos 2000, com a implantação do IFRN na Zona Norte da capital do Estado, o que, segundo diagnóstico da época em conjunto com as entidades representativas da comunidade local, as quais nominaram o curso, foi visto como de grande importância por se tratar de uma região que apresentava elevado crescimento e vocação comercial.

Desta forma, o lapso temporal no qual o curso permaneceu fora das ofertas da educação profissional também contribuiu para que essa identidade, outrora tão fortalecida, tivesse dificuldades de reafirmação.

Nesse contexto, conforme resultados obtidos junto aos alunos pesquisados e matriculados no curso do IFRN, afirmou-se o desconhecimento deles acerca da história do curso, percebendo-se, a partir disso, a desvalorização da profissão, uma vez que reconhecem que inexiste, no curso técnico, uma identidade social que o promova economicamente como uma atividade profissional viável a ser ensinada, visto que a maioria dos discentes

pesquisados anseiam migrar para outras profissões ou carreiras universitárias, notadamente rentáveis e reconhecidas socialmente.

Da mesma forma, essas questões presentes também perpassam pela sociedade e pelo mercado empregador, uma vez que desconhecem quais são as potencialidades do profissional técnico em comércio.

Portanto, sugere-se, a partir desta pesquisa, a inserção da história do curso na grade curricular dos cursos técnicos em Comércio – especialmente o do Campus Natal – Zona Norte – como parte das atividades pedagógicas, visando fortalecer sua identidade, bem como promover uma divulgação institucional eficaz sobre a capacidade técnica dos profissionais formados em comércio junto ao arranjo produtivo da região, promovendo, assim, a geração de oportunidades.

Para isso, como contribuição dos resultados encontrados na pesquisa, foi elaborado um *E-book* voltado não apenas para o Curso de Comércio do IFRN, mas também para a comunidade acadêmica e demais interessados no tema, contendo um material educacional paradidático que poderá ser utilizado como instrumento de reflexão histórica, política e pedagógica acerca da importância do Curso de Comércio na história da educação profissional potiguar.

Compreende-se, pois, após a trajetória delineada por esta pesquisa, que muitos são os caminhos para a consolidação da identidade do Curso Técnico de Comércio da instituição analisada; todavia, constata-se que o presente estudo contribui sobremaneira para a apresentação destes percursos e incide nas possibilidades de pesquisas futuras acerca do curso no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rômulo Garcia. **Burocracia e economia na primeira metade do século XIX: a Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.
- ARAÚJO, W. G.; RODRIGUES, L. L. As primeiras Aulas do Comércio do Brasil no século XIX. Comunicação apresentada ao **XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**, 2013. (Lisboa, 10-11 Out.), 1-23.
- ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. **O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930.** Natal: EDUFRN, 2008.
- AZEVEDO, Mário C. **A Aula do Comércio, primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo.** Lisboa: Edição da Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.
- BANDEIRA, Tainá da Silva. **Escola Técnica de Comércio União Caixeiral: gênese e dualidades de um processo de criação (1911 a 1937), no município de Mossoró, RN.** Natal, 2017.
- BAUSBAUM, Leônico. **História sincera da República: das origens até 1889.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.
- BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso.** Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/824/713>. Acesso em: 30 out. 2021.
- BIELINSKI, A.C. [s.d.]. **Educação profissional no século XIX – Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso.** Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.htm>. Acesso em: 07 jun. 2023.
- BRASIL, **Lei nº 6.142, de 28 de dezembro de 1943.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6142-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2021.
- BRASIL. CAPES. Documento de Área – Ensino. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.
- BRASIL. **Decreto n. 121, de 31 de janeiro de 1842. Regula o provimento das cadeiras da Aula de Comércio.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/385926/publicacao/15820262>. Acesso em: 09 out. 2021.
- BRASIL. **Decreto n. 121, de 31 de janeiro de 1842. Regula o provimento das cadeiras da Aula de Comércio.** Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 135, v. 5, parte 2, 1843.

BRASIL. **Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943.** Regulamento da estrutura dos cursos de formação do ensino comercial. República, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D14373.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D14373.htm). Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-norma-pl.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 20.158, de junho de 1931.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 556, de 25 de junho de 1850.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM556.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM556.htm). Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. **Lei 5692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 maio. 2022.

BRASIL. **Lei nº 17.329, de 28 de maio de 1926.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Comércio.** Projeto aprovado pela Resolução Nº 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-tecnicos-de-nivel-medio/tecnico-integrado/tecnico-em-comercio/view>. Acesso em: 11 maio. 2022.

BRASIL. **Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado interino dos Negócios do Império, conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

BRASIL. **Decreto nº 456, de 6 de Julho de 1846.** EMENTA: Manda executar o regulamento da Aula do commercio da Cidade do Rio de Janeiro. Texto - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-456-6-julho-1846-560426-norma-pe.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

CABRAL, Dilma. Aula de Comércio (1808-1821). In: **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial (1500-1822)**. Disponível em: <https://goo.gl/2TNYWi>. Acesso em: 4 abr. 2023.

CABRAL, Dilma. Código Comercial. In: **Dicionário Online da Administração Brasileira do Período Imperial (1822-1889)**. Disponível em: <https://goo.gl/BhK6g5>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CARDOSO, José Luís. A transferência da Corte e a Abertura dos Portos: Portugal e Brasil entre a ilustração e o liberalismo econômico. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (orgs.) **A abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 166-195.

CARVALHO, R. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 530p. Disponível em: <https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/05/o-poder-da-identidade.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, C. M. A Primeira escola técnica e a formação da tecnocracia portuguesa: a Aula de Comércio na era pombalina. Versão modificada do prefácio do livro. In: MENDONÇA, M. C. de. **A Aula de Comércio**. Rio de Janeiro: Fundação Xerox, 1982.

CASTRO, Cláudio de Moura. A Primeira escola técnica e a formação da tecnocracia portuguesa: a Aula de Comércio na era pombalina. Versão modificada do prefácio do livro. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Aula de Comércio**. Rio de Janeiro:

CHAVES, Cláudia. As Aulas de Comércio no Império Luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: Andréa Doré; Antonio Cesar de Almeida Santos. (Org.). **Temas Setecentistas: Governos e Populações no Império Português**. 1ªed. Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2008, v. 1, p. 267-276.

CHAVES, Cláudia. Métodos e Práticas do ensino mercantil profissionalizante no império Luso-brasileiro (1788-1822). In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, VI, 2006, Uberlândia. **Anais...**, 2006. p. 4324-4334. Acesso em: 12 jun. 2023.

CHISTÉ, P.S. L. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Espírito Santo: **Campo Aberto**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: <https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/download/3516/2357/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CIAMPA, A. C. A. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São. Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **75 anos de criação dos conselhos de contabilidade. Uma história brilhante**. Brasília, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução n º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html). Acesso em: 25 set. 2021.

DUARTE, C.; GONÇALVES, M.; GÓIS, C. “Cresce e multiplicai-vos”: as sete aulas do comércio portuguesas (1759-1821), com particular referência para as fundadas no Brasil. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 21, n. 47, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/108411>. Acesso em: 8 jun. 2023.

EDGAR, Andrew. Identidade. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, P. (org.) **Teoria Cultural de A a Z**. São Paulo: Contexto, 2003.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO RIO GRANDE DO NORTE (FECOMÉRCIO/RN). **Fecomercio/RN realiza hoje evento em homenagem ao Dia do Comerciante**. 15 jul. 2011. Disponível em: <https://fecomerciorn.com.br/portal/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FELISMINO, Aureliano. “**No Duplo Centenário da Aula de comércio**”, Secção Anuário Comercial de Portugal. Lisboa. 1960.

FERNANDES, F. C. M. **Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte**. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação). Braga, Portugal, 2015.

FERREIRA, A. L. A. **Câmara Cascudo e a Construção da (História da) Cidade: Representações e Saber Urbanístico nos Anos 1920**. Natal: IHGRN, 1999. Disponível em: [https://hcurb.ct.ufrn.br/assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado\\_172.pdf](https://hcurb.ct.ufrn.br/assets/modules/projetosvinculados/projetovinculado_172.pdf). Acesso em: 25 out. 2021.

FERREIRA, A. L. A. Os "Indesejáveis" na Cidade: As Representações do Retirante aa Seca (Natal, 1890-1930). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.Universidad de Barcelona**, v. 96, n. 94, ago/2001. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2021.

FERREIRA, Etienne Figueiredo; AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da educação profissional no IFRN [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos -João Pessoa: Ideia, 2021**. <https://www.ideiaeditora.com.br/produto/avaliacao-politica-da-politica-de-assistencia-estudantil-repercussoes-frente-a-expansao-da-educacao-profissional-no-ifrn/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Ulisses Celestino de Góis. Disponível em: [http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000109357.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000109357.PDF). Acesso em: 23 maio. 2023.  
Fundação Xerox, 1982.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n. 3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

GOIS, Ulisses de. O ensino comercial em Natal: contribuição ao I Seminário de Estudos de Problemas de Educação e Cultura no município do Natal. **Revista do Instituto Historio e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 54, p. 78-86, 1961.

GONÇALVES, M. Aula de Comércio do Porto (1803): sua criação e confronto crítico com a correlativa Aula lisboeta. **Contabilidade e Gestão – Revista Científica da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, v. 10, p. 115-163, 2011b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JOBIM, Khalil. **Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)**. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal, 2015.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-14 set. 2021. 149f. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LEITÃO, J. F. **Ulysses Celestino de Góis: O líder e servidor da Humanidade**. Natal, 2017.

LEVY, M.B. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas: esboço da indústria empresarial**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 306 p. 1994.

LIRA, Miguel Maria Carvalho. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 97-113, abr./jun., 2011. DOI:10.4270/ruc.2011215. Disponível em [www.furb.br/universocontabil](http://www.furb.br/universocontabil). Acesso em: 27 jun. 2023.

LISBOA, José Antônio. Aula de Comércio. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 208, p. 172-185, 1950. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B\\_G9pg7CxKSsU3FSVUIyWTNEQWs/view?resourcekey=0-lGkCygSNRiK7reskcWcFaw](https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsU3FSVUIyWTNEQWs/view?resourcekey=0-lGkCygSNRiK7reskcWcFaw). Acesso em: 9 set. 2021.

LISBOA, José da Silva. **Princípios de economia política**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1956. Edição original em 1804.

LOPES, Tomás Monteiro. **História Política e Administrativa do Brasil: D.João VI e a Administração Pública Brasileira**. Revista do Serviço Público. Julho, 1959. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/3763/2174/11336>. Acesso em: 15 maio. 2023.

LOPES, Walter de Mattos. **A “Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e Seus Domínios Ultramarinos”**: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de dom João (1808-1821). 2009. 209 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Rio de Janeiro, Niterói, 2009.

MAGALHÃES, Justino. **Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização** (Séculos XVIII-XX). Educa: Lisboa, 2010.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo B. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Edições do Sebo Vermelho, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

MENDONÇA, M. T. C. **O Guarda-Livros Moderno** (vol. I). Lisboa: Impressão Régia, 1823.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **Estabelecimentos de Ensino Comercial Existentes no Brasil - 1946**. Rio de Janeiro, 1946.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Ministros da Fazenda, 1808-1983**. Rio de Janeiro, 1983.

MOURA, D. H. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Rev. Holos**, Ano 23, v. 2. 2007.

NÓBREGA, E. F; SOUZA, F. C. S. Educação Profissional no Brasil: uma trajetória de dualidade e exclusão. **Revista Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 1, n. 3, 2015.

NOVAIS, F. A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. **Revista de História**, [S. l.], v. 33, n. 67, p. 145-166, 1966. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1966.124665. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124665>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, 19-32, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34221/36953>. Acesso em: 1 set. 2021.

PEREIRA, J. M. **O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: Percursos, Práticas e Contextos Profissionais**. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2001.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RATTON, J. **Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810**. Londres: H. Bryer, 1813.

RODRIGUES, L. L.; GOMES, D. **Evolução da Profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: Do Marquês de Pombal até aos nossos dias**. *Jornal de Contabilidade*, nº 302, pp. 131-141, 2002.

SAES, F. A. M.; CYTRYNOWICZ, R. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**, v. 3, n. 6, p. 37-59, junho/2001.

SANTANA, Francisco. A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844). **Revista Municipal**, Lisboa, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Faculdade de Educação da UNICAMP, São Paulo, 2006.

SILVA, A. F. da. Identidade e cultura no espaço do capital. **Revista Geoaraguaia**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4799>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SILVA, Ana Rosa Clotet da. A Formação do homem-público no Portugal Setecentista: 1750-1777. **Revista Intellectus**, ano 2, vol. II, 2003, 31 p. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27575/19768>. Acesso em: 31 maio. 2023.

SILVA, E. C. H. Estabelecimentos de ensino comercial existentes no Brasil – 1946. **História da Educação**, vol. 23, e94497, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3216/321660471038/html/>. Acesso em: 25 out. 2021.

SOARES, F. S. **O professor de Matemática no Brasil (1759-1879): Aspectos Históricos**. 2007.172f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/cp076148.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp076148.pdf). Acesso em: 20 maio. 2023.

SOUSA, A. S. **La política de expansión de educación superior y su implementación: la mirada de los burócratas del escalón intermedio en el caso de las IFES de Rio Grande do Norte (2004-2014).** Universidad Nacional de La Plata. 2023. No prelo.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. **Analise**, v. 17, n. 2 p. 377-383 jul./dez. 2006.

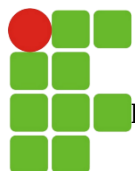
TELLES, V. S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.77-134, 1999.

TRIBUNA DO NORTE. **Em 10 anos, comércio da zona norte de Natal cresceu 47%. 2021.** Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/em-10-anos-coma-rcio-da-zona-norte-de-natal-cresceu47/522204#:~:text=Os%20dados%20de%202021%2C%20mesmo,crescimento%20de%202%2C51%25>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/9GBmR7D7z6DDv7zKkrndSDs/?format=pdf&lang=pt>. , Acesso em: 25 set. 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO INICIAL – PARTE 1



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Campus Mossoró

**Questionário para Estudantes do Curso Técnico de Comércio ensino médio integrado à educação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Zona Norte.**

Prezado(a) estudante, este questionário faz parte do trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROEPT, que frequento no IFRN – Campus Mossoró, denominado “**A Origem, Trajetória e Identidade do Curso de Comércio no Rio Grande do Norte**”. Suas respostas serão utilizadas para analisar seus conhecimentos prévios sobre a educação profissional e tecnológica – EPT, o funcionamento e a identificação com o Curso Técnico Integrado em Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte. Esta investigação tem a finalidade de produzir um material didático que contribua para o esclarecimento dessas questões abordadas.

Informamos ainda que suas respostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento será divulgado o seu nome. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído por letras e de forma aleatória.

Desde já, agradecemos sua contribuição. Lembre-se que não existe certo e errado aqui, mas, somente, o que você sabe sobre a temática, portanto, essa será uma construção conjunta. Fique à vontade para se expressar. Esse questionário é composto por duas partes.

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

|        |        |
|--------|--------|
| Aluno: | Turma: |
|--------|--------|

Aqui pedimos que respondam marcando um (x) em cada uma das afirmativas e somente uma opção com base no grau de concordância de cada uma delas. Desde já, agradecemos sua participação.

| EM RELAÇÃO AO CURSO DE COMÉRCIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA COMO É COMPREENDIDA POR VOCÊ |                                                                                                                              |                        |                          |          |                        |                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|--------------------------|----------|------------------------|--------------------------|
| AFIRMATIVAS                                                                                          |                                                                                                                              | CONCORDO<br>PLENAMENTE | CONCORDO<br>PARCIALMENTE | INDECISO | DISCORDO<br>PLENAMENTE | DISCORDO<br>PARCIALMENTE |
|                                                                                                      | O objetivo principal da Educação Profissional e Tecnológica - EPT é suprir de mão de obra qualificada o mercado de trabalho. |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | A Educação Profissional e Tecnológica está presente em outras modalidades de ensino.                                         |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | O Curso de Comércio no Brasil surgiu no período colonial.                                                                    |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | O Ensino Comercial tem origem nas aulas de comércio do continente europeu no século XVIII.                                   |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | O técnico em comércio é formado para trabalhar apenas no ramo comercial.                                                     |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | O Curso Técnico em Comércio no RN surgiu nos anos 1900.                                                                      |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | No Curso Técnico em Comércio, as discussões sobre a EPT acontecem em várias disciplinas.                                     |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | Educação básica e formação profissional são independentes no Curso Técnico em Comércio.                                      |                        |                          |          |                        |                          |
|                                                                                                      | A formação humana integral proporciona articulação entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura.                            |                        |                          |          |                        |                          |
| 0                                                                                                    | Conheço a origem da nomenclatura do Curso de Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte.                                       |                        |                          |          |                        |                          |

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO INICIAL – PARTE 2

1. Qual sua idade? \_\_\_\_\_
2. Sexo: M ( ) F ( )
3. Você é oriundo de que tipo de escola?  
☐ Pública  
☐ Privada  
☐ Outras: \_\_\_\_\_
4. Fez curso preparatório para o exame de seleção do IFRN?  
☐ Sim.  
☐ Não.
5. Você sabia da existência e localização do IFRN Campus Natal Zona Norte?  
☐ Sim.  
☐ Não.
6. Você tinha conhecimento e como funcionava o curso Técnico em Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte?  
☐ Sim.  
☐ Não.
7. Qual a profissão dos seus pais ou responsáveis?  
  

---
8. Qual fator mais influenciou na escolha pelo Curso Técnico em Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte? (apenas uma alternativa)  
☐ A possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos para ingressar no mercado de trabalho  
☐ Incentivo dos pais ou responsáveis.  
☐ Obter o diploma de um curso técnico.  
☐ Progressão no trabalho.  
☐ Gratuidade do curso.  
☐ A possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos para ingressar em universidade/faculdade.  
☐ Outros: \_\_\_\_\_

9. Formato de ingresso?

☐ Processo seletivo

☐ Transferência

☐ Outros: \_\_\_\_\_

10. Quando você comenta com amigos e parentes que cursa Técnico em Comércio do IFRN, eles sabem dizer o que esse profissional estuda e o que faz? (apenas uma alternativa)

☐ Sim.

☐ Não.

☐ Outros: \_\_\_\_\_

11. Quando concluir o curso Técnico em Comércio do IFRN, pretende trabalhar na área de gestão e negócios?

☐ Sim.

☐ Não.

12. Caso não pretenda seguir na carreira de Técnico em Comércio, em qual profissão quer atuar?

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE SONDAÇÃO FINAL

Leiam com atenção e respondam. Desde já, agradecemos sua participação nessa pesquisa que teve como objetivo discutir sobre a educação profissional e tecnológica – EPT, o funcionamento e a identificação com o Curso Técnico Integrado em Comércio do IFRN Campus Natal Zona Norte. Esse questionário contém perguntas abertas com a intenção de conhecer seu aprendizado sobre o assunto mediante a leitura do E-book e também avaliá-lo. Fique à vontade para se expressar.

**DATA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

|           |       |        |
|-----------|-------|--------|
| Ano: 2023 | Aluno | Turma: |
|-----------|-------|--------|

1) Quais as origens do curso de comércio?

---

---

---

2) O que te chamou atenção em relação história do Curso de Comércio no Brasil?

---

---

---

3) Após conhecer a trajetória do Ensino Comercial, como você compreende o Curso de comércio no IFRN?

---

---

---

4) Que sugestões você daria para que a identidade do curso fosse fortalecida e reconhecida no desenvolvimento da atividade do técnico em comércio?

---

---

---

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO  
EDUCACIONAL: E-BOOK**

1. O e-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?  
☐ ( ) Discordo totalmente  
☐ ( ) Discordo parcialmente  
☐ ( ) Indeciso  
☐ ( ) Concordo parcialmente  
☐ ( ) Concordo totalmente
  
2. As imagens utilizadas ilustram de forma adequada os conteúdos apresentados, sendo complementar as informações do texto.  
☐ ( ) Discordo totalmente  
☐ ( ) Discordo parcialmente  
☐ ( ) Indeciso  
☐ ( ) Concordo parcialmente  
☐ ( ) Concordo totalmente
  
3. Apresenta capítulos interligados e coerentes?  
☐ ( ) Discordo totalmente  
☐ ( ) Discordo parcialmente  
☐ ( ) Indeciso  
☐ ( ) Concordo parcialmente  
☐ ( ) Concordo totalmente
  
4. Apresenta conceitos e argumentos claros?  
☐ ( ) Discordo totalmente  
☐ ( ) Discordo parcialmente  
☐ ( ) Indeciso  
☐ ( ) Concordo parcialmente  
☐ ( ) Concordo totalmente
  
5. Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado?  
☐ ( ) Discordo totalmente  
☐ ( ) Discordo parcialmente  
☐ ( ) Indeciso  
☐ ( ) Concordo parcialmente  
☐ ( ) Concordo totalmente
  
6. O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas na mesma proporção com o que é didático?  
☐ ( ) Discordo totalmente

- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Indeciso
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

7. O conteúdo abordado contribui para sua formação pessoal e profissional?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Indeciso
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

8. O e-book instigou reflexões sobre o potencial do curso e do profissional técnico integrado em comércio?

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo parcialmente
- ☐ Indeciso
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo totalmente

9. Há outra temática/discussão que você gostaria que fosse abordada no produto educacional?

---

---

---

---

---

10. Caso julgue necessário, que sugestões, críticas ou comentários você deixaria para o aprimoramento do material educativo E-book?

---

---

---

---

## ANEXOS

### ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE - IFRN



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A ORIGEM, TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO CURSO DE COMÉRCIO NO RIOGRANDE DO NORTE.

**Pesquisador:** ABINOAM SOARES DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 68362723.6.0000.0225

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.058.650

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento Informações Básicas da Pesquisa com o CAAE nº 68362723.6.0000.0225, submetido em 30/03/2023.

#### Introdução

Com a evolução da ciência e da tecnologia, a padronização contemporânea das relações econômicas entre as nações, a transferência das plantas produtivas para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à formação de

grandes conglomerados empresariais, à crescente quebra de restrições no comércio internacional e à regionalização de blocos econômicos, a busca da indústria por eficiência e competitividade com a intensa utilização de tecnologias de informação e da remodelagem da gestão do trabalho, são, entre outros, indicativos

das reestruturações que alteram os modos de vida, os relações sociais e as do mundo do trabalho, portanto, estas necessidades trazem novas exigências às instituições responsáveis pela educação profissional. (PPC/IFRN, 2012, p.7). Nesse contexto, amplia-se a demanda e a expectativa da formação integral de jovens que interajam com o avanço da ciência e da tecnologia, emancipados e com atuação proativa na sociedade contemporânea e no mundo do trabalho (PPC/IFRN, 2012, p.7). [...] Nesse contexto de profissionalização educacional nos primórdios do Século XX, a educação comercial no Brasil teve uma guinada diante da perspectiva de modernização da legislação referente a esse modelo de ensino, tendo como marco principal o Decreto n.º 1.339, de 9 de janeiro de 1905, que reconhece a Academia de Comércio do Rio de Janeiro como instituição de utilidade pública e seus diplomas validados pelo poder executivo, sendo essa regulamentação adotada pelas demais escolas comerciais instaladas no Brasil, [...]. [...] Dentro dos cursos de formação encontram-se os cursos técnicos, divididos em curso de comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. As reformas do período (1931-1943) realizadas na Era Vargas, foram propulsoras do ensino comercial, quando recebe maior atenção por parte do Estado, e representa a síntese da política educacional para essa modalidade de ensino no Brasil. Sendo assim, esse conjunto desses Decretos-leis evidencia a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional, pois foram definidas leis específicas para a formação comercial. Estas legislações contribuíram de forma decisiva para a grande expansão das escolas de comércio, ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, [...]. [...] a partir deste cenário passa a ser ofertado no Campus Natal Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o Curso Técnico de Comércio iniciado no ano de 2008 e apresentado nas modalidades de Ensino Médio Integrado (EMI) e Educação de Jovens e adultos (EJA) tendo como objetivos: formar um profissional- cidadão, técnico de nível médio, capaz de articular teoria à prática, demonstrando conhecimentos, competências, habilidades e atitudes para o desenvolvimento das atividades inerentes aos métodos de comercialização de bens e serviços. (PPC/IFRN, 2012, p. 10). Na tentativa de atender a essa demanda de formação profissional para novos postos de trabalho que surgem com o crescimento econômico

do estado, o curso Técnico Integrado em Comércio se apresenta, na área de Gestão e Negócios, para atender a necessidade de qualificação técnica exigida pelo mercado. Apesar da boa estruturação e apresentação do curso, evidenciado no seu Projeto Pedagógico, no entanto, existem relatos que indicavam que o curso não é compreendido pela sociedade, pelo mercado e nem mesmo pela comunidade acadêmica. O curso técnico em Comércio, ao integrar ensino médio e formação técnica, visa propiciar uma formação humana e integral em que o objetivo profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientado pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005). [...] nesta perspectiva, tem-se o lapso de identidade da comunidade acadêmica com a própria denominação do curso, levando o corpo docente e a equipe técnica pedagógica (ETEP) a proposição de mudanças tanto na designação, quanto na estrutura do curso, visando resolver as questões de identidade. E, visando contribuir para a educação profissional no Rio Grande do Norte, esse projeto propõe, por meio da busca de identidade ao Curso Técnico de Comércio a construção de um produto educacional que destaque a origem, a trajetória e a importância do profissional formado na área de comércio.

### Hipótese

Entre as hipóteses levantadas estão: A nomenclatura do curso retrata o fazer desta área? Existe a compreensão e visibilidade da sociedade do que seja esse profissional técnico em comércio? Temos uma identidade do curso de comércio?

### Metodologia

Neste espaço, apresentaremos os propósitos metodológicos que conduzirão nossa pesquisa, a perspectiva adotada, as ferramentas de coleta de dados, os participantes do estudo e os mecanismos empregados para a análise das investigações colhidas. A primeira etapa será definida como sendo exploratória, aplicada à demarcação do campo de estudo, revisão bibliográfica e descrição do referencial teórico. A segunda etapa apresentará a atividade de campo com a concepção, análise de dados e a produção do produto educacional organizado no formato de e-book, criando a relação entre o documental e as memórias e por fim, será realizada a aplicação e validação do produto

educacional, como intervenção pedagógica junto a disciplina História, do Curso Técnico de Comércio, na forma Integrada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Zona Norte. Para o desenvolvimento da metodologia proposta abordaremos questões primordiais à nossa investigação como o ensino comercial, identidade, origem, memórias e a educação profissional. Ainda, fomentando essa ideia, temos o documento que rege o PROFEPT, no qual os produtos educacionais, desenvolvidos como requisitos de conclusão de curso, devem estar focados na melhoria dos processos de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, seja em seus ambientes formais e não formais, no Currículo Integrado e no Ensino Médio Integrado. Nessa perspectiva, iremos produzir um e-book, tipo de produto educacional, elemento exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, dentro da linha organização e memórias de espaços pedagógicos na educação profissional e tecnológica sobre a gênese, trajetória e legado do curso de comércio no Rio Grande do Norte, como sendo relevante ao desenvolvimento do ensino profissional no Estado.

### **Objetivo da Pesquisa:**

#### **Objetivo Geral**

Forjar uma identidade do profissional Técnico em Comércio tendo como suporte metodológico a elaboração de um e-book retratando a trajetória e a importância do Curso Técnico de Comércio no estado do Rio Grande do Norte como instrumento para as aulas da disciplina de História.

#### **Objetivos específicos**

- Investigar a origem, a trajetória e a importância do Curso de Comércio para o estado do Rio Grande do Norte;
- Confeccionar e aplicar um e-book voltado para os estudantes do Ensino Médio Integrado para ser utilizada na disciplina de História;
- Analisar o uso do e-book como instrumento de reflexão histórica, política e pedagógica para o contexto atual do curso.

## **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

### **Riscos**

Sobre as questões éticas e os riscos desta pesquisa esclarecemos que os participantes poderão se desligar da pesquisa a qualquer tempo, sendo os possíveis riscos elencados em: constrangimento, vergonha, invasão de privacidade, divulgação de dados pessoais e imagem. Ainda, trabalharemos na perspectiva de reservarmos o anonimato dos envolvidos garantindo a privacidade e o sigilo para os participantes na substituição de seus nomes por pseudônimos, quando necessário, para descrever os resultados da pesquisa com vistas a cumprir a Resolução 466/2012. A condição supracitada será informada por ocasião da abordagem dos pretendidos participantes da pesquisa. Para tanto, utilizaremos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B). Esse documento servirá para que os pais ou responsáveis expressem sua concordância dos seus filhos em participarem desse estudo. No caso dos estudantes maior de idade, eles darão a ciência com a assinatura no Termo Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (APÊNDICE C). No que concerne à segurança dos participantes, garantiremos que toda pesquisa seja desenvolvida dentro da estrutura física do Campus, auditório, sala de reunião ou de videoconferência e para esse objetivo solicitaremos a obtenção da autorização da realização da pesquisa a direção geral da unidade via Carta de Anuência disposta no (APÊNDICE A). [...]: Os participantes da pesquisa serão expressamente informados de que, caso sua participação na pesquisa implique em algum gasto, eles serão ressarcidos e, caso sofram algum dano em decorrência da pesquisa, eles serão indenizados. Estas informações também constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B).

### **Benefícios**

Os benefícios desta pesquisa relaciona-se ao seu potencial de contribuição ao Curso de Comércio do IFRN e outros de origem correlata no sentido de substanciar a reflexão sobre o caráter histórico da profissão; servir de material didático para discussões em sala de aula; instrumento orientador das bases conceituais da EPT abordadas, substanciando a prática profissional tanto de docentes, quanto de discentes e podendo contribuir para a formação dos futuros profissionais, reavaliação curricular e como material para atividades extracurriculares, além de referência para pesquisas futuras sobre o tema.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Inicialmente, insta mencionar que a pesquisa é relevante, tem pertinência e valor científico, educativo e social, uma vez que busca contribuir para a construção de uma identidade dos estudantes, egressos e do próprio curso de Comércio do IFRN/campus Zona Norte.

Quanto às documentações necessárias, conforme estabelecido no item 3.3, da Norma Operacional 001/2013, o protocolo de pesquisa encontra-se devidamente fundamentado.

Os objetivos geral e específicos são pertinentes, viáveis e executáveis para a pesquisa. É apresentada uma metodologia pertinente à realização da pesquisa.

Os riscos aos seres humanos participantes da pesquisa são considerados mínimos. Não obstante a provável presença de grupos vulneráveis, o projeto justifica a necessidade de participação destes indivíduos e garante a segurança e confidencialidade dos dados obtidos. Quanto aos benefícios, entende-se serem, também, adequados ao proposto. Estes são os comentários e considerações sobre a pesquisa submetida a este Comitê.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

1. O termo de apresentação obrigatória “Declaração ética de pesquisa não iniciada” se encontra presente e devidamente assinado pelo pesquisador.
2. Está ausente o “Termo de confidencialidade”, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do responsável - TCLE-Responsável, uma vez que, possivelmente, haverá a participação de pessoas com idade inferior a 18 anos e que necessita da autorização do pai/mãe/responsável.

RESPOSTA: anexados o "Termo de Confidencialidade" e o

TCLE-Responsável. ANÁLISE: pendências atendidas.

### **Recomendações:**

1. O objetivo geral do projeto não é a confecção de um e-book, mas, sim, forjar uma identidade do profissional técnico em Comércio tendo como suporte metodológico a elaboração do referido livro digital.

RESPOSTA: o objetivo geral foi alterado.

ANÁLISE: sugestão acatada pelo pesquisador.

2. Definir melhor quais os benefícios da pesquisa, conforme estabelecido na Norma Operacional n. 001/2013, o qual transcrevo: “os possíveis benefícios, diretos ou indiretos, para a população estudada e a sociedade”.

RESPOSTA: os benefícios foram alterados.

ANÁLISE: sugestão acatada pelo pesquisador.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

#### **1. CRONOGRAMA DE PESQUISA**

O cronograma de execução da pesquisa deve ser revisto, uma vez que a coleta de dados está prevista para o semestre 2023.1, sem, contudo, ser especificado o(s) mês(es), o que impossibilita a este CEP saber se, de fato, a coleta foi ou não realizada. (Ver item 9 do tópico 3.4.1, da Norma Operacional n. 001/2013). Observa-se que o cronograma de execução presente nas Informações Básicas do Projeto apresenta o período de 01.05.2023 a 31.08.2023.

RESPOSTA: cronograma alterado.

ANÁLISE: pendência atendida.

#### **2. TCLE-Responsável**

Ausente o seguinte documento de apresentação obrigatória: “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Responsável”. O pesquisador deixou de apresentar o referido TCLE, que é utilizado quando há participantes menores de 18 anos e precisam da autorização dos pais e/ou responsável(is). É importante frisar que este termo é diferente do TCLE para maiores de 18 anos, que foi devidamente apresentado pelo pesquisador.

RESPOSTA: TCLE-Responsável incluído.

ANÁLISE: pendência atendida.

### 3. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Ausente este documento de apresentação obrigatória: “Termo de Confidencialidade”.

RESPOSTA: Termo de

Confidencialidade incluído.

ANÁLISE: pendência atendida.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP-IFRN reforça o atendimento às legislações éticas vigentes, em especial a resolução 510/2016, o Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Além disso é importante o atendimento às pendências destacadas e envio, junto aos documentos atualizados, da carta-resposta. O CEP-IFRN se coloca à disposição dos pesquisadores e informa que documentos e modelos relevantes estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/comite-deetica-em-pesquisa-com-seres-humanos>. O e-mail para contato com o CEP-IFRN é <cep@ifrn.edu.br>.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                                            | Postagem               | Autor                   | Situação |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2105958.pdf                      | 05/05/2023<br>18:13:42 |                         | Aceito   |
| Outros                                                    | CARTA_RESPOSTA_CEP.pdf                                             | 05/05/2023<br>18:08:07 | ABINOAM SOARES DA SILVA | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_abinoam_CEP_revisado.pdf                                   | 05/05/2023<br>18:07:08 | ABINOAM SOARES DA SILVA | Aceito   |
| Cronograma                                                | CRONOGRAMA_Revisado.pdf                                            | 05/05/2023<br>18:05:44 | ABINOAM SOARES DA SILVA | Aceito   |
| Declaração de concordância                                | Termo_de_confidencialidade_CEP_IFRN_assinado_assinado.pdf          | 05/05/2023<br>10:16:51 | ABINOAM SOARES DA SILVA | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_para_pais_ou_responsaveis_dos_menores_de_18_anos_CEP_IFRN.pdf | 28/04/2023<br>16:22:06 | ABINOAM SOARES DA SILVA | Aceito   |
| Orçamento                                                 | ORCAMENTO.pdf                                                      | 29/03/2023<br>10:25:47 | ABINOAM SOARES DA SILVA | Aceito   |
| Declaração de                                             | DECLARACAO_DO_PESQUISADOR_a                                        | 29/03/2023             | ABINOAM SOARES          | Aceito   |

|                  |                   |            |                |        |
|------------------|-------------------|------------|----------------|--------|
| Pesquisadores    | assinado.pdf      | 09:52:51   | DA SILVA       |        |
| TCLE / Termos de | Termo_Imagens.pdf | 29/03/2023 | ABINOAM SOARES | Aceito |

|                                                                    |                                 |                        |                            |        |
|--------------------------------------------------------------------|---------------------------------|------------------------|----------------------------|--------|
| Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência                     | Termo_Imagens.pdf               | 09:41:19               | DA SILVA                   | Aceito |
| TCLE / Termos de<br>Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência | termo_Audio.pdf                 | 29/03/2023<br>09:40:56 | ABINOAM SOARES<br>DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de<br>Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência | TALE.pdf                        | 29/03/2023<br>09:38:56 | ABINOAM SOARES<br>DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de<br>Assentimento /<br>Justificativa de<br>Ausência | TCLE.pdf                        | 29/03/2023<br>09:37:36 | ABINOAM SOARES<br>DA SILVA | Aceito |
| Declaração de<br>Instituição e<br>Infraestrutura                   | Carta_Anuencia_DGZN_Abinoam.pdf | 28/03/2023<br>17:04:28 | ABINOAM SOARES<br>DA SILVA | Aceito |
| Folha de Rosto                                                     | Folha_rosto_autorizada.pdf      | 28/03/2023<br>17:02:04 | ABINOAM SOARES<br>DA SILVA | Aceito |

**Situação do Parecer:****Aprovado****Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

NATAL, 15 de Maio de 2023

---

Assinado por: LEANDRO SILVA COSTA  
(Coordenador(a))